

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Tecnologia e Ciências.
Instituto de Geografia.
Programa de Pós-graduação em Geografia.



**O MAR REFLETE A LUMINOSIDADE DO CAPITAL NA
MODERNIDADE CARIOCA:
NECESSIDADE, DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE.**

Paulo Roberto Monsores da Motta Júnior

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Paulo Roberto Monsores da Motta Júnior

O mar reflete a luminosidade do capital na modernidade carioca: necessidade, desenvolvimento e liberdade/ Paulo Roberto Monsores da Motta Júnior. - - Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2008.

Orientador: Miguel Angelo Ribeiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Rio de Janeiro. 2. Desenvolvimento. 3. Esgotamento sanitário. 4. Liberdade. 5. Mar. 6. Modernidade. 7. Necessidade. I. Ribeiro, Miguel Angelo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

“A história da humanidade é uma história de contínuo desenvolvimento, da esfera da necessidade para a esfera da liberdade. Esse processo é interminável.”

Mao Tsé-tung

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Tecnologia e Ciências
Instituto de Geografia
Programa de Pós-graduação em Geografia

**O MAR REFLETE A LUMINOSIDADE DO CAPITAL NA MODERNIDADE
CARIOCA: NECESSIDADE, DESENVOLVIMENTO E LIBERDADE.**

Paulo Roberto Monsores da Motta Júnior

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COMO REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GEOGRAFIA.

Aprovada por:

Prof. Dr. Miguel Angelo Ribeiro – Orientador (Presidente da Banca)
Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva
Departamento de Geografia – UFF

Prof. Dr. João Rua
Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. João Baptista Ferreira de Mello
Instituto de Geografia – UERJ

Prof^a. Dr^a. Susana Mara Miranda Pacheco
Instituto de Geografia – UERJ

Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Novembro de 2008

RESUMO

Atualmente, vivenciamos um período de radicalização da modernidade, no qual suas crises e problemas ganham proporções jamais evidenciadas na história da humanidade. Certamente, muitos destes problemas estão relacionados à transformação das diferenças em desigualdades. Sob a nebulosidade do discurso da necessidade de modernização da cidade do Rio de Janeiro, algumas áreas foram selecionadas e apropriadas/dominadas pelo capital. Neste contexto, a natureza, em especial, o mar da cidade maravilhosa passou a ser valorizado como uma mercadoria singular a ser vendida. Esta intensificação das desigualdades e a visão da natureza, em grande parte restringida ao seu valor de troca, estão atreladas à idéia heterônoma de desenvolvimento que permeia nosso modelo societário. Neste processo, o Estado e as classes dominantes assumem papel de destaque. A distribuição dos investimentos públicos e privados em bens sociais relacionados à moradia, como a rede de esgotamento sanitário, caracteriza-se pela prioridade fornecida às áreas que possibilitam um maior acúmulo de capital. A sobrevivência do capitalismo depende destes desenvolvimentos geográficos desiguais e, para que tal fato seja concretizado, utilizam-se estratégias dotadas de subjetividades que acabam por influenciar a sociedade e sua organização espacial.

Isto posto, a pesquisa enfoca a cidade do Rio de Janeiro e identifica como este modelo de desenvolvimento adotado e a distribuição desigual das acessibilidades aos bens sociais, necessidades básicas reais do ser humano, cerceiam a liberdade de grande parte da população. Analisar esta dinâmica nos auxilia na compreensão do contraditório processo de urbanização da capital fluminense.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, desenvolvimento, esgotamento sanitário, liberdade, mar, modernidade, necessidade.

ABSTRACT

Nowadays, we live in a time of modernity radicalization, in which crises and problems are proportionally harder than in any previous age of human history. Certainly, many of these problems are related to the fact that differences are turned into inequalities. Because of an unclear discourse about the need of modernization of Rio de Janeiro, certain areas of this city were selected and appropriated/dominated by money. In such a context like this, nature, especially the sea of The Wonderful City, was given value as merchandise. This view of nature, mostly restricted to its value exchange, and that intensification of inequalities are related to the heteronymous idea of development which permeates the model of society we have. In this kind of process, the State and the higher classes play a prominent role. The distribution of public and private investments in social goods related to housing, such as sanitation, is defined by the priority offered to areas which allow more accumulation of capital. The survival of Capitalism depends on such uneven geographical developments and, in order to make it come true, subjective strategies, which influence society and its spatial organization, are used.

Thus, the present research focus on the city of Rio de Janeiro and identifies how the adopted model of development and the uneven distribution of access to social goods, real basic needs of human beings, curtails the freedom of most of the population. Analyzing this dynamic helps us to understand the contradictory urbanization process of the city of Rio de Janeiro.

KEY-WORDS: development, uneven geographical developments, sanitation, freedom, sea, modernity, necessity.

AGRADECIMENTOS

A Deus o criador da exuberante obra sobre a qual nos debruçamos a estudar sem conseguir dar conta de sua complexidade.

Aos meus pais pelo amor, ensinamentos, dedicação e pela crença depositada em mim. Espero ter correspondido...

Ao professor Miguel Angelo por saber o pleno significado de orientar. Desde sempre me concedeu autonomia para desenvolver minhas pesquisas auxiliando meu crescimento intelectual. Confiou em minhas escolhas, “quase que devaneios”, de objeto e método de pesquisa e com sua sabedoria e enorme conhecimento geográfico soube aparar as arestas e me *orientar* até o objetivo final desta jornada geográfica.

Ao professor João Baptista, um grande conhecedor da cidade maravilhosa, por apresentar-me o lado mais “humanístico” da ciência, despertando meu olhar para uma perspectiva mais cultural.

Ao professor João Rua pela *complexidade* de suas aulas, o que não elimina sua *simplicidade* como pessoa, por sua erudição, pelo seu amor a Geografia e por todo o suporte *teórico* desta pesquisa.

À professora Susana por apresentar-me um vasto conhecimento sobre a maior obra de arte da humanidade, a cidade.

Aos amigos que contribuíram para a realização desta pesquisa com boas idéias e principalmente com paciência para aturar meus desabafos. “No fim tudo dá certo...”

Thalita e seu amigo (?) por conseguir captar minhas idéias na confecção da capa. Obrigado também por tornar o Jacuá uma pessoa mais agradável.

César e sua irmã pela consultoria jurídica.

Roger pelos mapas e pelo exemplo de organização e determinação.

Michel pela intelectualidade (me lembro dos tempos em que o Belo era a melhor coisa do samba para você) e pelo engajamento.

Por fim, gostaria de dedicar esta pesquisa a Rachel Couto Apolinário Monsorens da Motta pelo amor, cumplicidade e companheirismo. “Sempre juntos e enfim, sós...”

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – ESTADO DO RIO DE JANEIRO / MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....	16
FIGURA 2 – PRINCIPAIS BAIRROS ANALISADOS	17
FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS RESIDENCIAIS	103
FIGURA 4 – LANÇAMENTO E VALORES MÉDIOS POR UNIDADE DS IMÓVEIS RESIDENCIAIS.....	106
FIGURA 5 – DIFERENCIAIS SUSTENTÁVEIS	135
FIGURA 6 – SUSTENTABILIDADE E FELICIDADE PARA POUÇOS.....	136
FIGURA 7 - PREÇO MÉDIO DE VENDA DE IMÓVEIS EM 2003 (4 QUARTOS OU MAIS).....	138

ÍNDICE DE FOTOS

FOTOS 1 e 2 – A PRECARIIDADE DAS HABITAÇÕES EM CURICICA	94
FOTO 3 – VILA AUTÓDROMO	97
FOTO 4 – CIDACE JARDIM	110
FOTO 5 – GRANDE CAPITAL HOTELEIRO NA BARRA DA TIJUCA.....	116
FOTOS 6 e 7 – CIDADE DE DEUS	123
FOTO 8 – VILA PAN-AMERICANA.....	125
FOTOS 9 e 10 – ANEL VIÁRIO PREFEITO PEDRO ERNESTO E BOULEVARD DO PAN.....	126
FOTOS 11 e 12 – A ESCASSEZ	128
FOTOS 13 e 14 – A DESIGUALDADE	129
FOTOS 15 e 16 – A CONCENTRAÇÃO NO TERRITÓRIO DO GRANDE CAPITAL....	130
FOTOS 17 e 18 – MAIS QUE EXCLUSIVO	134
FOTO 19 – SUSTENTABILIDADE E FELICIDADE PARA POUÇOS	136

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, POR ZONA E BAIRRO – DÉCADAS DE 1940, 1950 E 1960	79
TABELA 2 – INVESTIMENTOS POR ESPAÇOS.....	91
TABELA 3 - BAIRROS COM MAIORES OFERTAS DE LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS EM 2007.....	105
TABELA 4 –ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR BAIRROS (2000)....	114
TABELA 5 – DOMICÍLIOS POR TIPO DE SERVIÇO SANITÁRIO (ESGOTO), SEGUNDO ÁREAS DE PLANEJAMENTO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS	119
TABELA 6 – TOTAL INVESTIDO E A INVERTIR NO PSBJ.....	120
TABELA 7 – TOTAL INVESTIDO NO PDBG	120
TABELA 8 – VALOR DO METRO QUADRADO POR BAIRROS – 2004	139

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS (%)	95
GRÁFICO 2 – VARIAÇÃO POPULACIONAL DOS BAIRROS LITORÂNEOS (1980 – 2000).....	107

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
I. MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO: NATUREZA, NECESSIDADE E LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO.....	18
1.1 AS BASES DA MODERNIDADE: PARA COMPREENDER A MODERNIZAÇÃO DA URBE CARIOCA.....	19
1.2 A NATUREZA ESPACIAL DO HOMEM: LIBERDADE, NECESSIDADE E SUBJETIVIDADE.....	26
1.3 APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E RENDA MONOPOLISTA: BASES PARA UM DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NA CIDADE MARAVILHOSA.....	40
1.4 PARA NOS DES-ENVOLVER DE UMA CONCEPÇÃO: AS BASES PARA UMA CIDADE REALMENTE MARAVILHOSA.....	45
II. O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E A VISÃO DA NATUREZA: O MAR MARAVILHA SIMBÓLICA DO RIO DE JANEIRO	55
2.1 O MAR: DE SÍMBOLO DA PUNIÇÃO A SÍMBOLO DE BÊNÇÃO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RIO DE JANEIRO.....	55
2.2 AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: ACUMULAÇÃO E ESCASSEZ DE INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO NO RIO DE JANEIRO.....	63
III. A MODERNIZAÇÃO SORRI PARA A BARRA: OS NOVOS VETORES DE EXPANSÃO DA URBANIZAÇÃO CARIOCA.....	86
3.1. A EMERGÊNCIA DE NOVOS INVESTIMENTOS PARA A BARRA DA TIJUCA.....	86
ARREMATES: “SALVEM SÃO SEBASTIÃO!”.....	141
REFERÊNCIAS	151

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar na configuração urbana do Rio de Janeiro nos dias atuais, nos remete à valorização do mar, iniciada, desde a segunda metade do século XIX, ganhando força, a partir do século XX. Este momento histórico confunde-se com o período do projeto de modernização do Rio de Janeiro, que possui como um de seus marcos importantes a Reforma Passos iniciada em 1902. Este é, portanto, nosso recorte temporal e será sob este contexto que veremos a urbanização da costa carioca, que hoje se expande à zona oeste do município.

O estudo do espaço urbano apresenta, atualmente, extrema importância para a geografia brasileira, uma vez que o século XX foi marcado pelo intenso processo de urbanização e “desenvolvimento” nacional. A cidade do Rio de Janeiro, com seu caráter cosmopolita, foi pioneira no projeto de constituição de uma cidade moderna dentro do território brasileiro. Historicamente, este processo de “desenvolvimento” da cidade maravilhosa foi caracterizado pela ampliação da crise socioespacial representada pelo processo de multiplicação de “necessidades” não supridas devido a uma escassez programada pelo capitalismo, pela intensificação da segregação e das desigualdades socioespaciais. Este quadro referencial será explicitado mais adiante.

Tais desigualdades na cidade do Rio de Janeiro estão, em grande parte, associadas à valorização do mar, privilegiando as áreas litorâneas com a instalação de infra-estruturas básicas, como a rede de esgotamento sanitário, resultando em problemas sociais e ambientais. Desta forma, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de repensarmos a idéia de desenvolvimento, que emerge junto com a modernidade e que possui como finalidade a promoção da liberdade do homem.

Posto isto, o objetivo desta pesquisa é analisar como a geração de novas necessidades por meio de idéias modernas, alteram a organização do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro provocando desenvolvimentos geográficos desiguais. Sendo assim, nossa análise evidencia o processo de desenvolvimento da cidade maravilhosa, em sua característica inclusiva, que envolve o espaço,

porém, de forma desigual. Todavia, pensar no projeto de modernidade do Rio de Janeiro e na radicalização de um espaço desigual, nos remete à valorização do mar. Ao abordamos a questão do desenvolvimento de uma cidade moderna no território do Rio de Janeiro, nossa escolha pelo enfoque da valorização do mar não poderia ser mais oportuna. A partir das idéias de Carl Jung e de entrevistas, o geógrafo Angelo Serpa (2007) nos aponta que o arquétipo do mar é a imagem perfeita da transformação e da libertação do sujeito. No imaginário coletivo e para a ciência moderna, o mar seria a origem de toda a vida. O mar do Rio de Janeiro, vendido como uma mercadoria, incorporado como uma vantagem (quase uma necessidade) pelo capital imobiliário, exerce um papel atrativo como símbolo arquetípico associado ao idílio e à liberdade. Contudo,

compreender a força dos arquétipos é a chave para a união dos contrários, como ápice do processo de evolução humana e espiritual. Assim, as imagens tornam-se vivas e, em sua dinâmica, aproximam os contrários, o bem e o mal, o belo e o feio (JUNG apud SERPA, 2007, p. 129).

Desta maneira, podemos justificar nossa escolha pelo sistema de esgotamento sanitário como um dos indicativos que demonstram o desenvolvimento desigual no espaço urbano carioca. Por aproximar os contrários, o arquétipo do mar nos auxilia na compreensão de algumas contradições existentes na organização espacial da sociedade carioca e na maneira de atuar de seus governantes, tendo reflexo direto em um de seus maiores símbolos, a praia. É justamente por ser caracterizado como um local salubre, capaz de purificar o ambiente que o mar recebe os excrementos de nossa sociedade. Assim, a área litorânea do Rio de Janeiro, mesmo sendo muito privilegiada pelas instalações infra-estruturais, reflete através do mar os problemas de nossa urbe. As nossas águas marinhas são o destino final dos esgotos, sejam dos mais beneficiados, com acesso a tratamento ou daqueles inseridos precariamente no processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro.

Desta maneira, por meio da valorização do mar, identificaremos o papel dos principais agentes modeladores do espaço, destacando a atuação do Estado que

age em associação com o grande capital, privilegiando a área litorânea em detrimento a outras localidades do município. Entretanto, ao se privilegiar a área costeira da cidade no processo de modernização, afeta-se a cidade como um todo, pois afloram os problemas sociais e ambientais. Sendo assim, abordaremos também, a distribuição desigual deste aparato moderno, a rede de esgotos. Esta, considerada uma necessidade básica, torna-se privilégio de poucos, restringindo, assim, o grau de liberdade obtido com o “desenvolvimento” proposto na cidade maravilhosa. Desta maneira, estudamos as noções de necessidade, desenvolvimento/liberdade e o projeto da modernidade tendo como recorte a cidade do Rio de Janeiro, a partir da valorização do litoral carioca e da distribuição do saneamento básico.

Quanto ao caminho de investigação, trabalharemos com a lógica da descoberta, e sendo assim, a questão central deste estudo visa compreender como a incorporação de idéias modernas por parte da sociedade carioca e a apropriação das mesmas por parte do capital geraram novas necessidades, que juntamente com a realocação diferenciada da infra-estrutura modificaram a organização espacial da cidade do Rio de Janeiro através de desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2004). Desta maneira, cabe a nós questionarmos o que entendemos por necessidades, além de questionar a idéia de desenvolvimento que vem sendo elaborada ao longo do projeto de modernidade instaurado no Rio de Janeiro.

Sobre a infra-estrutura básica da rede de esgotamento sanitário, se nos ajuda no processo de liberdade, objetivo último da modernidade, perguntamos: por que está distribuída de forma desigual no território carioca?

Todavia, para que a análise supracitada seja efetiva, há de se considerar, qual o papel do Estado, como agente modelador do espaço na distribuição de investimentos públicos e na geração de um espaço estratificado. Isto não seria possível sem observarmos a apropriação da subjetividade dos valores simbólicos. Neste sentido, surgem outras indagações na busca da compreensão de como a incorporação das áreas litorâneas, de forma privilegiada no processo de

desenvolvimento da malha urbana carioca, influencia na dinâmica do município do Rio de Janeiro.

Para viabilizar a operacionalização desta pesquisa, recorreremos aos seguintes procedimentos: análise de dados secundários de diferentes estudos e instituições, em destaque o Instituto Pereira Passos-IPP e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - Cedae¹, matérias publicadas em jornais, revistas e na rede mundial de computadores, além de recorrermos a uma revisão bibliográfica interdisciplinar. É importante esclarecermos que nossa base teórica é elaborada a partir das idéias de autores de diferentes correntes de pensamento científico, tendo o cuidado para não cairmos em contradição. Nos apropriamos das idéias de pensadores “marxianos” como o geógrafo David Harvey e o filósofo István Mészáros, “pós-marxistas”, calcados principalmente na obra de Cornelius Castoriadis, como os geógrafos João Rua e Marcelo Lopes de Souza, além das idéias “sociodemocratas” de Amartya Sen. Como suporte metodológico, além da base teórica obtida em leituras realizadas, alguns trabalhos de campo foram realizados com a intenção de aplicar (ou não) a teoria empiricamente. Contudo, cabe ressaltar que a abordagem empírica ora apresentada possui suas limitações, tendo como função principal exemplificar os processos desenvolvidos na dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Sobre o aporte teórico utilizado, torna-se mister explicitar nossa tentativa de pôr em prática o exercício da construção do rigor conceitual de forma dialética, a

¹ Referente aos dados da Cedae, só conseguimos obter aqueles disponibilizados pela companhia em seu sítio virtual. É necessário ressaltarmos que mesmo apresentando um documento oficial emitido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos, na figura de seu presidente (Wagner Victor) parece não levar a sério a pesquisa no Brasil ou teme que algo venha ser revelado, omitindo da sociedade alguns dados relevantes em relação à distribuição dos investimentos feitos pela Companhia no espaço carioca. Com isto, o excelentíssimo presidente parece sofrer lapsos de memória, pois escreveu 15 mandamentos do presidente da Cedae, dentre os quais merecem destaque os seguintes: 08 – Somos todos os olhos e ouvidos não somente para os problemas de nossa Empresa, mas de todo o Estado (...); 09 – O maior erro é a omissão. Nosso patrão é o Governo do Estado e a Sociedade Fluminense, que espera de nós, no mínimo, nosso trabalho com dedicação, honestidade e ética; 10 – Nossas melhores características são a proatividade, agilidade, transparência (como de nossas águas) e a onipresença. Vamos nos envolver com muita vontade, gana e amor em nossas atribuições. Nosso lema é: “difícil é o que não queremos fazer”; 14 – sempre podemos fazer melhor. A melhoria contínua, o aumento da receita, a redução dos custos da empresa, a cultura da excelência e o foco no nosso cliente, que é o povo fluminense que paga nosso salário, devem ser posturas permanentes; 15 – Temos que zelar pelo rigor na precisão das informações para dentro e para fora. (...).

Destarte, parece que a Cedae é subversiva e não atende as necessidades de seu patrão. Cometendo o maior erro, a omissão. Desta maneira, o senhor Wagner Victor nos faz questionar a transparência das águas da Companhia. Realmente parece ser difícil o que eles não querem fazer.

partir das elaborações criadas por outros pensadores, aberto simultaneamente, ao olhar do mundo real que nos cerca. O papel do cientista não deve ser jamais o de simplificar o mundo real, mas sim torná-lo inteligível (SOUZA, 1997). Portanto, nosso olhar deve enxergar o mundo como ele é, complexo, a fim de não simplificar e distorcer a realidade. Através desta forma de ver o mundo, com uma maneira crítica, em sua complexidade e não como ele se apresenta em sua imediatez, nos impõe a necessidade de averiguações em múltiplas direções (FONTES, 2005). Isso significa que não estamos em pleno acordo com a segmentação imposta pelo saber acadêmico, menos ainda, aceitamos o fragmentarismo, freqüentemente usado pelos autores pós-modernos. Assim sendo, realizamos um estudo geográfico que contempla o espaço em sua totalidade e complexidade que podem ser percebidas por meio das inúmeras relações e diferentes formas que destacam as particularidades e singularidades de cada sociedade em um dado momento histórico.

Assumir este desafio metodológico não significa ter a pretensão de esgotar o tema em questão. Assumir este desafio significa admitir nossas limitações como pesquisadores e, antes de tudo, como ser humano. O que propomos é um convite ao debate para que consigamos ampliar nossa compreensão sobre a tão complexa dinâmica do desenvolvimento do espaço urbano carioca.

As ações de método utilizadas rumo ao atendimento satisfatório dos objetivos propostos, baseiam-se, principalmente, nas reflexões elaboradas por Souza (1997) e Morin (1999), além dos debates desenvolvidos durante as aulas ministradas pelo professor João Rua ao longo deste curso de mestrado, sobre a utilidade do chamado “paradigma da complexidade” para as ciências sociais e, principalmente, sobre a questão do desenvolvimento socioespacial. Sobre esta ótica, rejeitamos uma maneira de fazer ciência que opera por redução, não considerando o singular, a desordem e o individual, além de realizar dicotomias do tipo sujeito/objeto. Buscaremos então, evitar uma análise monocausal e monodimensional, como a visão empobrecedora de desenvolvimento econômico.

Tentaremos realizar uma abordagem que engolfe as dimensões política, econômica e cultural de maneira inter-relacionada. Nossa análise do

desenvolvimento da cidade moderna do Rio de Janeiro, com destaque para a área litorânea e a implementação da rede de esgotamento sanitário, não poderia ser realizada sem um entrelaçamento de fatores históricos relacionados a influências das escalas (interno X externo) ao nosso recorte espacial, sem deixar de ter em mente que essas influências são incorporadas de acordo com as singularidades do local. Em outras palavras, estamos tratando de uma abordagem multiescalar, que leva em consideração as interações socioespaciais horizontais e verticais.

Desta forma, pensar na dinâmica urbana do Rio de Janeiro hodierno, significa refletir sobre a crise socioespacial da modernidade, que em sua forma radicalizada (GIDDENS, 1991), com a expansão da chamada globalização, tem aprofundado um dos traços fundamentais do capitalismo, a expropriação de recursos básicos para uma parcela da população. É importante ressaltar que este fenômeno amplia-se e incide de diferentes maneiras sobre os mais diversos territórios e escalas, contemplando desde a escala do indivíduo, passando pela local, regional, nacional, chegando à escala global.

Cumpramos mencionar, ainda, que para uma análise efetiva não podemos reduzir nosso estudo a uma abordagem econômica de maneira isolada, uma vez que o fenômeno mencionado envolve o todo social, como a política e a cultura. Pensamos, então, em um espaço não dicotomizado das relações sociais e da historicidade, não havendo separação também entre o natural e o social.

Isto posto, constituem eixos principais de nossa argumentação e reflexão, as condições da produção histórico-geográfica da liberdade, logo, do desenvolvimento na cidade maravilhosa.

Buscando uma compreensão efetiva sobre as questões levantadas, estruturamos a pesquisa em três capítulos, além das considerações finais. No capítulo de abertura realizaremos uma reflexão teórica sobre a idéia de desenvolvimento heterônomo economicista imposto sob os moldes ocidentais e adotado pelo Rio de Janeiro ao longo do processo de urbanização da cidade em contraposição a um modelo de desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000). Para compreensão desta oposição de modelos, discutiremos a

apropriação/dominação da natureza e dos valores ligados à subjetividade, além de focarmos os significados de necessidade diretamente associados à liberdade.

No segundo capítulo, voltamos nossa atenção para as mudanças ocorridas no período da modernidade – como uma nova visão da natureza no imaginário Ocidental – que permitiram que uma porção espacial, inicialmente pouco valorizada, o litoral, se tornasse a localização preferencial para a edificação de residências luxuosas e para grandes investimentos por parte do Estado e do capital incorporador na cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, nossa análise posterior busca compreender como tais mudanças influenciaram na produção de um espaço desigual da urbe carioca.

No último capítulo, passamos para uma análise empírica da atual fase do processo de urbanização do município do Rio de Janeiro, sempre privilegiando o litoral. Constatamos, portanto, que apesar de estarmos em um outro momento histórico do movimento da sociedade, com outras estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais, o Estado continua a distribuir de forma desigual a acessibilidade a bens e serviços básicos, que auxiliam na satisfação das necessidades e na obtenção da liberdade, intensificando o processo de segregação, a partir de novas formas, acarretando os problemas socioespaciais e negando o seu papel de provedor da sociedade.

Cumpramos mencionar que apesar de dispensarmos uma atenção especial aos bairros litorâneos mais valorizados do município do Rio de Janeiro (Flamengo, Botafogo, Urca, Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon, Vidigal, São Conrado, Joá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes), trataremos da valorização do mar. Acreditamos que o recorte espacial desta pesquisa (Figuras 1 e 2) considera grande parte do município ao realizar comparações com bairros localizados no interior e por buscar auxiliar, com nossas reflexões, na produção de um espaço que apresenta diferenças, porém que seja equivalente, com menos desigualdades.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Município do Rio de Janeiro



Base Cartográfica: CIDE-RJ
Organização: Motta Júnior - 2008.

Município do Rio de Janeiro

Principais bairros analisados



Org: MOTTA JÚNIOR, 2008.

Base cartográfica: Atlas escolar do Rio de Janeiro

Escala: 1: 175000

I. MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO: NATUREZA, NECESSIDADE E LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO.

A valorização espacial seja ela subjetiva e/ou objetiva, é realizada pelo capital de forma a transformar as diferenças em desigualdades. A intensificação das desigualdades espaciais, inerente ao modelo societário capitalista, confunde-se com a difusão da modernidade. Neste turbilhão de mudanças, chamado modernidade, a natureza passa a ser valorizada como uma mercadoria singular a ser vendida. Analisar esta dinâmica, nos auxilia na compreensão do processo de desenvolvimentos geográficos desiguais, pois o grande capital apropria-se de porções do espaço de maneira desigual promovendo uma segregação espacial. Neste processo, o Estado assume papel de destaque. A distribuição dos investimentos públicos em infra-estrutura e serviços é caracterizada pela prioridade dada às áreas eleitas pelo grande capital e suas elites. Os locais privilegiados são escolhidos pelas empresas e seus investimentos e, para moradia dos mais abastados, como acontece na cidade do Rio de Janeiro..

Para nos auxiliar na compreensão deste processo, o objetivo deste capítulo de abertura, não é outro senão o de mergulharmos em uma reflexão teórica sobre este período histórico que acreditamos ser ainda, a modernidade. Para confirmar esta afirmativa, na primeira parte deste capítulo, procuraremos evidenciar o que entendemos por modernidade. Falar de modernidade significa falar do “solo cultural onde a idéia de desenvolvimento se enraíza” (SOUZA, 1996, p.5). Neste sentido, elaboramos uma reflexão sobre a necessidade de repensarmos a idéia de desenvolvimento de caráter economicista, tecnicista e individualista que norteia a dinâmica urbana carioca. Entretanto, é impossível pensar na modernidade e no desenvolvimento sem relacionarmos a apropriação/dominação da natureza e de valores ligados à subjetividade, aspectos também abordados neste capítulo inicial.

Destarte, ao destacarmos a idéia de desenvolvimento, torna-se mister analisarmos a concepção de liberdade, uma vez que este é, ou deveria ser, o objetivo do desenvolvimento moderno. No entanto, falar de liberdade significa falar

dos valores e da satisfação das necessidades atribuídas a nossa sociedade, idéias também abordadas em nossa reflexão teórica.

Isto posto, este capítulo visa fornecer o suporte teórico necessário para a realização desta pesquisa de forma a satisfazer plenamente os objetivos propostos.

1.1 AS BASES DA MODERNIDADE: PARA COMPREENDER A MODERNIZAÇÃO DA URBE CARIOCA.

Para auxiliar nossa análise, começaremos conceituando modernidade como um estilo de vida ou uma organização social que teve início na Europa no século XVII, tornando-se mundial. Faremos, ainda, inicialmente, uma crítica à idéia, segundo a qual, estaríamos vivendo uma pós-modernidade. Para isso, deveríamos olhar a natureza da modernidade para tentar explicar eventos que até agora foram superficialmente abrangidos pelas ciências sociais em geral. Para tal, diferenciaremos pós-modernidade de pós-modernismo. Este último diz respeito à “reflexão estética” sobre a natureza da modernidade (GIDDENS, 1991).

O pós-modernismo existente nas artes e na arquitetura não comprova a existência do rompimento com as bases modernas. Já a pós-modernidade significa um novo tipo de ordem social fora das instituições modernas. Para nós, alguns fatos que são apontados como provas de uma pós-modernidade só nos mostram uma “radicalização da modernidade” (GIDDENS,1991), que tem nos levado a uma crise moderna devido à exacerbação da expansão do capitalismo e dos efeitos transformadores da ciência e da tecnologia, utilizadas como fins em si e não como meios que podem nos auxiliar na concretização da promessa iluminista de liberdade. Assim, temos nos afastado cada vez mais das tradições e da natureza, o que nos leva a um futuro mais incerto e problemático. Não podemos falar em um novo momento (pós-moderno), pois como veremos não houve rompimento com as instituições da modernidade e nem a concretização do projeto moderno.

A modernidade procurou romper com a história e a tradição, baseada no pensamento iluminista, porém, segundo Harvey (2004, p. 22), “a modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes.”

Esse período marcado por constantes mudanças e transformações, que se (re)inventam a todo instante de forma cada vez mais fluida é o que chamamos de modernidade. Para Kumar (1997, p. 91), este período é marcado por um

(...) rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos e significava também o ingresso em um tempo futuro expandido de forma infinita, um tempo para progressos sem precedentes na evolução da humanidade.

Um dos autores que melhor soube descrever este caráter revolucionário da modernidade, que gera uma “destruição criativa” foi Berman (1986, p.15), e neste contexto ele aponta:

Há uma modalidade de experiência vital-experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é partilhada por homens e mulheres, em todo o mundo atual. Denominarei este corpo de experiência de “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da Geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; neste sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte do universo em que, como disse Marx ‘tudo que é sólido desmancha no ar’.

Caracterizado por ser um turbilhão de mudanças, a modernidade deve romper com a idéia de uma teleologia histórica. Estamos, então, em um período de intensificação das conseqüências da modernidade. Para compreender isso é preciso capturar a natureza das descontinuidades, característica essencial da modernidade.

O que queremos compreender são os conjuntos de descontinuidades do período moderno que para nós rompeu com as ordens sociais tradicionais de maneira mais profunda (intencionalidade) e em escala (extensionalidade) ampliada como nunca ocorrera antes, em um curto período de tempo.

Para um melhor entendimento das descontinuidades históricas da modernidade, é necessário desconstruir o pensamento de uma história evolucionista e totalitarista. Segundo Giddens (1991, 2000), o que identifica as descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais são: o ritmo de mudança extrema da modernidade; o escopo da mudança que é realizada em escala global; a natureza intrínseca das instituições modernas. Algumas formas sociais modernas não possuem precedentes como o Estado e outras, possuem uma relação muito tênue com formas pré-existentes possuindo princípios completamente diferentes como as cidades.

A sociedade capitalista e outras sociedades modernas surgiram devido à conexão de quatro instituições (GIDDENS, 1991, 2000). Primeiro o capitalismo, com seu caráter competitivo e expansionista, que deve sua emergência, em grande parte, ao Estado-nação e sua concentração administrativa. Essa concentração depende da segunda instituição, a vigilância que constitui um controle da informação e uma supervisão social. A terceira seria a industrialização. A quarta dimensão institucional seria o controle da violência, o poder militar. Os Estados-nação concentram poder administrativo podendo mobilizar recursos sociais e econômicos de forma considerável. A produção capitalista junto com a industrialização, propiciou um acúmulo de riqueza econômica e também poder militar. A combinação desses fatores favoreceu a ocidentalização que, até este

momento histórico, confunde-se com o advento da modernidade, sendo um projeto ocidental.

A modernidade é multidimensional em suas instituições, portanto, ao abordarmos seu caráter dinâmico, móvel, devemos considerá-lo como fruto do modelo societário capitalista. Isto inclui o desenvolvimento de uma ordem industrial que impõe uma complexa divisão “socioespacial” do trabalho e a “racionalização” tecnológica e das atividades humanas, cujo objetivo final passa a ser o acúmulo de capitais. Ao estudarmos as sociedades modernas, além de analisar as características específicas do Estado-nação mencionadas acima, devemos considerar os limites de tempo-espaço, ou seja, como as sociedades modernas estão situadas no tempo e no espaço, fato de fundamental importância nos estudos geográficos.

Sendo assim, para compreendermos a modernidade, temos que dar conta do extremo dinamismo e da escala global de atuação de suas instituições. Este dinamismo está diretamente ligado à separação do tempo e do espaço. Desta maneira, devemos destacar algumas mudanças para um melhor entendimento das transformações do tempo e do espaço na modernidade.

Nas culturas pré-modernas, havia diversas formas de calcular o tempo, todas elas vinculadas a fatores naturais, associando tempo e lugar e sem a precisão alcançada com uma invenção moderna. A invenção do relógio mecânico marcou a uniformização do tempo “vazio”, desconectando o tempo do espaço e correspondeu à padronização em escala mundial dos calendários. Esta separação do tempo das atividades locais (“esvaziamento do tempo e do espaço”) significa a separação entre tempo e espaço. Isto permite uma maior inserção no local de influências sociais distantes, facilitando a globalização (GIDDENS, 1991, LATOUCHE, 1994).

O rompimento entre tempo e espaço fornece uma base para uma ordenação tempo-espaço das atividades sociais. Para Giddens (1991), a separação entre tempo e espaço é importante, primeiro, para o processo de desencaixe “estendendo” o local, liberando-se de suas restrições e ampliando suas possibilidades. Em segundo lugar, promove a organização racionalizada,

conectando o local ao global. Em terceiro lugar, o sistema de datação padronizado e o mapeamento geral permitem formar uma “estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência” (GIDDENS, 1991, p. 29).

Desencaixe seria o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p.29). O advento da tecnologia, formando um meio técnico-científico-informacional, juntamente com a formação de uma mão-de-obra altamente qualificada capaz de organizar grandes áreas em escalas diferentes e a padronização dos meios de intercâmbio que circulam transescalarmente sem considerar as especificidades de grupos particulares, como o caso do dinheiro, também auxiliaram neste processo de separação entre o tempo e o espaço, contribuindo para a expansão da modernidade.

Sobre isto, Rua (2006) nos chama atenção para a perspectiva distinta de Harvey (2003). Para Giddens, o local se “alonga” ou se “desencaixa” para atingir o global, já para Harvey, o global se comprime (“compressão tempo-espaço”) para realizar-se no local. Para nós, em concordância com Haesbaert (2004), estas visões são complementares. Quanto mais “luminoso” (SANTOS, 2002) é o local, mais ele tem o poder de se “alongar” e não é difícil perceber que, no atual estágio da modernidade, o global faz-se presente (de formas diferentes) no local, seja através das grandes multinacionais ou mesmo na forma de organização socioespacial de uma sociedade. Como veremos ao longo da história de sua urbanização o Rio de Janeiro recebeu muitas influências ocidentais, subjetivas ou objetivas. Entretanto, isto não significa que estas idéias destruíram as particularidades locais.

O advento das instituições modernas gerou a separação da própria modernidade com as ordens tradicionais, facilitadas pelo distanciamento tempo-espaço, pelo desencaixe/compressão espaço-tempo e pela reflexividade (condicionantes para e condicionadas pela modernidade).

Entretanto, esta racionalidade que alcança todos os aspectos da vida social e cultural, abarcando o econômico e o político conduz, na realidade, a uma prisão onde a racionalidade instrumental (técnica ocidental) prevalece. Desta maneira, a

idéia de desenvolvimento passa a ser vista de forma restrita, como parte da modernidade, como modernização, base material (SOUZA, 1996; RUA, 2006). Destarte, ao longo da modernidade passamos por constantes processos de modernização e modernismos que interagem em períodos de crises e reestruturações sistêmicas do modelo societário hegemônico, o capitalismo. A modernização estaria diretamente vinculada aos processos objetivos, referentes à capacidade de sobrevivência do capitalismo. O modernismo acompanha as diversas modernizações, pois vincula-se às questões culturais e políticas visando conceder sentido às mudanças materiais provocadas pela modernização. Sendo assim, a modernização está associada à capacidade de mutação do capitalismo que ao se desenvolver provoca crises constantes, em grande parte explicáveis pelas contradições inerentes a este modelo societário. Portanto, para poder prosseguir seu processo de desenvolvimento, a sobrevivência de tal modelo depende do constante recriar das relações sociais, relações de produção, de novas divisões do trabalho e da reprodução de um espaço que garanta a manutenção da acumulação. Torna-se imprescindível ressaltarmos que a modernização não é fruto do capitalismo, entretanto, fica complicado separarmos este processo do modelo hegemônico dos últimos quatro séculos, como afirma Soja (1993):

A modernização, tal como a vejo aqui, é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção. (...) A modernização como todos os processos sociais, desenvolve-se desigualmente no tempo e no espaço e, desse modo, inscreve geografias históricas bem diferentes (...) (SOJA, 1993 p. 37).

Esta afirmação de Edward Soja nos auxilia na compreensão do projeto de construção de uma cidade moderna no Rio de Janeiro. Este processo fica marcado por constantes momentos de reestruturação socioespaciais

(principalmente durante o fim do século XIX e durante a segunda metade do século XX), restringidos a modernizações e modernidades. Esta restrição leva a crises socioespaciais evidenciadas por desenvolvimentos geográficos desiguais, corroborando nossa idéia de vivermos a crise da modernidade e não a sua superação pela pós-modernidade. Este fato se justifica por dois motivos. O primeiro, seria o não rompimento com as bases da modernidade que continuam sobrevivendo através de sua reestruturação (modernizações). O segundo motivo, associado ao primeiro, seria a não concretização de suas idéias fundadoras e seu objetivo último, a liberdade.

O projeto da modernidade que tem início no século XVII e entra em cena durante o século XVIII equivaleria a um projeto emancipatório, a um desenvolvimento, em seu sentido de liberdade (SEN, 2000). Segundo as idéias iluministas fundadoras da modernidade, as artes e principalmente a ciência (positivista) iriam promover o controle da natureza e a compreensão do mundo (social) levando os indivíduos à felicidade, à liberdade, e nas palavras de Harvey (2003, p.23),

Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas (...). A idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana.

Muito bem trabalhado por Berman (1986), o Fausto de Goethe é uma ótima representação literária da modernidade e do desenvolvimento como modernização. Fausto, ao compactuar com Mefistófeles chega a dizer que “o que importa é o processo, não o resultado: um homem se afirma pela atividade infatigável” (p.51). Fausto chega ao extremo da destruição criativa (se necessário

destruindo a tudo e a todos), “a fim de dominar a natureza e criar uma nova paisagem, uma sublime realização espiritual que contém a potencialidade da libertação humana dos desejos e necessidades” (HARVEY, 2003, p.26). Entretanto, o caráter efêmero da modernidade conduz o homem a ter novos desejos e necessidades, sendo a destruição criativa inerente ao desenvolvimento capitalista. É sobre este aspecto que nos debruçaremos na próxima etapa deste capítulo de abertura.

1.2 A NATUREZA ESPACIAL DO HOMEM: LIBERDADE, NECESSIDADE E SUBJETIVIDADE.

Certamente, no modelo societário vigente, a escassez que possibilita a extração da renda monopolista está associada à questão da necessidade. Necessidade que no âmbito capitalista adquire os significados mais diversos, de acordo com um contexto mercadológico, uma vez que o capital apropria-se das subjetividades que guiam as ações do Homem. Quando tratamos de escassez e renda monopolista, estamos abordando a questão da propriedade, um dos principais fatores de alienação do homem moderno que o afasta da Natureza e, portanto, de sua própria essência. É necessária a compreensão desta relação homem-natureza, para aprofundar o debate sobre necessidade e liberdade e para entender melhor a organização espacial de uma cidade capitalista, que se baseia nesses moldes de desenvolvimentos geográficos desiguais. É o que abordamos nesta etapa da pesquisa.

Desde os primórdios da modernidade e do capitalismo, as relações dialéticas existentes entre excedentes/escassez e expropriação/apropriação, características básicas e inerentes à expansão capitalista tem aprofundado a crise socioespacial e alcançado seu ápice no atual momento da globalização. É importante termos em mente que o desenvolvimento capitalista está alicerçado nessas contradições. A própria acumulação primitiva só foi possível a partir da formação de uma população expropriada de seus meios de subsistência, passando a “possuir” apenas a sua força de trabalho que também foi submetida

aos interesses do capital, principalmente, a partir da introdução de inovações tecnológicas que criaram uma categoria nova de pobre, o desempregado que forma o exército de reserva.

A existência deste “excedente humano” auxilia na subordinação ao novo contrato social estabelecido e confirma a subordinação do trabalho ao capital, ou seja, de quem possui somente a força de trabalho a quem possui propriedades como meios de produção (MARX, 1985). Se, assim como Marx, considerarmos que “o trabalho é a propriedade ativa do homem”, devendo esta ser uma “atividade livre” (apud MÉSZÁROS, 2006 p.145), a subordinação do trabalho ao capital por meio das relações de propriedade é a negação da própria natureza humana, privando-nos da liberdade. Desta maneira, os problemas fundamentais da liberdade humana estão diretamente vinculados às relações de propriedade (MÉSZÁROS, 2006) e aos desenvolvimentos geográficos desiguais.

Neste momento de nossa reflexão teórica, é importante ressaltarmos que, as relações de propriedade não devem ser tratadas apenas como relações econômicas, mas, também, socioculturais, históricas e, principalmente, políticas. Em nosso estudo, destacaremos como o mar que banha a cidade do Rio de Janeiro, ao longo da história e da cultura moderna, passa a ser um símbolo de bem-querência, apropriado pelo capital incorporador com a finalidade de acumulação. Como regra geral do capitalismo, para que tal objetivo se concretizasse, foi necessário que o Estado, como instituição reguladora, garantisse político-juridicamente esta forma de reprodução socioespacial, privando o pleno desenvolvimento do espaço urbano carioca. Desta maneira, o Estado capitalista moderno garante que a exclusividade de muitos produtos, como moradia à beira-mar e mesmo o acesso à infra-estrutura de saneamento básico seja privilégio de um grupo, atendendo à finalidade da acumulação. Assim, comprovamos que as relações de propriedade constituem uma noção importante em nossa análise na busca de um “desenvolvimento como liberdade”. Entretanto, as relações de propriedade capitalista são apenas parte de uma série de relações complexas, além de serem relações de propriedades específicas do período

moderno. Negando-as, somente, não nos garante a promoção da liberdade humana como nos apresenta Mézáros:

Assim, o problema original da liberdade – as relações do homem com a natureza – se modifica. Temos, agora, de perguntar de que maneira, e até que ponto, uma determinada forma específica de propriedade impõe limitações à liberdade humana? Uma nova complicação surge, porque essas limitações podem ou não aparecer também como restrições político-jurídicas diretas (MÉSZÁROS, 2006, p. 140-1).

Por isso, o autor referenciado acima propõe uma análise sobre o problema da liberdade embasada numa “relação tríplice”. Em primeiro lugar as relações de propriedade devem ser avaliadas em função da sua contribuição para o grau de liberdade com relação à necessidade natural, diretamente relacionada ao espaço. Se pensarmos nos avanços tecnológicos promovidos pelo capitalismo durante a modernidade, como os avanços relacionados à moradia e ao saneamento básico, podemos perceber que, a princípio, a capacidade produtiva de nosso modelo societário possui um grande potencial para a promoção da liberdade humana. Entretanto, a distribuição da parcela de liberdade, obtida em relação à necessidade natural, é realizada de forma desigual, privilegiando uma pequena parcela da sociedade e privando a maioria de desfrutar dos avanços obtidos, como veremos na cidade do Rio de Janeiro Ainda com relação a este primeiro aspecto da liberdade, embora os avanços técnicos possam aproximar-se da satisfação das necessidades humanas reais, as necessidades parciais, ou seja, as necessidades abstratas, geradas com o objetivo da expansão da produção e acúmulo de lucros, acabam sobrepujando as necessidades reais (sobre a idéia de necessidade, desprenderemos uma atenção maior, ainda neste capítulo).

A distribuição desigual da liberdade do homem em relação à natureza e a geração de necessidades abstratas em busca de lucro e se possível da extração da renda monopolista, está diretamente ligada ao segundo aspecto da liberdade referente ao poder de interferência dos homens em relação aos próprios homens. Certamente, a modernidade e o sistema societário capitalista, ao longo da história,

promoveram avanços consideráveis no âmbito da libertação do poder de interferência de uns homens em relação a outros: o fim da escravidão oficializada, o estabelecimento dos direitos humanos e a evolução da participação política exemplificam tal fato. Entretanto, a evolução neste segundo sentido da liberdade tem acontecido de forma contraditória. Os avanços tecnológicos (como a infraestrutura de saneamento), cada vez mais sofisticados, são governados de acordo com a lei do mercado, que busca manter a acumulação e, além disso, sabemos que a

liberdade com relação aos laços políticos e a certos tipos de restrições foi uma condição elementar do novo desenvolvimento social: tanto no sentido de libertar todos os homens, para permitir-lhes estabelecer relações contratuais, como em referência à “alienação da terra” e à legitimidade do lucro (...) (MÉSZÁROS, 2006, p.142).

É sobre este aspecto político-jurídico, que se sustenta a produção de desigualdades socioespaciais na cidade do Rio de Janeiro, baseada em um direito à igualdade vista de forma abstrata, apenas como posse de direitos (MÉSZÁROS, 2006), como veremos no terceiro capítulo desta dissertação. Cabe aqui a ressalva que, diferentemente da liberdade com relação à natureza, a liberdade do poder de interferência dos outros homens pode ser obtida no âmbito da ação política e legislativa, econômica e social.

Embora apresentando graves equívocos, como acreditar na promoção da equidade econômica sem falar de uma mudança de modelo societário², Amartya Sen (2000) elabora uma análise sobre a liberdade, como principal meio e fim do desenvolvimento, sendo esta análise, de acordo com o segundo aspecto da liberdade humana abordado, um aspecto instrumental. Acreditamos, assim, como exposto por Méészáros (2006), que para a plena satisfação da liberdade do homem

² Podemos perceber a idéia de Sen de uma promoção de equidade econômico-social no interior do sistema capitalista ao longo de todo o seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, porém, acreditamos que o trecho a seguir evidencia bem esta perspectiva.

“A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social. A finalidade dessa consideração muitas vezes negligenciada não é negar a importância de julgar o mecanismo de mercado de um modo abrangente, com todos os seus papéis e efeitos, inclusive os de gerar crescimento econômico e, em muitas circunstâncias, até mesmo a equidade econômica” (SEN, 2000, p.22).

a “relação tríplice” deve ser contemplada em sua totalidade, mesmo porque seus aspectos são indissociáveis. Justamente por esta característica indissociável da relação exposta é que desprenderemos uma atenção especial, ao que chamamos de aspecto instrumental da liberdade, baseado nas idéias de Sen (2000) e Mézáros (2006). Dando prosseguimento a nossa reflexão teórica, para embasarmos nossa análise empírica no decorrer da pesquisa, em especial no último capítulo, no qual relacionamos os direitos constituídos a uma moradia provida de uma infra-estrutura básica, como acesso a rede de esgotos, aos dados que refletem a realidade de um espaço desigual na cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos que a falta de liberdade instrumental priva o homem do terceiro aspecto da liberdade, caracterizado pelo exercício dos poderes essenciais do homem e considerado “como a síntese dos dois primeiros. Pois a relação do homem com seus poderes essenciais é, ao mesmo tempo, sua relação com a natureza e com os ‘outros homens” (MÉSZÁROS, 2006, p.144). Entretanto, para compreendermos melhor os poderes essenciais do homem e sua relação com a liberdade, necessitamos entender a natureza humana.

Consideraremos o homem como um ser natural, dotado de forças naturais específicas que o diferencia dos demais seres naturais, como o trabalho (entendido aqui não como algo externo ao trabalhador, algo não interiorizado, abstrato e que por isso pode ser vendido como um meio de obter fins necessários à sobrevivência como comida, bebida e moradia e que freqüentemente é negado ao homem) que o torna um ser ativo e objetivo. Entretanto,

o conceito de um ser objetivo implica necessariamente outro ser que é o objeto desse ser objetivo. Essa relação não é, porém, de nenhum modo unilateral: o objeto, por sua vez, tem o ser objetivo como seu objeto. (...) o que vale dizer, eu sou afetado por esse objeto, ou em outras palavras, estou de alguma maneira específica sujeito a ele. Considerada nesse nível, minha relação com meus objetos é a mesma que entre objetos naturais não-humanos (MÉSZÁROS, 2006, p.155).

Se considerarmos o espaço como um conjunto de objetos naturais, humanos e não-humanos, condicionados e condicionantes de um conjunto de ações, no qual a história se desenvolve (SANTOS, 2002), podemos concluir que o homem é um ser espacial por excelência. Ainda sobre este aspecto, sendo o espaço a própria sociedade, podemos considerar o homem como um ser essencialmente social.

Portanto, ao admitirmos o homem como um ser naturalmente histórico-geográfico, assim sendo social, automaticamente concordamos que existe uma relação entre a liberdade individual e o desenvolvimento socioespacial. O que as pessoas podem realizar de positivo para suprir as necessidades (individuais, sociais e espaciais) é altamente influenciado por oportunidades econômicas, políticas e por condições habilitadoras como saúde, educação e uma moradia de qualidade. Desta forma, afirmamos que a crise vivida em um espaço urbano moderno, como a cidade do Rio de Janeiro, provém da privação de liberdades substantivas impostas por uma pequena parcela da sociedade com respaldo do Estado, relacionada diretamente com a falta de oportunidade de trabalho (mesmo que de forma abstrata), o que gera a pobreza econômica, a fome ou mesmo a falta de oportunidade de morar apropriadamente. Ter acesso a saneamento básico é algo para poucos na cidade maravilhosa, como veremos.

Se o homem, como ser geográfico, é privado do próprio ambiente que ele ajudou a construir, não podendo exercer seus poderes, o que supriria suas necessidades naturais, então, o homem nega a sua própria natureza e, por isso, tem restringida, ainda mais, a sua própria liberdade. O homem é um ser natural e como tal, tem necessidades naturais e poderes naturais para sua satisfação. É importante esclarecer que nossa concepção de necessidade natural humana não estará apenas associada às funções animais de comer, beber e procriar. Como o próprio Marx escreveu: “fome é fome. Mas a fome que se satisfaz à mesa, diante de um cozido, com garfo e faca, é diferente da fome que devora a carne crua com as mãos, com as unhas e os dentes” (apud MÉSZÁROS, 2006, p.157). Afinal, o homem é um ser social produtivo, que transforma o mundo a sua volta, adquirindo novas necessidades, mas também novos poderes para satisfazê-las. Para Freud,

o indivíduo é constituído de três elementos (isso, eu e supereu, ou id, ego e superego) distintos entre si. Simplificadamente, o id seria todos os “fatores instintivos” da psique humana, o superego seria a instância psíquica cuja formação imbrica-se fortemente à vida social e o ego a instância intermediária entre o id e o superego, ou seja, o próprio eu. Sendo assim,

o denominador comum de todos esses poderes humanos é a socialidade. Mesmo os nossos cinco sentidos não são simplesmente parte de nossa herança animal. São desenvolvidos e refinados humanamente como resultado de processos e atividades sociais (MÉSZÁROS, 2006, p. 145).

Em acordo com o que mencionamos, Fontes (2005) faz o seguinte alerta a partir das idéias de Marx:

(...) tudo aquilo que nos aparece como necessário não deve, portanto, ser concebido como resultante de imposições de uma ‘natureza humana’. A mercadoria, para ele, é um objeto externo o qual, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de todos os tipos, quer elas sejam procedentes de estômago ou derivem de nossas fantasias. Num ou noutro caso, são igualmente necessidades...

Certamente, homens e mulheres, os quais somente podem existir em sociedade, conservam algumas necessidades que poderíamos definir como derivados de alguma ‘natureza’, especificamente comer e se reproduzir, por exemplo. No entanto, mesmo essas exigências que nos parecem tão ‘naturais’ somente se realizam no contexto de um certo modo de viver e de existir, de uma forma portanto social e histórica. (...) Modificam-se tanto a ‘necessidade’ quanto as formas de suscitá-la e as de assegurar sua satisfação. O primeiro e fundamental ponto é que mesmo aquelas que poderíamos definir como ‘necessidades naturais’ são sempre, ao mesmo tempo, socialmente produzidas e, portanto, históricas (p. 62-3).

Desta maneira, é preciso esclarecer muito bem nossa idéia de necessidade natural humana. As necessidades criadas pelo homem não podem ser

consideradas artificiais, desde que estas mantenham a harmonia do homem como ser socioespacial. Entretanto, a geração de necessidades que quebram a harmonia socioespacial, como a (re)produção de desigualdades geográficas, como as que abordaremos no Rio de Janeiro, podem ser consideradas necessidades artificiais. Qualquer tipo de necessidade que gere escassez é passível de ser classificada como necessidade artificial. Pois, no nível que se encontram os poderes essenciais do homem, ou seja, sua capacidade produtiva, com todos os avanços tecnológicos, torna-se impossível ter uma visão (Neo/Eco) Malthusiana³. Sendo assim, toda e qualquer necessidade de posse é artificial, pois é insaciável por estar exposta ao controle de outros. Este fator estaria diretamente associado às necessidades mercadológicas, características do turbilhão de mudanças que é a modernidade e da necessidade de acumulação do capital, promovendo a expansão de produtos e carências, aprisionando o homem a um processo inventivo produtor de desejos não humanos baseados em uma obsolescência programada ou, nas palavras de Harvey (2003), em uma destruição criativa que visa à posse de lucro.

Há, portanto, uma relação íntima do que fora exposto com a produção de um espaço urbano moderno como a cidade do Rio de Janeiro. Quando pensamos no homem como um ser geográfico, podemos imaginar que necessita, naturalmente, ter acesso à terra e à habitação para sua reprodução social. Entretanto, na sociedade capitalista, as necessidades e sentidos humanos deram lugar ao ter, sendo institucionalizada a posse da terra como propriedade privada, possibilitando o monopólio de parcelas do espaço urbano.

A célula básica constituinte do espaço urbano é o espaço absoluto individual da propriedade privada e cada um desses espaços tem preço na forma de renda do solo. (...) A igualização do espaço urbano na estrutura de renda do solo torna-se o meio para sua diferenciação (SMITH, 1987, p. 200).

³ De acordo com Harvey (2005), a escassez é socialmente organizada para permitir o funcionamento do mercado. É assim que “a produção capitalista (...) se desenvolve (...) somente minando as fontes originais da riqueza – o solo e o trabalhador” (Marx apud Smith, 1987, p. 171).

Vemos assim, como as relações de propriedade estão intimamente ligadas à crise moderna de moradia legalmente instaurada, permitindo uma pequena parcela da sociedade privar a grande massa de trabalhadores de uma habitação de qualidade. A produção de escassez, neste sentido, nos leva a pensar que a crise de moradia é inerente à sociedade capitalista.

Uma sociedade não pode existir sem crise de moradia, quando a grande massa dos trabalhadores só dispõe exclusivamente de seu salário, quer dizer da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução; quando as novas melhorias mecânicas retiram o trabalho das massas de operários: quando crises industriais violentas e cíclicas determinam por um lado, a existência de um verdadeiro exército de reserva de desempregados e, por outro lado, jogam momentaneamente na rua a grande massa dos trabalhadores: quando estes estão amontoados nas grandes cidades e isto, num ritmo mais rápido do que o da construção de moradias nas circunstâncias atuais e que, por mais ignóbeis que sejam os pardieiros, sempre se encontram locatários para eles: quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também em certa medida, graças à concorrência, o dever de obter sua casa, sem escrúpulos, os aluguéis mais altos. Neste tipo de sociedade, a crise da moradia não é um acaso, é uma instituição necessária; ela não pode ser eliminada (...), a não ser que a ordem social por inteiro, de onde decorre, transforme-se completamente (ENGELS apud CASTELLS, 1983, p. 221-2).

É importante explicitar que cada parcela do solo urbano possui suas singularidades, relacionadas ao seu entorno. O Estado possui um papel intensificador nesta diferenciação de forma a tornar as diferenças em desigualdades, principalmente, com relação ao espaço construído, favorecendo o acúmulo de capital através da extração da renda de monopólio sobre um produto único, pois os

(...) qualificativos mais importantes são aqueles relacionados aos atributos do ambiente construído urbano e às características sociais, ideológicas e simbólicas da espacialidade urbana. Cada terreno, ao se

inserir espacialmente na estrutura da cidade, relaciona-se de forma diferenciada com os seus elementos constituintes e estas distintas acessibilidades do ambiente construído conferem 'qualidades' particulares aos lotes urbanos (ABRAMO, 1988, p. 78).

Desta maneira, a racionalidade do mercado imobiliário insere-se na lógica política do planejamento urbano, devido à intervenção estatal (seja no nível nacional ou local). Dado o consumo social de infra-estrutura como a rede de esgoto, o Estado assume um papel primordial modificando o que seria a ordem natural do mercado imobiliário, no que tange à satisfação das necessidades naturais, para suprir uma ordem coletiva para o capital (SMITH, 1987), estabelecendo legalmente a supressão da liberdade de muitos em favor da individualidade, tendo como álibi uma suposta "lei natural" do mercado. Podemos, então, perceber, que a gênese da crise urbana moderna está associada ao motor que move o sistema capitalista (HARVEY, 2005), o processo de acumulação. Uma vez que, mesmo

(...) os meios de consumo coletivo, elementos básicos da estrutura urbana são (...) uma exigência imperiosa da acumulação do capital, do processo de produção, do processo de consumo e das reivindicações sociais, na medida em que se desenvolve o capitalismo monopolista. Mas, ao mesmo tempo, aquilo que é exigido pelo sistema e conjunto mal pode ser atendido por algum capital privado. É essa a contradição estrutural que provoca a crise urbana: os serviços requeridos pelo modo de vida suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são suficientemente rentáveis para serem produzidos pelo capital, com vistas à obtenção do lucro. Daí nasce a crise urbana como crise de serviços coletivos necessários à vida nas cidades (CASTELLS, 1980, p.23).

Para agravar esta situação, cumpre mencionar que o campo de intervenção do Estado apresenta-se cada vez mais limitado com a política neoliberal. Por conseguinte, devido ao subdesenvolvimento, a carência de investimentos estatais em serviços públicos em nosso país e em nossa cidade, torna-se mais grave. As escolhas locacionais feitas pelo Estado privilegiam as áreas mais rentáveis, o que

no Rio de Janeiro, em grande parte, ocorre nas áreas litorâneas, nas quais a seletividade é maior quanto ao acesso de infra-estrutura.

Vemos, portanto, que a crise está associada ao caráter do “espaço absoluto individual” sob a forma de obtenção de lucro e de propriedade privada. Esta é uma característica inerente ao processo de desenvolvimento associada à idéia de modernização baseada em um racionalismo da ciência e da técnica moderna. É desta maneira que os ganhos de liberdade em relação à natureza, como no caso de uma infra-estrutura considerada básica, com a rede de tratamento de esgoto, torna-se algo escasso, exclusivo de poucos sob a legalidade estatal. O que deveria ser um meio para auxiliar a promoção da libertação humana de suas necessidades, melhorando sua qualidade de vida, torna-se um fim, possibilitando a acumulação de renda a partir da produção de desigualdades espaciais.

Não somente a sua utilização, a própria técnica já é dominação (sobre a natureza e o homem), dominação metódica, científica, calculada e calculadora. Certos fins e interesses de dominação não são a posteriori e de fora impostos à técnica – eles já estão inseridos na construção do próprio aparelho técnico; a técnica é sempre um produto histórico-societal; nela é projetada o que uma sociedade e os interesses que a dominam pretendam fazer com os homens e com as coisas (MARCUSE apud BRÜSEKE, 1998, p.27).

De maneira característica, o racionalismo da técnica moderna, inerente ao desenvolvimento capitalista, em que predominam as necessidades do mercado, ao invés de ampliar os “poderes essenciais” do indivíduo restringem e negam as potencialidades sociais expressas em desenvolvimentos geográficos desiguais.

No ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engolfa ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tornada racionalidade política (MARCUSE apud BRÜSEKE, 1998, p.29).

Esta racionalidade política trajada de racionalidade técnico-científica está associada diretamente com o projeto de modernidade instaurado na cidade do Rio de Janeiro. Como veremos ao longo deste estudo, foi em nome da produção de um espaço social mais saudável, que grande parte das reformas realizadas na cidade maravilhosa beneficiou o grande capital incorporador e especulativo, produzindo um espaço estratificado. Sendo assim, a significação geral da liberdade humana tem sido substituída pelo imediatismo da auto-satisfação privada. Com a produção desigual de acessibilidade à moradia e à infra-estrutura básica gera-se um degredo mercantil, pois, cria-se o consumo de algo, limitando-o a alguns segmentos sociais. Esta segregação socioespacial aponta para uma “inclusão precária” (FONTES, 2005) de determinados grupos sociais, o que nos leva a pensar qual seria o papel do indivíduo neste processo de modernização capitalista que engloba também a cidade maravilhosa. Nas palavras de Jean Chesneaux, “o individualismo triunfante, porém desestruturado, o que o Ocidente exhibe ao final do século XX, nada tem de comum com o individualismo de responsabilidade, a recusa aos conformismos de grupo, a vontade de emancipação pessoal, que foram desde o século XVIII a pedra de toque da construção da democracia ocidental. O indivíduo como sujeito ativo da sociedade política e civil cede lugar ao indivíduo objeto, ao “homem reflexo” (David Riesman) passivamente integrado à máquina social e respeitosamente preso aos valores dela” (1996, p.51).

A partir do exposto, gostaríamos de relacionar à racionalidade moderna, o individualismo característico do que Chesneaux chama de *Homo Mundialis Modernicus*, a idéia de valor atribuída a uma sociedade capitalista ao espaço urbano. Como o indivíduo está integrado à sociedade e aos seus valores, podemos logo de início perceber que este individualismo, como vimos em Smith (1987), é a célula básica do espaço urbano e está diretamente associada à crise geral dos valores e da cidade.

Para tal compreensão devemos considerar dois significados para a idéia de valor. O primeiro seria o valor de uso e estaria associado à utilidade de determinado objeto. O segundo está associado à capacidade que a posse de um

determinado objeto contém de comprar outros objetos, denominado valor de troca. Certamente, qualquer mercadoria contempla em suas características valores de uso e de troca de maneira simultânea. Entretanto, isto não quer dizer que estes valores sejam equivalentes em uma mercadoria.

No âmbito do desenvolvimento do espaço capitalista, os objetos, pertencentes a um indivíduo ou a uma classe minoritária, “aparecem apenas com seus aspectos utilitários (por exemplo, valor comercial e não beleza mineralógica) e essa utilidade não é de uso humano” (MÉSZÁROS, 2006, p. 184), uma vez que gera desigualdades e não supre as necessidades naturais. Chegamos, então, à oposição ressaltada por Lefebvre (2001), entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos). O autor acrescenta que

O urbano se baseia no valor de uso. (...) De resto, a racionalidade economista e produtivista, que procura levar para além de toda limitação a produção de produtos (de objetos permutáveis, de valor de troca) suprimindo a obra, esta racionalidade produtivista se oferece como conhecimento, quando na verdade contém um componente ideológico ligado à sua própria essência (LEFEBVRE, 2001, p.82).

É a partir desta ideologia racionalista e da relação individualismo/valor de troca/capital que o espaço urbano moderno vai se (re)produzindo. O empreendedorismo urbano em sua ideologia e coalizões é responsável por privilégios monopolistas visando apropriar-se de rendas fundiárias traduzidas em sobrelucros para os incorporadores. Isto significa que o Estado age em associação com o grande capital no desenvolvimento de um espaço urbano desigual, criando áreas mais densas, dotadas de infra-estrutura em detrimento de outras que nem às infra-estruturas básicas de uso social, como a rede de esgotamento sanitário, têm acesso. Sendo assim, um bem que possui um alto valor de uso necessário a uma boa qualidade de vida (no sentido de não limitar os

poderes essenciais do homem) é utilizado para obter mais renda como valor de troca. Harvey (1973) nos parece estar de pleno acordo quando afirma que os

incorporadores e a indústria da construção de moradia estão envolvidos no processo de criar novos valores de uso para outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios. (...) As firmas envolvidas neste processo estão sujeitas à pressão competitiva e devem realizar lucro. Elas têm, desta forma, forte interesse empregado em proporcionar os valores de uso necessários para obter benefícios em valor de troca (p.165).

Desta forma, com o aumento da densidade de uma determinada localidade eleva-se o seu preço. A ocupação do espaço de moradia urbano é racionalizada e estratificada de acordo com o poder aquisitivo das classes sociais. Para agravar mais ainda esta situação, as “necessidades” criadas pelo mercado englobam também a cultura, inserindo, então, a natureza e os aspectos subjetivos do homem. “Chamarei subjetividade a capacidade de receber o sentido, de fazer algo com ele e de produzir sentido, dar sentido, fazer com que cada vez seja um sentido novo” (CASTORIADIS, 1999, p.35). Subjetividade que para o referido autor é uma possibilidade do sujeito, entretanto, um sujeito definido pelo modelo societário vigente em seu momento. A subjetividade representa, assim, um momento do processo objetivo, ou seja, a interiorização da objetividade (SARTRE, 1967). Para Bourdieu (1996), a descrição da subjetividade objetivada reenvia à descrição da interiorização da objetividade. Portanto, o sentido objetivo das condutas organizadas, segundo regularidades mensuráveis e as relações que os sujeitos mantêm com as condições objetivas de sua existência e de suas condutas, fazem parte de um sistema que contém subjetividade e objetividade como partes de um mesmo processo que auxiliam na produção de um espaço socialmente construído. Assim:

Tudo que é objeto de conhecimento se manifesta no horizonte aberto pelo homem, é determinado por ele. Sem a determinação produzida pela subjetividade cognoscente, a realidade é puro material, puro caos, destituída de qualquer sentido, de qualquer forma, (...). Esse material é

transformado em objeto através da determinação da subjetividade e isto significa que a subjetividade o tira do caos, o detém diante de si, a fim de que ela o possa ter para si. Pode-se dizer que o homem moderno só se interessa pela realidade à medida que aquilo que é pode ser posto à sua disposição. Daí o processo de objetivação significar o processo segundo o qual o homem traz para diante de si tudo aquilo que é (...) (OLIVEIRA, 2001, p. 77).

Em outras palavras, “as necessidades sociais” do homem moderno caracterizam-se pelo domínio das coisas em função do próprio homem. Isto significa falar na separação Homem/Natureza realizada por meio do positivismo tecnológico como forma da consciência contemporânea (OLIVEIRA, 2001) que atinge todo o mundo e todas as dimensões da vida humana. No próximo tópico deste capítulo de abertura, discorreremos sobre a percepção da natureza como uma mercadoria a ser apropriada, valorizada mais pelo seu valor de troca do que pelo seu valor de uso, ou melhor, como ambiente do qual o homem é integrante.

1.3 APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E RENDA MONOPOLISTA: BASES PARA UM DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NA CIDADE MARAVILHOSA.

É a partir da idéia de dominar a natureza que ela passou a ser percebida como recurso a ser transformado em riqueza, o que se relaciona diretamente com a valorização da praia, nosso objeto de análise.

A modernidade ocidental ao forjar a integração entre a técnica e a ciência acabou por alterar as relações homem-natureza. Para vários autores, é Descartes quem inaugura uma nova visão de natureza, a partir das dicotomias homem-natureza, matéria-espírito e objeto-sujeito (RUA, 2001 e 2006). Esta visão dicotomizada tem predominado desde o século XVIII, destacando o homem como um ser superior, acima da natureza. De acordo com essa visão antropocêntrica do mundo, as ações humanas concentram-se no domínio das coisas em função de si, transformando a natureza em objeto, imprimindo-lhe valor a partir de suas necessidades sociais. Esse tipo de relacionamento do homem com o mundo

significa que ele se torna um ser destacado da totalidade. A princípio isso parece representar nossa libertação da natureza. Entretanto, precisamos romper com esta visão positivista e simplista, segundo a qual, o “mundo natural” é tomado como dado. Não podemos abnegar a idéia por nós elaborada anteriormente, demonstrando que a essência natural do ser humano está em primeiro lugar para o homem social, sendo até mesmo a constituição de sua psique imbricada fortemente à vida em sociedade. Neste sentido, queremos esclarecer que a natureza é social e está passível de ressignificações em um constante processo de construção histórico-social (MOREIRA, 1999).

Portanto, em nossa sociedade alicerçada na modernidade ocidental e no capitalismo, é a utilização que o homem faz do ambiente que vai conceder-lhe importância. Desta maneira, o modelo de desenvolvimento hegemônico de caráter utilitarista e predatório apropria-se da natureza como mais um meio de extrair renda inserindo o ambiente nas leis do mercado que necessita de uma destruição criativa constante. Para Fontes (2005), o que ocorre é uma

destruição programada também da natureza, doravante calculada como “externalidade” em face dos processos de acumulação e cuja desolação torna-se um frio cálculo econômico, pagável sob a forma de imposto previsível e, mesmo, desejável (pois é indicador de um certo progresso...). destruição dessa “natureza” ainda quando ela se torna o alvo principal de uma “preservação” voltada para o consumo turístico, para o qual é preciso reinventar nos mínimos detalhes uma natureza não mais existente. Destruição, finalmente, daquele que o próprio capitalismo havia inventado como figura central, como o agente isolado e o alvo de suas conquistas: o indivíduo (p.59).

No contexto desta problematização, reconhecemos que a natureza é interpretada e apropriada por intermédio da ciência e da técnica, tornando-se pressuposto para ações políticas, em sua maioria privilegiando o econômico em detrimento do social. Destarte, podemos associar a crise ecológica, assim como a crise da moradia, por nós abordada anteriormente, à crise maior da modernidade calcada em uma concepção de desenvolvimento que promove desigualdades

socioespaciais. Como veremos em nossa análise, a cidade do Rio de Janeiro ilustra bem este fato. As classes dominantes com o apoio do Estado privilegiam a área litorânea, dotando-a de infra-estrutura de saneamento básico e, no entanto, não consegue solucionar a poluição das praias, o que indica a relação entre desigualdade social e problemas ambientais.

A separação da natureza (reduzida ao estatuto de recurso) do espaço e do tempo moderno, regida por sua lógica funcionalizada, e desprezando sua temporalidade biológica e natural faz com que os ecossistemas, capazes de manter e reconstituir seu equilíbrio de acordo com seu tempo, resistam mal às rápidas mudanças impostas pela técnica (CHESNAUX, 1996). Sendo assim, a capacidade de autolimpeza das praias não pode seguir o ritmo acelerado do lançamento de esgotos, muito menos quando são lançados *in natura*.

Sobre esta visão economicista Rua (2001, p.03) nos alerta para o seguinte:

a natureza (antes mitificada) é dessacralizada também e passa a ser percebida como um recurso a ser transformado em riqueza, dentro de uma lógica utilitarista desenvolvida com a revolução técnico-científica e, posteriormente, com a revolução industrial, ambas integradas à expansão do capitalismo que vai, pouco a pouco, se transformando de modo de produção em verdadeiro modelo societário incluindo dimensões que ultrapassam, em muito, o econômico.

Nesse sentido, “podemos dizer que a divulgação universal da técnica significa a *subjetivação universal*, ou seja, a difusão em todo o mundo e em todas as dimensões da vida humana do relacionamento com o mundo... (OLIVEIRA, 2001, p.79). Assim, ao formar um verdadeiro modelo societário, edificado sobre os preceitos da ciência moderna que “separa a realidade do ser humano em uma realidade objetiva (corpo, biologia humana, estruturas biológicas) e outra subjetiva (mente, psique, valores, cultura)” (MOREIRA, 1999, p.250), o capital inclui a dimensão cultural transformando-a, muitas vezes, em algum gênero especial de mercadoria. Harvey (2005) trabalha muito bem esta transformação da dimensão cultural em uma mercadoria “diferenciada”, considerada especial, ao refletir sobre

a categoria da “renda monopolista”, que acaba inserindo as localidades e as formas culturais a processos econômicos globais. Sendo assim,

A renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável (HARVEY, 2005, p. 222).

Para tal apropriação/dominação da cultura e da renda monopolista, o capital associa-se ao Estado (integrando também a dimensão política). O empreendimento urbano apóia-se neste fato, para criar padrões locacionais de investimento em infra-estrutura física e social. Este empreendedorismo apropria-se também do capital simbólico e coletivo, fazendo com que uma grande parcela de quem ajudou a criar beneficie-se pouco da renda.

Ainda seguindo o raciocínio elaborado por Harvey (2005), existem duas formas de apropriar-se da renda monopolistas:

A primeira situação surge quando os atores sociais controlam algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade especial em relação a certo tipo de atividade, permitindo-lhes extrair renda monopolista daqueles que desejam usar tal recurso, mercadoria ou local (p.222).

Esta é uma forma indireta de renda monopolista, pois não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local singular, mas a mercadoria ou o serviço obtido através de seu uso (HARVEY, 2005). “No segundo caso, tira-se proveito diretamente da terra ou do recurso (...) A escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros” (p. 222). Entretanto, as duas formas de renda monopolista se relacionam constantemente. O litoral do Rio de Janeiro é um exemplo deste processo. A proximidade da praia pode ser negociada tanto direta (como faz o setor imobiliário) como indiretamente (como faz uma cadeia hoteleira) e para otimizar esta reprodução do capital entra em ação o empreendedorismo urbano, na forma de um consórcio entre o capital e o

Estado dotando esta área da infra-estrutura necessária, como já havia sido explicitado anteriormente.

Podemos, então, perceber que o turbilhão de transformações que é o processo de modernização não ocorre de forma evolutiva e homogênea. Intrinsecamente ligado à evolução do modo de (re)produção econômica e social capitalista (SOJA, 1993), a modernidade expande seus valores de forma descontínua em constante mudança e renovação (GIDDENS, 1991, 2000; HARVEY, 2003), de acordo com e produzindo diferenças “espaço-temporais” em cada lugar (SANTOS, 2002). O lugar se reproduz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do singular.

Seguindo Soja (1983, p.02), percebemos que “o capitalismo tem sobrevivido pela produção de seu espaço. Determinada historicamente, a espacialidade seria, assim, a expressão material das relações sociais”. Gostaria de acrescentar que o capitalismo sobrevive pela produção de seu espaço desenvolvido geograficamente de forma desigual (HARVEY, 2004), deixando a maioria da população mundial (e no nosso caso, do Rio de Janeiro) incluída precariamente (FONTES, 1997) neste projeto de modernidade que nos promete liberdade e direitos iguais (SEN, 2000; HARVEY, 2004). Isto significa dizer, não só, mas também, acesso igual à infra-estrutura.

Após esta breve análise sobre o projeto da modernidade e sua visão de natureza como recurso a ser transformada em riqueza, percebemos que a modernidade é em sua essência um fenômeno dialético, que amplia oportunidades em escala mundial, porém, possui um lado sombrio, que começamos a perceber o quão extensivo pode ser (exemplo: a crise ecológica, o totalitarismo político e a “industrialização da guerra”). A inclusão da cidade do Rio de Janeiro no sistema capitalista mundial significou a aceitação de um verdadeiro “cavalo de Tróia” (VERHELST, 1992) que seria o modelo de desenvolvimento ocidental, base do projeto moderno, que no caso brasileiro, é sinônimo de uma “modernização conservadora”. Este lado sombrio deve-nos fazer repensar a idéia de desenvolvimento, que sob a ótica capitalista tem sido pensado como modernização, promovendo desenvolvimentos geograficamente desiguais. O

aprofundamento desta reflexão será realizado na próxima etapa deste capítulo de abertura.

1.4 PARA NOS DES-ENVOLVER DE UMA CONCEPÇÃO: AS BASES PARA UMA CIDADE REALMENTE MARAVILHOSA.

Se nos atentarmos para os significados da palavra desenvolvimento, encontrados nos dicionários da língua portuguesa, nos depararemos inúmeras vezes com um sinônimo, uma espécie de conceito-irmão, termo vigente, muito utilizado e propagandeado pelo liberalismo, até a Segunda Guerra Mundial, o progresso, que se encontra estampado em nosso lindo pendão da esperança, símbolo augusto da paz e de nossa pátria. Desde já, percebemos que a ordem proposta em nossa república e em sua antiga capital, o Rio de Janeiro, está alicerçada no solo cultural da modernidade, sendo criada pela entidade histórico-geográfica denominada Ocidente (SOUZA, 1996).

Para Latouche (1994), o processo de ocidentalização do mundo tem sido caracterizado pela expansão do modelo civilizatório capitalista baseado em uma “matriz racional” que impõe uma lógica política, econômica, cultural, técnico-científica e social, como paradigma universal. Como não podemos separar, pelo menos em sua gênese, a modernidade do capitalismo, a idéia de desenvolvimento tem sido vista como sinônimo de ocidentalização e modernização e só teria serventia à exploração capitalista em escala global. Portanto, a mudança ocorrida após a segunda grande guerra, nos parece ter sido, apenas uma alteração de terminologia vigente (de progresso para desenvolvimento), com o intuito de retomar um modelo de “novidades-antigas” (como ocorreu com o neoliberalismo), dotado de uma forte carga ideológica visando à manutenção da subordinação do Ocidente sobre o resto do mundo. Esta dominação seria feita através da persuasão que leva ao convencimento de que a lógica ocidental é superior por ser universal e reprodutível (LATOUCHE, 1994), sendo a única capaz de nos levar à liberdade. Segundo Rúa (2001),

O crescimento ilimitado das mercadorias e do comércio, a multiplicação das redes de comunicação, a urbanização acelerada, a intensa evolução da técnica e a sua conseqüente primazia, o novo papel atribuído à mulher etc, apresentam o modelo ocidental de mundo como o melhor e o levam a um processo de universalização que, embora esbarre em uma série de resistências, parece ter conseguido seu intento ao subordinar, pelo menos em alguns aspectos, todo o planeta, num movimento que integra o que muitos denominam globalização (...) (p. 4).

A concepção de desenvolvimento tão fundamental para o pleno cumprimento do projeto da modernidade está subjugada à hegemônica lógica racional, fundamentada em uma ciência positivista. Sendo assim, a noção de desenvolvimento tem sido fragmentada juntamente com a falaciosa percepção de que as disciplinas do alto de suas leis autônomas possuem da sociedade. Fato é que o desenvolvimento tem sido traduzido por muitos, ainda hoje, como sinônimo de crescimento econômico e modernização tecnológica. Entretanto, tal “desenvolvimento” tem se apresentado, como temos visto e veremos empiricamente ao longo desse estudo, na forma de desigualdades espaciais, que refletem crises socioambientais (como a crise de moradia e a alarmante degradação das condições da natureza) e tem levado à má qualidade de vida.

Apoiados nesta experiência de desenvolvimento sob a ótica predominantemente econômica, grande parte dos cientistas sociais, em especial, os economistas e sociólogos têm condenado a concepção de desenvolvimento, considerada como base do modelo civilizatório capitalista/Ocidental. No Brasil, esta condenação tem forte apelo, principalmente, após a derrocada do modelo “importado” de crescimento econômico adotado por nosso país, que prometia um “milagre brasileiro”. Este “milagre” viria através de um rápido crescimento econômico e de uma posterior redistribuição de seus frutos, o que culminaria, automaticamente, em uma maior justiça social (GOMES, 2005).

Este modelo de desenvolvimento de caráter utilitarista e predatório tem esbarrado no aprofundamento das desigualdades sociais, espaciais e nos limites ecológicos. No bojo destas críticas ao excessivo economicismo presente na noção de desenvolvimento, novos indicadores políticos, sociais e ecológicos vêm sendo

incorporados na busca da regeneração e do que seria a verdade sobre a concepção de desenvolvimento em tela. Como nos salienta Latouche (1994), a adjetivação que passou a compor a idéia de desenvolvimento (local, eco, sustentável etc.) na realidade não modifica o paradigma vigente baseado no crescimento econômico. A mudança na denominação caracteriza-se por ser apenas uma nova roupagem ideológica, uma “contradição mistificadora”, pois não há lugar para o social e o ecológico sem questionar-se o fomentador deste modelo heterônomo, a acumulação, baseada no constante aumento da produtividade.

É imprescindível realçarmos, assim como o fez Souza (2005), que esta “ecologização” da discussão acerca do desenvolvimento representa uma mudança de foco, concentrando as questões sobre a relação sociedade/natureza. Esta mudança de percurso, ao mesmo tempo traz à tona novas contribuições e nos desvia o olhar do verdadeiro cerne da questão, as relações sociais e a contradição capital/trabalho, produtora de escassez e privação. Seja sob uma perspectiva mais tradicional, de cunho explicitamente econômico ou sob estas “neoperspectivas”, implicitamente econômicas, as teorias desenvolvimentistas mostram-se parcelares e incompletas.

Certamente, a idéia de desenvolvimento, como fenômeno socioespacial, significa uma transformação agradável, uma mudança para melhor (SOUZA, 1996 e 2005). Entretanto, a conceituação-padrão, etnocêntrica, significa um

aumento da capacidade de uma sociedade produzir mais bens e de uma maneira melhor (isto é, produtos melhores produzidos mais eficientemente ou “racionalmente”), de modo a satisfazer as necessidades humanas. Logo, ele diz respeito, na melhor das hipóteses, a meios para se atingirem maiores qualidade de vida, justiça social etc. e não a fins (SOUZA, 2005 p.18).

Contudo, o aumento da capacidade de produção e a melhoria dos bens não significam dizer que todos terão acesso a esses meios que poderiam contribuir para o processo de liberdade. Podemos constatar este fato através do bom momento em que vive o mercado imobiliário do Rio de Janeiro, o que entretanto,

está longe de significar o fim da crise de moradia na cidade maravilhosa. Neste contexto, a idéia de des-envolvimento, tal como existe na sociedade ocidentalizada, nos parece

...tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano – *divide et impera* – mais profunda ainda, na medida em que, ao *des-envolver*, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária a capitalista (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.81).

O autor supracitado parece estar de pleno acordo com nossas críticas sobre o equívoco de adotarmos um modelo que se pretende único, heterônimo baseado na separação e no domínio do homem sobre a natureza e sobre os próprios homens. Destarte, esta é uma visão calcada na ação de consumir, que segundo o dicionário Aurélio significa corroer até a destruição; mortificar. Portanto, este modelo é utilitarista, predatório e individualista e segue o caminho oposto da finalidade última a ser alcançada com o desenvolvimento, a liberdade.

Estaríamos, portanto, defendendo uma pasteurização cultural, como se todos os povos tivessem que seguir um mesmo processo evolutivo? Estamos lutando a favor da ocidentalização do mundo e da exploração capitalista? Parece-nos que buscamos exatamente o oposto. Apenas não gostaríamos de cometer o equívoco de abandonar as raízes da concepção de desenvolvimento, pois, desta forma, estaríamos afirmando que desenvolver-se é esta falácia que nos leva a um espaço desigual. O que buscamos de fato é a “regeneração de um conceito” (RUA, 2005). Para isto, nos apoiamos nas idéias de alguns autores como: Giddens (1991), Castoriadis (1982, 1992), Souza (1996) e RUA (2001). Segundo eles, vivemos um período de “crise da modernidade” ou uma “modernidade radicalizada”, cujo projeto emancipatório estaria inacabado.

Portanto, remando contra a maré “pós-moderna”, não podemos nos conformar com o modelo hegemônico e precisamos retomar as rédeas do desenvolvimento legitimando o projeto da modernidade e o seu caráter humanista. Souza (1996), nos mostra que Habermas, em sua “teoria do agir comunicativo”, nos garante a legitimidade de tal projeto, esclarecendo que a liberdade não poderá vir de seu exterior, de forma irracional, mas somente de seu interior no bojo de uma valorização da razão crítica e comunicativa, se opondo assim, à razão instrumental de nossa sociedade e a irracionaisismos.

Precisamos, portanto, repensar a concepção de desenvolvimento para contribuir com uma maior justiça social na cidade do Rio de Janeiro e não adotar o modelo hegemônico e heterônomo, até então vigente, que se limita a buscar um desenvolvimento econômico e uma modernização tecnológica restrita a uma minoria da população. Para elucidarmos isto de forma mais satisfatória, podemos “dissecar” a palavra des-envolvimento como fez Porto-Gonçalves (2006), entretanto, apresentando um sentido contrário, proposto por Rúa (durante suas aulas ministradas no curso de mestrado). Neste sentido, des-envolver significaria romper o envoltório, o invólucro, ou seja, aquilo que nos amarra, que nos prende, impedindo nossa liberdade e autonomia. Acreditamos que desta maneira, estaríamos mais próximos da idéia de desenvolvimento, entendido como uma mudança positiva, um processo histórico de caráter territorial relacionado à questão da autonomia das mais diversas sociedades visando à satisfação das necessidades naturais do homem e a diminuição das desigualdades em direção à liberdade. Torna-se mister, compreendermos que a satisfação das necessidades humanas inclui a liberdade, a participação, o acesso à cultura, sem falarmos nas necessidades básicas materiais como a habitação e a infra-estrutura de serviços públicos que estão sob o nosso enfoque.

Em sintonia com as idéias elaboradas por Cornelius Castoriadis, acreditamos que a autonomia é o melhor parâmetro de avaliação do desenvolvimento de uma determinada sociedade e do seu grau de liberdade, o que está intimamente relacionado à equidade na tomada de decisões e oportunidade dos indivíduos. Ao constatarmos este fato, estamos afirmando que

no interior do modelo societário capitalista não podemos alcançar um grau de autonomia satisfatório, pois, este modelo de sociedade vai contra a lógica de liberdade, proposta neste estudo, já que exige uma maior dominação dos homens com a abstração do trabalho, a eliminação de homens de alguns postos de trabalho pelo uso de máquinas, a propriedade privada e a busca pela acumulação, gerando escassez e privação.

Em função da desumanização capitalista do trabalho social, o homem deixou de realizar sua auto-satisfação através de sua atividade, passando a estar subordinado ao “ter”, mistificado como um fim absoluto. Destarte, o capitalismo baseado em uma “igualdade puramente formal”, idealiza uma “liberdade” que se realiza na forma de desigualdades econômicas, sociais e espaciais, “bem como na universalização da ‘escravidão mercadológica’ (isto é, a total negação da liberdade humana pelas relações sociais de produção reificadas; a dominação dos homens por uma ‘lei natural’ que prevalece cegamente, e que é sua própria criação)” (MÉSZÁROS, 2006). Apoiada neste tipo de relação social, a “liberdade” e o desenvolvimento capitalista colocam em primeiro plano a idéia de “autonomia individual”, base de nossa sociedade desigual e o oposto das concepções de autonomia e liberdade por nós almejadas.

Isto posto, ficamos pensando o que fazer em uma sociedade, como a sociedade carioca, engolfada pelo turbilhão moderno-capitalista, uma vez que acreditamos não existir uma liberdade parcial, nem uma autonomia na heteronomia capitalista. Ao refletir sobre o pensamento de Souza (1996), e concluirmos que só é possível suplicar por desenvolvimento, a partir de qualquer perspectiva, nos átrios de uma sociedade que busque mudança, alcançamos uma visão semelhante à apresentada por Rua (2001). O referido autor, nos alerta para a necessidade e a possibilidade de conseguirmos soluções a médio prazo e em uma escala local. Apesar de suas restrições, este tempo e escala de atuação são de primordial importância, principalmente, para as populações mais necessitadas, que por gerações aguardam a chegada de mudanças de modelos e paradigmas. Este viés nos parece atender, em grande parte, a nossas urgências retratadas nesse estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos, portanto, que

Ao se aceitar uma perspectiva de desenvolvimento social mesmo que não avessa ao modelo civilizatório capitalista, e não se explicitando alguns problemas fundamentais (modelo tecnológico, emprego e desemprego, relações sociedade-natureza etc), já se terá uma posição mais crítica do que aquela dos que defendem a visão economicista, ainda dominante. Por outro lado, a crítica radical ao modelo civilizatório capitalista nos afasta das soluções possíveis a médio prazo (...). Entre o urgente e o desejado por muitos, permanece o debate. A sustentabilidade e o desenvolvimento local aparecem como evidências de uma ação possível, mesmo sendo considerados conceitos merecedores de restrições quanto ao seu alcance explicativo para os problemas que a realidade nos apresenta (RUA, 2001 p.6).

Gostaríamos de esclarecer que não pensamos no local como alternativa às demais escalas, mesmo porque existem restrições impostas por fatores e lógicas regionais e globais. Além disto, na realidade, os fenômenos acontecem nos mais variados níveis que influenciam-se reciprocamente (SOUZA, 2005). Portanto, adotar a escala local como alternativa única, constituiria uma dissimulação da origem do desenvolvimento capitalista, possuidor de uma lógica transescalar (VAINER, 1998). Contudo, o local é por natureza o *locus* da resistência a processos de homogeneização e com isso queremos garantir a inteligibilidade a partir da inseparabilidade entre o ser e o seu território. Destarte,

É comumente no plano local ou regional que a sociedade civil se apresenta comparativamente mais forte, ela que, tipicamente, não dispõe da organização e da mobilidade nacionais e globais do grande empresariado e das instâncias superiores do Estado (SOUZA, 2005 p. 271).

A partir de nossas escolhas escalares, temporal (quanto ao prazo de percepção das mudanças no rumo do desenvolvimento) e espacial (a cidade do Rio de Janeiro), buscamos avançar, mesmo que parcialmente, com contribuições positivas e úteis para a construção de um espaço menos desigual na cidade

maravilhosa. Para isto, nos parecem proveitosas as idéias de Amartya Sen (2000) que compreende o desenvolvimento como um processo de construção da liberdade humana. Segundo o autor,

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.18).

Em sintonia com o autor supracitado, gostaríamos de ressaltar que a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, ou nas palavras de Mézáros (2006), privação dos poderes naturais do homem. Desta forma,

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico (SEN, 2000, p.18).

Certamente, um dos problemas mais graves da cidade do Rio de Janeiro é a precariedade do serviço de saneamento básico (uma necessidade de caráter primário em nossa sociedade), principalmente nas áreas mais pobres da cidade. Sendo assim, podemos constatar a formação de um círculo vicioso entre a pobreza e a degradação ambiental. Entretanto, é importante salientar a nossa concepção de ambiente, já abordada anteriormente. Compreendemos o ambiente como sinônimo de espaço, incluindo, portanto, o ambiente antropomorfizado e os problemas sociais que privam o homem da integração total com e no espaço. Nesta perspectiva,

Se se considera o ambiente como irredutível ao “meio ambiente”, englobando, por extensão, também o ambiente socialmente construído, problemas como a falta de saneamento básico nos espaços urbanos pobres e segregados são, indiscutivelmente, problemas urbanos

primários e, ao mesmo tempo, problemas ambientais. Aliás, em metrópoles do Terceiro Mundo, esse tipo de problema ambiental, diretamente vinculado a esses subprodutos da urbanização capitalista periférica que são a pobreza e a segregação em larga escala, é um dos mais importantes (SOUZA, 2005 p. 116-7).

Cabe salientarmos que estes problemas acabam afetando o espaço como um todo. Um exemplo disto é a poluição das praias. Portanto, a auto-segregação não garante, por completo a invulnerabilidade. Sendo assim, a desigualdade de acesso estrutural dos indivíduos aos recursos indispensáveis à satisfação de suas necessidades compromete qualquer sustentabilidade (SOUZA, 2005). Destarte, como verificado anteriormente, o homem deve ser encarado como ser social e o desenvolvimento como processo social. Segundo Sen (2000), a liberdade individual é essencialmente um produto social e a melhoria nas condições de moradia como outras liberdades permite que os indivíduos tenham uma maior autonomia e reflexivamente possam contribuir com o desenvolvimento social. A ampliação das capacidades individuais através de elementos constitutivos básicos, como uma boa condição de moradia, pode ser aumentada pelas políticas públicas, que por sua vez, pode ser influenciada pela capacidade participativa do povo (SEN, 2000).

Nossa pretensão, no presente estudo, é constatar alguns problemas decorrentes dos desenvolvimentos geográficos desiguais impostos por uma sociedade baseada em um modelo heterônimo e tentar colaborar com idéias que possam amenizar problemas ambientais relacionados à moradia na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto,

Isso não quer dizer, logicamente, que conflitos e problemas mais difusos e menos vinculados às necessidades básicas materiais, como a defesa da beleza cênica ou do patrimônio arquitetônico, devam ser negligenciados. Afinal, todos desejam uma cidade mais bonita, com sua “memória espacial” defendida e suas praias ou áreas verdes preservadas, inclusive os pobres – especialmente se eles também puderem usufruir plenamente dessas amenidades, o que, nos marcos da

segregação socioespacial típica das cidades brasileiras, está longe de ser uma realidade (SOUZA, 2005, p.118).

Apelidada de cidade maravilhosa, o Rio de Janeiro é, certamente, uma das mais belas cidades do mundo. A exuberância de seu sítio, onde o mar encontra a montanha é fonte de amenidades para seus moradores e atrai um grande número de visitantes de todo o globo. Entretanto, este belo cenário, significou um imenso obstáculo a ser vencido ao longo do processo de expansão da cidade.

Até a primeira metade do século passado, a expansão da malha urbana carioca pode ser representada como uma verdadeira luta do homem contra a natureza. No bojo deste embate, morros foram arrasados, a cidade avançou sobre o mar e pântanos às custas de aterros e, ainda hoje, rios vêm sendo canalizados e poluídos juntamente com as lagoas e as praias tão valorizadas pelos capitais incorporador, imobiliário e turístico. Em nome de interesses econômicos, esse processo tem trazido sérios problemas socioambientais, distribuídos de forma desigual no espaço e na sociedade, tem sido chamado de desenvolvimento, de modernização da cidade do Rio de Janeiro.

Isto posto, focaremos nossa atenção sobre este processo, que nos conduz a problemas graves e constantes como o déficit habitacional, no capítulo seguinte. Para tal, torna-se necessário termos em mente que o conhecimento sobre a carência de saneamento básico, juntamente com a precariedade das construções e outros fatores é relevante para uma definição mais ampla de déficit habitacional (GONÇALVES apud SOUZA, 2005). É a partir desta idéia que partiremos, no capítulo seguinte, para uma análise histórica da produção deste binômio acúmulo/escassez no desenvolvimento desigual do espaço urbano carioca.

II. O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E A VISÃO DA NATUREZA: O MAR, MARAVILHA SIMBÓLICA DO RIO DE JANEIRO.

Na segunda metade do século XIX, as contradições existentes entre as formas pretéritas do sistema escravista e o novo momento que inseria a cidade do Rio de Janeiro, de forma mais efetiva, no sistema capitalista, já eram refletidas claramente no seu espaço urbano (ABREU, 1996, 1997).

A partir deste período, a cidade do Rio de Janeiro passou a atrair capitais internacionais a procura de novas fontes de reprodução, grande parte deles utilizado no setor de serviços públicos (esgoto, gás, transporte etc.) via concessões do Estado. Desta forma, iniciava-se o projeto de uma cidade moderna, fato que só iria concretizar-se no século XX com as grandes reformas urbanas. Isto nos aponta “(...) como novos momentos de organização social determinam novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento” (ABREU, 1997, p.63).

Juntamente com a construção de uma cidade moderna ocorre a construção e afirmação de novos símbolos e signos e, um desses é a (re)valorização do litoral. Compreender como esse novo significado do litoral (da praia) foi sendo apropriado/dominado pelo capital, mais uma vez em parceria com o Estado, produzindo desenvolvimentos geográficos desiguais na cidade do Rio de Janeiro, é o principal objetivo deste capítulo.

2.1. O MAR: DE SÍMBOLO DA PUNIÇÃO A SÍMBOLO DE BÊNÇÃO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RIO DE JANEIRO.

Certamente, a idéia de morar à beira-mar ou mesmo próximo à praia na cidade do Rio de Janeiro contemporânea possui um valor simbólico muito bem apropriado pelo mercado imobiliário. Cabe ressaltar que

As formas simbólicas são representações da realidade, resultantes do complexo processo pelo qual os significados são reproduzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo cultural. As formas simbólicas, materiais ou não, constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados (CORRÊA, 2006, p.1).

Entretanto, este simbolismo que cerca o litoral nem sempre foi assim. Mesmo sob a ótica ocidental, a percepção da praia mudou ao longo do tempo. Isto porque as formas simbólicas “são sujeitas a interpretações distintas, caracterizando-se por uma instabilidade de significados, por uma plurivocalidade” (CORRÊA,2006, p.1).

A simbologia, vale ressaltar, não se limita aos centros de bem querência, despojamento ou experiência. Certas simbólicas centralidades são tidas como estranhas, temidas e a serem evitadas por determinados segmentos da sociedade assumindo, no entanto, expressão e grandeza para outros grupos ou segmentos (MELLO, 2005 p.5-6).

Para compreendermos como a praia e o mar deixaram de ser ambientes simbólicos que despertavam aversão para serem valorizados a partir do século XVIII, durante a emergência da modernidade, na concepção do Ocidente, nos basearemos na obra de Corbin (1989).

Até as primeiras décadas do século XVIII, o simbolismo que o Ocidente atribuiu ao oceano foi influenciado diretamente por idéias judaico-cristãs de relatos bíblicos. Durante este período, tinha-se uma visão negativa do mar, visto como um testemunho do dilúvio, ou seja, uma lembrança da punição divina.

Por ocasião do dilúvio, Deus abriu o grande abismo das águas; um segundo caos universal estendeu-se sobre as trevas e os nevoeiros da terra (...) O mar atual não é senão este grande abismo novamente encadeado por Deus, sua bacia, seus litorais, as montanhas que o delimitam, datam do dilúvio; constituem o

mais pavoroso espetáculo oferecido pela Natureza (CORBIN, 1989, p.13-4).

A aversão ao mar pelos ocidentais é reforçada pelas representações artísticas. A literatura clássica apresenta em sua retórica a praia como lócus de lembranças incômodas, como naufrágios e fugas. Além de ser considerado a porta de entrada de ameaças como: piratas e saqueadores, invasões de povos inimigos e o percurso marítimo da peste negra. Sendo assim, a praia permaneceu até o século XVIII, apenas como um local geopoliticamente importante para defesa contra ameaças externas. A praia não é aqui senão o palco das catástrofes e, somando-se a isso, é local de selvagens, povos não civilizados.

Apesar de já sofrer influência das práticas da navegação moderna, as representações do oceano e de suas costas, ainda pesavam muito mais sobre o imaginário Ocidental, até por volta de 1770, as influências da literatura antiga e da leitura bíblica. Durante este período, até mesmo a literatura racional da ciência moderna médica, reforça as imagens negativas do oceano.

O mar faz apodrecer os marujos. A travessia provoca o escorbuto, doença de alcance simbólico, que deteriora a carne de suas vítimas. A decomposição dos alimentos embarcados, a descoberta das doenças exóticas, levam a comparar o navio ao monturo (...). O sal, que em grande quantidade impede a decomposição, em pequenas doses acelera-a. Os vapores mefíticos que escalam do mar tornam as costas malcheirosas. (...) como se surpreender, então, com a intensidade do enjôo de mar? (...) Não saberíamos analisar as imagens do mar e de suas praias sem levar em conta o horror desse mal. As vertigens e o cheiro de vômito acrescentam-se, no turista sensível, à repugnância inspirada pelo meio físico (...). O sistema de apreciação não decorre apenas do olhar e da bagagem cultural; advém, primeiramente, das experiências cenestésicas, sobretudo quando estas se impõem com tanta força quanto as náuseas provocadas pelo arfar e balançar do navio (CORBIN, 1989, p.26-7).

Este sentimento com relação ao mar também era fortemente percebido na cidade do Rio de Janeiro até o século XVIII.

Na cidade do Rio de Janeiro do século XVIII, o medo e a desconfiança em relação aos perigos provenientes do mar não eram prerrogativas exclusivas das autoridades governamentais, sendo igualmente compartilhados pela população. A onipresença destes sentimentos no cotidiano da cidade e no imaginário de seus habitantes foi responsável por muitas histórias fantasiosas relacionadas ao perigo iminente de uma invasão (BICALHO, 2003 p. 260).

Desde o século XVII, porém, iniciou-se o processo de mudança no olhar europeu sobre as áreas litorâneas, o que acabou levando à emergência do desejo da beira-mar. Muitos dos mistérios do oceano foram sendo revelados, entre 1660 e 1675, devido aos avanços da oceanografia inglesa. Durante o mesmo período, a demonização do mar na história do Ocidente foi sendo dissipada. Segundo Corbin (1989), três fenômenos, juntos com os avanços científicos, possuem lugar de destaque nesta mudança: a teologia natural, na França ou físico-teologia, na Inglaterra; a exaltação das praias fecundas da Holanda, com a benção divina, e a moda da viagem às margens da baía de Nápoles, na Itália.

Entre 1690 e 1730, a teologia natural possuía um lugar de destaque na reeducação do olhar do homem do Ocidente sobre a natureza e sobre a praia. Neste período,

Constituído por uma rede de analogias, o mundo exterior ainda não era visto, antes de tudo, como um enigma a resolver pela observação, nem como um conjunto de forças a ser dominado pelo saber científico.

Em sua modernidade, a teologia natural cessa de analisar o homem e o universo em termos de analogias; constitui o mundo exterior em espetáculo (CORBIN, 1989, p.34).

E este espetáculo da natureza atesta o poder do Deus criador. A religião então, passa a influenciar de outra forma os significados associados ao litoral. O

que antes era uma testemunha do castigo divino, agora atesta uma aliança do Criador com sua criatura humana. Ao impor limites às águas, as quais não podem mais ameaçar o homem, o Deus-relojoeiro de Descartes, criador da Natureza passiva de Newton faria do litoral (o limite das águas) o local para contemplar seu poder.

A exaltação das praias fecundas da Holanda aliou-se à teologia natural, e com o avanço da marinha holandesa que soube apropriar-se do mar em benefício de seu comércio, surgiu um interesse artístico em retratar as paisagens litorâneas desta pátria abençoada. Entretanto, mesmo já existindo casos individuais de apreciação da praia, até a primeira metade do século XVIII, não havia um desejo coletivo de freqüentar a praia e pelo banho de mar. O desejo coletivo começou a despertar, quando um novo discurso médico e higienista apresentou aspectos salutareos do contato com a água do mar.

O banho de mar deixou de ser uma prática de povos não-civilizados e imorais e passou a ser praticado pela aristocracia. Para Schorske (2000) a aristocracia foi um agente crucial para o progresso dos costumes, com sua vida de ócio e sensualidade refinada em função do prazer. Ela possuía importante papel de incutir nas camadas mais populares o desejo de melhorar de vida. “Trata-se, por seu turno, de uma maneira das elites ratificarem o papel dos símbolos por elas criados ou mesmo apropriados” (MELLO, 2006, p.1).

Em meio aos males da crescente urbanização da Europa e aos benefícios da praia “descoberta” pela ciência, e que por isso não desperta mais temor, surgem as estações de *balneares*, *spas* e casas de banho, oferecendo outras atividades, além do banho de mar, para o público que freqüentava as áreas costeiras. “Como se sabe, o Estado e os grupos dominantes constroem artérias, parques e monumentos em diversas escalas, bem como inventam rituais que possam perpetuar sua relevância...” (MELLO, 2006 p.1). Isto evidencia a apropriação/dominação desses locais, pelos grupos hegemônicos capitalistas, tornando-os territórios inseridos na lógica do capital por intermédio de uma idéia moderna que foi sendo construída na sociedade e na cultura Ocidental ao longo dos anos através da religião e da ciência. Devemos considerar que o conceito de

Território, visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, é focado aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2004, p.16).

Já no final do século XVIII, iniciou-se a multiplicação de residências à beira-mar; entretanto, a maior mudança estava por vir. Através da reestruturação socioespacial, provocada pelo avanço dos meios de transporte, algumas praias passam a ser freqüentadas pelas camadas mais populares. “Em 1841, a estrada de ferro despeja multidões (...); a praia moderna, cuja genealogia nos esforçamos por esboçar, acaba de nascer” (CORBIN, 1989, p. 298).

Certamente que as praias freqüentadas pelos menos abastados não são as mesmas dos ricos, ou pelo menos, não são no mesmo período do ano e Corbin (1989) nos confirma este fato. Isto está diretamente ligado à maior possibilidade que os mais capitalizados possuem de vivenciar multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004), devido ao seu maior poder de mobilidade. Entendemos por multiterritorialidade, a exacerbação da possibilidade,

que sempre existiu, mas nunca nos níveis contemporâneos, de experimentar diferentes territórios ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o nosso. Sabendo, que de saída, ‘multiterritorializar-se’, para a maioria, não passa de mera virtualidade. (...) as inclusões precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem múltiplos territórios, vaguem em busca de um, o mais elementar território da sobrevivência cotidiana (HAESBAERT, 2004, p.17).

Desta forma, fica evidente que o privilégio da multiterritorialidade é para poucos. Até o presente momento do estudo em tela, em nossa pequena tentativa de retroação (MORIN, 2000), percebemos que as mudanças ocorridas sobre a

praia em nosso imaginário, estendem-se ao nosso objeto maior, o espaço. Vimos também que as mudanças espaciais estão relacionadas ao modelo societário capitalista. Sendo assim, podemos afirmar que o capital apropria-se e domina essas subjetividades e essas áreas litorâneas, obviamente de forma desigual, nem que seja como reserva de valor. Exatamente por esta apropriação/dominação e por uma questão de método e epistemologia, é que preferimos trabalhar com o conceito de território, em detrimento do conceito de paisagem. Uma vez que a noção de

Território, em qualquer acepção tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico de apropriação. (...) Embora Lefebvre se refira sempre a espaço, e não a território, é fácil perceber que não se trata de um espaço em sentido genérico. Trata-se, isso sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído... Um espaço feito território através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da natureza) e dominação (característica da sociedade moderna capitalista) (HAESBAERT apud RUA, 2006, p. 12).

Desta maneira, ao considerarmos o sentido simbólico de apropriação do espaço, não estaríamos baseando nossa análise somente na objetividade, o que seria certamente um equívoco, pois, estaríamos negligenciando o importante papel da subjetividade na produção capitalista do espaço.

Desta forma, buscamos contemplar todos os momentos da produção do espaço (feito território) que para Rua (2006, p.12), referindo-se a Lefebvre, ocorre em três instâncias:

as práticas espaciais (as formas como se gera, se utiliza e se percebe o espaço); as representações do espaço (referidas aos espaços concebidos em saberes técnicos e racionais – espaços da racionalidade técnica ocidental); os espaços de representação (referindo-se aos espaços vividos, com formas locais de organização – espaços de resistência).

Assim, percebemos como o capital apropria-se das transformações culturais, decorrentes do turbilhão de mudanças chamado modernidade, dominando espaços (como o litoral carioca), dotando-os de um valor de troca elevadíssimo devido ao seu significado cultural (a percepção) e as técnicas e racionalidades implementadas (como a infra-estrutura de saneamento básico), de forma a desigualar estes espaços (feitos territórios) dos demais, gerando restrições ao acesso e diferentes vivências e representação (como as favelas junto às áreas valorizadas, que são evidências de incerteza e de desordem na racionalidade e na ordem capitalista).

A reprodução capitalista do espaço depende da reprodução dos valores culturais que é realizada por meio das artes, mas que, no período técnico-científico-informacional, tem um papel de destaque nas estratégias publicitárias e nos meios de comunicação. A estas estratégias podemos chamar de territorialidades, pois, “territorialidade é uma estratégia para criar e manter o espaço geográfico através do qual experimentamos o mundo e o dotamos de significados” (SACK, 1986, p.219).

Os significados difundidos nas canções (“Copacabana, princesinha do mar...”, de Braguinha e Alberto Ribeiro, “Garota de Ipanema”, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, “Cidade Maravilhosa”, de André Filho, dentre outras), nos cartões postais e nos locais retratados nas novelas, todos valorizam o litoral do Rio de Janeiro. Na abertura dos Jogos Pan-Americanos de 2007, realizados no Rio de Janeiro, ficou clara a valorização do mar como um dos maiores símbolos de maravilha da capital fluminense, quando os bailarinos formaram uma representação da praia de Copacabana no gramado do Maracanã. É desta maneira que a cultura dominante vai sendo imposta, passando a ser considerada senso comum. Neste contexto, podemos perceber a transescalaridade do capital, uma vez que estes símbolos extravasam a escala local e chegam ao global, passando pela regional.

As formas simbólicas estão, em muitos casos, associadas a eventos e personagens cujos significados extrapolam a escala

local, regional ou nacional, podendo referir-se a eventos e personagens de expressão internacional e global (...). As formas simbólicas não são, assim, apenas singulares, mas adquirem um sentido universal (CORRÊA, 2006, p.4).

Através deste breve ensaio, podemos perceber que o movimento de “ocidentalização do mundo” (LATOUCHE, 1994) realiza, através da dedução, uma dominação cultural, percebida em relação ao litoral. Entretanto, essa valorização da orla, incutida no imaginário de grande parte das pessoas, não significa que todos terão acesso, muito pelo contrário, o que se percebe na produção do espaço são desenvolvimentos geográficos desiguais, dos quais o capital necessita para extrair sua renda monopolista. Para tal, no caso carioca, a orla é privilegiada em relação às transformações subjetivas e também objetivas, principalmente no que tange a infra-estrutura urbana. Entretanto, as conseqüências destes privilégios não se encerram nestas localidades. Este processo repercute na organização da malha urbana carioca, cujos impactos sociais, econômicos e ambientais afetam mesmo as áreas e os indivíduos mais “desenvolvidos”. Estes fatos tornam-se mais evidentes em uma cidade onde a “ordem” da cidade formal, encontra-se bem próxima da “desordem” da cidade informal.

Ao analisarmos o projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro e a valorização da praia, apropriada pelo capital que, em associação com o Estado, promove uma reorganização do espaço carioca, podemos perceber a intensificação de desenvolvimentos geográficos desiguais, sendo este processo o que conduzirá nossa análise a partir de então.

2.2. AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: ACUMULAÇÃO E ESCASSEZ DE INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO NO RIO DE JANEIRO.

Desde a segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passou a receber vultosos investimentos de capitais internacionais, utilizados em grande parte, no setor de serviços públicos (esgoto, gás, transporte etc.). Lançavam-se,

então, as bases para organização da cidade no século XX. Para tal, o papel dos bondes foi fundamental, pois, ao servirem a zona sul, reforçaram uma tendência de ocupação destas áreas pelas classes mais abastadas que possuíam um maior poder de mobilidade. Entretanto, a modernização da cidade do Rio de Janeiro só se concretizou no século XX (ABREU,1997). Portanto, escolhemos como marco inicial a Reforma Passos, iniciada em 1902, que seria o primeiro grande exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano carioca. A partir de Passos, as elites do Rio de Janeiro realizaram um grande movimento rumo ao litoral, o que até então, restringia-se à zona sul. Passados mais de sessenta anos da referida reforma, o plano Lúcio Costa, elaborado durante o governo Francisco Negrão de Lima (1968-71), ampliou os horizontes dessas elites que passaram, a partir de então, a ocupar o litoral da zona oeste (Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes), até aquele momento considerada rural.

Ao longo do século XIX, coube aos paradigmas da ciência médica um papel de destaque no embasamento e na realização destas reformas urbanas. Eram dois os principais paradigmas da medicina sobre as causas e propagação de doenças epidêmicas. De um lado existia a corrente anticontagionista que acreditava que certas doenças eram transmitidas através do contato direto entre indivíduos, ou indiretamente, através do contato com objetos contaminados por doentes ou da respiração do ar contaminado. A outra corrente acreditava ser a infecção a principal causa e forma de propagação das doenças epidêmicas. A infecção seria a ação exercida no ar pelas substâncias liberadas no processo de decomposição dos corpos. A liberação de gases seria potencializada pelo calor e pela falta de circulação. Assim sendo, a infecção teria como causa emanções nocivas, chamadas de miasmas que alicerçavam o paradigma da infecção e estava diretamente relacionada ao ambiente. Sob esta perspectiva, o indivíduo doente também poderia contagiar outros. Entretanto, o contágio acontecia por meio da alteração do ambiente que os circundava. Este último fator fazia com que os dois paradigmas se combinassem com freqüência (CHALHOUB, 1996).

Durante as últimas décadas do século XIX, a corrente de pensamento médico chamada Higienismo e sua teoria dos miasmas ganharam papel de

destaque na organização da cidade. A teoria dos miasmas surgiu no século XVIII, atribuindo às condições do meio as mais diferentes doenças e manteve-se até o final do século XIX como a principal fonte de explicações sobre a origem das enfermidades. Esta durabilidade deve-se a uma flexibilização desta teoria que absorve novas concepções de natureza. Marcondes (1992, p.37) nos alerta para esta nova visão da relação homem-natureza, que:

(...) corresponde à concepção mecanicista de natureza, que encontramos em todo esse período em pensadores como Galileu, Descartes e, posteriormente, Newton. A natureza é vista como uma máquina em movimento, funcionando através de leis causais deterministicamente estabelecidas.

Essa nova visão de natureza que constitui uma das bases do pensamento moderno é necessária para conduzir a revolução técnica que, por sua vez é indispensável para o desenvolvimento da produção industrial-capitalista e tem como um dos seus axiomas centrais o princípio do fundamento, o que permite a dicotomia homem-natureza e a instrumentalização da última (BRUSEKE,1998).

É em nome da modernidade e da integração, cada vez maior, da cidade do Rio de Janeiro no contexto da economia capitalista internacional que a teoria dos miasmas é utilizada, supostamente, para adequar o espaço urbano às necessidades da sociedade. Podemos afirmar que

Esta adequação foi, em grande parte, facilitada pelo surgimento do higienismo como forma de combate aos desequilíbrios da relação homem-natureza, no âmbito do saber médico. Ele abria caminho para que, dentro de uma teoria de cunho determinista, houvesse um processo de intervenção no meio, adequando-o às necessidades da sociedade (DAMASCENO,1993, p. 21).

Isto ocorreu, pois a imprecisão na explicação da origem e propagação dos miasmas, fez com que os médicos colocassem todo o ambiente sob constante vigilância, especialmente, as áreas habitadas pelas “classes perigosas”

(CHALHOUB,1996). Neste contexto, o final do século XIX e o início do século XX foi marcado por obras de saneamento e pelo arrasamento dos cortiços, eleitos como o grande foco de epidemias que proliferavam pelo Rio de Janeiro. Contudo, a destruição dos cortiços estava ligada muito mais ao fato de estes ocuparem porções da área central, cobiçadas pelo capital, do que a um suposto interesse na melhoria das condições sanitárias. O Estado intervinha diretamente sobre a organização espacial da cidade, beneficiando o grande capital e as classes abastadas, seguindo o discurso sanitaria.

Devido à construção deste saber científico da medicina social emerge a necessidade de sanear a cidade com estas intervenções, dotando-a de uma nova infra-estrutura, uma vez que os serviços até então existentes estavam totalmente inadequados. Até meados do século XIX, o esgotamento era realizado pelos “tigres”, escravos que carregavam barris de excrementos das residências lançando-os ao mar em frente ao largo do Paço, na Praia do Peixe (Rua D. Manuel) e na Praia das Farinhas (dentre outros logradouros). Com a difusão de uma medicina coletiva que passou a ter como objetivo a prevenção, era necessário agir sobre o corpo social, intervindo diretamente no espaço. Este fato revela a importância do caráter político da medicina social. Ao intervir no espaço social, ela precisa do Estado para concretizar o processo de prevenção de doenças da população. Pelo mesmo motivo ela se torna útil ao Estado como um instrumento capacitado para assumir a responsabilidade sobre as intervenções relacionadas à saúde, apoiada na racionalidade científica (MARQUES, 1995). Segundo Bicalho (2003), o saber médico era utilizado em nome do policiamento, do olhar minucioso, da hierarquização e da criação de espaços de incorporação, já que grande parcela da população carioca era expulsa de seus territórios sob um rígido controle e punição para quem estivesse fora dos padrões exigidos pelo saber médico. No período da história conhecido como Época Moderna

os médicos eram, de certa forma, especialistas do espaço. Eles formulavam quatro prolemas fundamentais: o das localizações [...], o das coexistências [...], o das moradias [...], o dos deslocamentos. Eles foram,

juntamente com os militares, os primeiros administradores do espaço coletivo (FOCAULT apud BICALHO, 2003 p.242).

Sendo o espaço a própria sociedade, as intervenções no ambiente urbano significam o desenrolar do tempo, com novos padrões de comportamento e novas relações sociais. Ao longo deste período

era urgente transformar os aspectos naturais da cidade, dessecando pântanos e arrasando morros. Por outro lado, era necessário controlar as habitações, especialmente as operárias e os cortiços, canalizar água, coletar esgotos, afastar lixo e outras imundícies, alargar ruas para que o vento conseguisse eliminar os miasmas mefíticos e purificar o ar. (...) o higienismo preparou a implantação das “maquinarias inglesas de conforto”, introduzindo as formas sutis de exercício do poder características da sociedade moderna.

No caso específico do Rio de Janeiro, a importância da ação organizadora crescia enormemente. Tratava-se de cidade portuária estratégica para a economia agroexportadora, núcleo da gestão administrativa, porta de entrada do Império e centro incontestável do país sob os pontos de vista ideológico e simbólico (MARQUES, 1995 p. 57).

É sob a égide deste racionalismo higienista que começava a se reproduzir um espaço, relações e subjetividades característicos de um padrão urbano moderno, valorizando as idéias das classes mais abastadas e legitimando um espaço segregado. Neste contexto, implementou-se a primeira intervenção coletiva relacionada aos esgotos da cidade do Rio de Janeiro. Com o apoio de higienistas, o imperador D. Pedro II abriu concorrência para a construção de um sistema de esgotamento sanitário, no ano de 1853. O imperador recebeu duas propostas. A primeira, de João Frederico Russel e de seu sócio Lima Junior baseava-se na construção de uma rede de esgotos em toda a área central da cidade. O esgoto coletado seria transportado para uma estação de tratamento que consistia em um tanque de precipitação química (COELHO, 1985). Já a proposta realizada pela Companhia Hanquet desejava aperfeiçoar o antigo sistema dos

tigres através da instalação de tubulações nos prédios que conduziriam os esgotos a barris lacrados. Estes seriam levados para o exterior da cidade e incinerados (MARQUES, 1995).

Em 25 de abril de 1857, foi assinado pelo imperador o contrato de esgotamento sanitário da cidade do Rio de Janeiro, com João Frederico Russel e Joaquim Francisco de Lima Junior, tendo validade de 90 anos e concedendo o direito de construir e administrar a rede pública de esgotos sanitários, além da instalação do sistema nos prédios, no interior dos limites da área central, cerca de 4,24 quilômetros quadrados (CEDAE, 2007). A realização das obras deveria começar em 18 meses. Entretanto, como nada fora realizado dentro do prazo, após muitos adiamentos, em maio de 1863, o contrato foi transferido para uma empresa de capital inglês, The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited. Segundo Marques (1995), a empresa de Lima Junior e Russel (cidadão inglês), era apenas uma representante dos interesses da City. Os dois sócios que ganharam a concessão imperial para a instalação e administração do sistema de esgotos do Rio de Janeiro receberam 89 mil libras esterlinas em troca da transferência do contrato. Além disso, os estudos preliminares da empresa de Russel foram realizados na Europa e o projeto a ser implantado na cidade do Rio de Janeiro foi assinado pelo futuro presidente da City. Esta trama fez do Rio de Janeiro a terceira cidade do mundo a ser dotada de uma rede de esgotos. Antes dela, somente as cidades de Londres (1815), que foi a pioneira e a única capital a se antecipar ao Rio de Janeiro e de Hamburgo (1842), fato que demonstra o cosmopolitismo da antiga capital do Império (CEDAE, 2007).

A expansão inicial da rede de esgotos foi rápida. O recenseamento de 1872 registrava que a rede contemplava cerca de 47% dos edifícios e já existiam trinta mil ligações (RIBEIRO, 1985). A implementação da rede de esgotamento sanitário no Rio de Janeiro estaria no bojo de uma série de intervenções higienistas que teve como ponto de partida a epidemia de febre amarela de 1849-51 e o temor de sua ressurgência nos anos vindouros. As autoridades médicas responsáveis pelo combate à epidemia afirmavam que o surgimento da doença estava relacionado,

antes de tudo às condições sanitárias da cidade do Rio de Janeiro (CHALHOUB, 1996). Na cidade

Havia pântanos malcheirosos e poças d'água imunda e estagnada (“águas servidas”) por toda parte, as praias exalavam fedor proveniente de detritos domésticos em decomposição, carcaças de animais mortos apodreciam nas ruas e, fator agravante do caos higiênico naquela quadra, o verão se apresentava ainda mais quente e úmido do que o habitual, mas sem as fortes chuvas e trovoadas que são tão comuns no Rio nessa época (CHALHOUB, 1996 p.66).

Contudo, de acordo com Marques (1995), precisamos destacar que o processo de saneamento da cidade do Rio de Janeiro estava relacionado diretamente com o funcionamento da cidade, com as dimensões ideológicas e de controle social, negligenciando algumas das necessidades mais urgentes da população carioca. Entre 1870 e 1880, as duas doenças epidêmicas de maior incidência na cidade, a febre amarela e a varíola, causaram 14.541 e 6.618 mortes, respectivamente. Durante o mesmo período, a tuberculose, doença relacionada com as condições de trabalho, levou ao óbito 20.916 indivíduos. No entanto, durante este período, não houve políticas públicas voltadas para a saúde dos trabalhadores.

O que nos permite compreender esta lógica de intervenção no espaço urbano carioca é o comportamento do Estado. Este, em detrimento da satisfação das necessidades do povo, atuou em sociedade com os capitais estrangeiros e nacionais, por meio da ideologia de modernização e de “europeização” (ocidentalização) do espaço urbano do Rio de Janeiro. Desta maneira,

Apesar de a linguagem assentada na noção de ambiente continuar a predominar entre médicos e autoridades na virada do século, o fato é que tais personagens haviam passado a atuar a partir do pressuposto de que o objetivo principal era promover o embranquecimento da população. (...) ao combater a febre amarela e negligenciar as doenças que flagelavam a população negra, os doutores, na realidade, procuravam *mudar o ambiente com o intuito de auxiliar a natureza*. E o

trabalho da natureza, coadjuvada pela imigração e pela miscigenação, era a eliminação paulatina da herança africana – isto é, a herança da “raça inferior” – presente na sociedade brasileira (CHALHOUB, 1996 p.95).

Através desta ideologia e da comunhão Estado/capital, empresas estrangeiras (como a City), participaram significativamente da produção e gestão do espaço urbano junto com os capitais nacionais mercantis (em grande parte oriundos da produção cafeeira). Neste período, era marcante a presença de empresas com capital estrangeiro responsáveis pelos serviços públicos na cidade do Rio de Janeiro. Além dos esgotos a cargo da inglesa City, havia as barcas que realizavam o transporte na Baía de Guanabara também sob capital inglês, o gás sob controle de uma empresa belga, os americanos com os bondes e o capital canadense, responsável pela iluminação pública (MARQUES, 1998). Outro fato que comprova a perfeita sintonia capital/Estado era a superposição entre os produtores do espaço urbano e os ocupantes dos cargos públicos responsáveis pelo mesmo. No ano de 1873, foi criada a Comissão Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Desta comissão faziam parte o futuro prefeito Francisco Pereira Passos que ocupava o cargo de inspetor de obras e era presidente da empreiteira Companhia São Cristóvão, o engenheiro e presidente da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil (proprietária da estrada de ferro que hoje é a linha auxiliar da Central do Brasil, inaugurada em 1893), Paulo de Frontin e o também engenheiro, André Rebouças, um dos principais responsáveis, juntamente com Frontin pela primeira grande reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Esta atuação do Estado, gênese do urbanismo moderno no Brasil que somente se concretizaria com o Plano Agache (fim da década de 1920), começava a expandir sua atuação sobre o espaço da cidade como um todo, culminando na reforma urbana realizada pelo prefeito Francisco Pereira Passos, no período 1902-1906 (ABREU, 1997).

As grandes transformações realizadas pela Reforma Pereira Passos foram:

(...) motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. Com efeito, o rápido crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e, conseqüentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluindo o espaço urbano de sua capital), condizente com esse novo momento de organização social (ABREU,1997, p. 59).

Desta maneira, a modernidade que resulta em etapas de modernização e que estaria intimamente ligada à evolução do modelo societário capitalista (SOJA, 1993), teria como porta de entrada no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. Como vimos, é inegável que a cidade do Rio de Janeiro, com sua função portuária, integrada ao circuito mercantil mundial, possui um cosmopolitismo. Segundo Azevedo, “é impossível pensar o desenvolvimento embrionário da capitalidade do Rio de Janeiro sem levar em consideração o caráter portuário da cidade” (2002, p. 48). Junto com os intensos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais chegavam ao Rio de Janeiro informações, desenvolvendo uma sociedade receptora de novidades. Entretanto, preparar o espaço urbano do Rio de Janeiro de acordo com as imposições do sistema capitalista, significa promover desenvolvimentos geográficos desiguais, privilegiando algumas áreas em detrimento de outras, garantindo a acumulação de capital. Para isto era necessário retirar a população de baixa renda das áreas a serem valorizadas. Entretanto, sem política alguma de habitação para esta população, as únicas alternativas continuavam a ser os cortiços e, posteriormente, as favelas. O caso da ocupação do Morro da Providência ilustra bem o fato. A ocupação desse morro teria seu início relacionado ao fim do famoso cortiço Cabeça de Porco, localizado no sopé da Providência. Por esta razão, a Reforma Passos representa um marco na intensificação da estratificação social do espaço carioca. Como

No Rio (...) os recursos aplicáveis em bens urbanísticos são raros: em vários casos, a infra-estrutura não se renova há trinta ou

cinquenta anos. A solução foi amontoar os ricos em torno destes bens para que pudessem desfrutá-los ao máximo, e impedir a entrada dos pobres no núcleo (do que se encarregou a empresa privada, através da especulação imobiliária), ou expulsá-los para fora dele (do que se encarregam certos planos e instituições do governo) (ABREU, 1997, p.17).

Como vimos, a ocupação diferenciada da cidade entre uma rica zona sul e um subúrbio ocupado por uma população de baixa renda, foi facilitada pelo papel dos bondes, que inicialmente, serviam às classes mais abastadas e dos trens que serviam os subúrbios, apesar de os primeiros terem chegado mais tarde aos subúrbios atendendo a população destes logradouros. De imediato, o trem só foi introduzido para a locomoção de mercadorias e, posteriormente, foi utilizado para conduzir a população residente dos subúrbios. Este fato tem início na segunda metade do século XIX. Todavia, este padrão de ocupação social do espaço carioca, marcado pela busca por amenidades (principalmente a proximidade com o mar) pelas classes mais abastadas, só foi reforçado no século XX. Segundo Lessa,

a cidade desdobrou-se em novos comportamentos e dimensões, de forma quase triunfal, seguiu pela direção proposta a partir da Reforma Passos, caminhando pela linha de praias da Guanabara, dirigindo seu olhar para o oceano Atlântico (2001, p.237).

Cabe mencionar que, durante a Reforma Passos, toda a orla da Lapa ao final da praia de Botafogo sofreu um transformador processo de embelezamento. Contudo, o alto valor atribuído pelas elites de morar à beira-mar no Rio de Janeiro levou algum tempo. Até meados do século XIX, as pessoas trataram o mar como receptáculo do seu próprio lixo, associando a ele um tom de insalubridade. Já na segunda metade do século XIX, reproduzindo aquilo que se idealizava na Europa, a elite carioca passou a visualizar o mar e as praias como locais salubres. O mar teria a capacidade de purificar o ambiente, eliminando a possibilidade de miasmas. “Graças ao solo calcário, bem como à ausência de pântanos e florestas,

as exalações encontram-se ali reduzidas o mínimo, (...) assegurando o monopólio das benéficas brisas marinhas” (CORBIN, 1989, p.82). Desta forma, o mar seria mais do que o local para lançar as deletérias matérias fecais. Sendo assim,

Contraditoriamente, e em função desta mesma característica, o mar passou também a ser valorizado para banhos. No Rio de Janeiro de meados do século XIX, era possível encontrar anúncios nos jornais como os da empresa “Banhos Populares Fluminenses”, que ofereciam banhos terapêuticos na praia do Passeio Público (GOMES, 2005, p. 66).

Porém, é importante ressaltar que até meados do século XIX, São Cristóvão e Botafogo eram bairros escolhidos pelos mais ricos, para estabelecer residência. O bairro de São Cristóvão, por abrigar a família imperial, usufruía vantagens que nenhum outro bairro; nem mesmo Botafogo possuía o melhor sistema de fornecimento de água do Rio de Janeiro, além de sistema de esgoto, embora, este último aparato, algumas outras áreas do Rio de Janeiro, em especial a zona sul, também possuíam (ABREU, 1997). Com a Proclamação da República e a instalação de fábricas em São Cristóvão, Botafogo assumiu a preferência da maior parte dos que possuíam recursos na cidade do Rio de Janeiro. Contudo,

o mais importante – e com efeitos não apenas em São Cristóvão, mas sobre toda a cidade – foi, sem dúvida a difusão da ideologia que associava o estilo de vida “moderno” à localização residencial à beira-mar. Atrás desse movimento estavam as mais variadas unidades de capital (...) (ABREU, 1997, p.47).

Teve papel de destaque a Companhia Jardim Botânico, que detinha monopólio sobre o transporte e pretendia estendê-lo, desde a década de 1880, até à desabitada Copacabana. Um relatório elaborado pela Companhia, em 1894, evidencia sua ideologia, que antecipava as vantagens de acumulação de capital sobre a exploração deste areal, como se observa no trecho abaixo:

É incontestável que as duas praias de Copacabana e Arpoador são dotadas de um clima esplêndido e salubre, beijadas constantemente pelas frescas brisas do oceano (...). a exceção de um ou outro prédio bom, os demais são, na verdade, pequenas e pobres choupanas... É (pois) um bairro a *crear-se*. Agora é que vão tendo começo a edificações, as melhores casas se levantam, depois de vendidos os lotes de terrenos para esse fim, já se acha organizada uma companhia com capital suficiente para edificar um *club de sport* e uma grande casa balneária que, brevemente dará começo às obras. Dentro de povoações, para onde afluirá, de preferência a população desta cidade na estação calmosa, devido à salubridade e à amenidade do seu clima e à excelência dos banhos de mar, como se pratica nas cidades *balneárias* da Europa (NORONHA SANTOS apud ABREU, 1997, p.66).

Este trecho do relatório supracitado torna evidente como o capital apropriase de subjetividades, como a mudança de significado da praia difundida pela cultura moderna ocidental⁴ (CORBIN, 1989) e passa a dominar o espaço, feito território, como se utiliza Lefebvre (1993), com a finalidade de extrair a renda monopolista (HARVEY, 2005) através das particularidades locais, promovendo desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2004). Privam-se alguns das “benesses modernas”, até mesmo desterritorializando-os (como as “pequenas e pobres choupanas”), para em seu lugar criar meios de maximizar o acúmulo de capital (como as melhores edificações, as casas balneárias, o clube de esportes e até mesmo a infra-estrutura de esgotamento sanitário).

É importante ressaltar o papel do estado que sempre colabora para este acúmulo de bens, fornecendo infra-estrutura e concessões diversas. Logo, a prefeitura autorizaria a extensão dos bondes até Ipanema. O exemplo de Ipanema é importante para ilustrar como o Estado privilegiou a especulação destas áreas em detrimento das necessidades suburbanas mais densamente ocupadas. Entre 1909 e 1910, durante a administração Serzedello Correa, Ipanema foi beneficiada

⁴ Madruga (1992, p.21), ao tratar das mudanças sociais atribuídas ao período da modernidade, argumenta que este período “representa o início da busca de liberdade, fantasia, lazer e prazer que vão modificar radicalmente a forma de ver o litoral.”

com obras de saneamento, embora só existissem 175 prédios no bairro (ABREU,1997).

Alguns anos antes, em 1906, a City inaugurou a primeira rede do Rio de Janeiro construída no sistema separador absoluto que isolava plenamente as redes de águas pluviais e de esgoto. Este sistema era o que havia de mais moderno na época e foi instalado pela primeira vez no bairro litorâneo de Copacabana, uma das mais importantes áreas de valorização dos capitais imobiliário e fundiário nos anos seguintes. É preciso ressaltar que toda a freguesia da Lagoa possuía 12.750 moradores correspondentes a apenas 7% da população de todas as freguesias rurais somadas, que neste período incluíam os subúrbios, sendo que algumas destas áreas só seriam contempladas com os primeiros investimentos na década de 1960 (MARQUES, 1996). Apesar de beneficiar tais áreas, a baixa qualidade do serviço apresentado pela empresa inglesa, a sua posição reacionária frente à utilização de engenheiros e materiais nacionais e, principalmente, a falta de ampliação dos investimentos, dificultava o adensamento de algumas áreas de interesse do setor de acumulação urbana. Este fato prejudicou a relação da City com o capital imobiliário e com as empresas de urbanização que como vimos, anteriormente, possuíam estreitos laços com o Estado.

Neste contexto, a Rio de Janeiro City Improvements teve o monopólio sobre os serviços de saneamento básico quebrado em 1922. Conseqüentemente, o órgão fiscalizador da City, a Inspetoria de Águas e Esgotos do Ministério da Educação e Saúde (IAE), tornou-se beneficiária de todas as novas concessões de esgotos da cidade. A City permaneceu com sua concessão até 1947, mas sem o monopólio, não instalou, nem gerenciou os serviços de esgoto das novas áreas valorizadas pela expansão da urbanização do Rio de Janeiro. Com a IAE no controle direto iniciava-se um novo momento da gestão dos serviços, agora sob responsabilidade direta do Estado.

Destarte, o Estado deixava de fornecer concessões sobre os serviços de infra-estrutura, mas continuava a privilegiar a reprodução e acumulação do capital responsável pela especulação fundiária e pela promoção imobiliária. Foi a partir

deste momento que na construção do espaço urbano carioca e brasileiro, o capital privado nacional especializou-se nas áreas relacionadas à incorporação e promoção imobiliária, construção civil e engenharia pesada. Coube ao Estado a dotação dos serviços públicos, garantindo as condições necessárias para a acumulação de capital e a prestação subsidiada de serviços para um seleto grupo da população. Esta proximidade entre o Estado e o capital privado deve-se à constituição de uma rede de relações pessoais e à permeabilidade das instituições públicas que privilegiam os interesses privados em detrimento dos públicos e a legitimidade do Estado, quanto ao seu papel de provedor e administrador. No início do século XX, os limites entre o público e o privado eram muito tênues. Grandes empreiteiros deste período exerciam importantes cargos públicos. Podemos citar os exemplos de Vieira Souto, dos irmãos André e Antônio Rebocas, Francisco Pereira Passos, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio (MARQUES, 1996).

Cumprir mencionar, que com este novo arranjo institucional, em que o Estado passou a administrar diretamente os serviços de infra-estrutura, durante a década de 1930, as políticas de saneamento seguem a lógica populista deste período histórico. Durante este momento alguns bairros do subúrbio, como a Penha receberam investimentos. A construção da estação de tratamento de esgotos da Penha em 1941 representou a instalação do primeiro equipamento de grande porte nesta porção da urbe carioca. Esta área era o principal eixo de implantação de indústrias com a abertura da Avenida Brasil (1946) e com a construção de conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, os IAPI's.

Segundo Abreu (1997), mesmo durante o período populista, estes investimentos foram de menor significância que os realizados nos bairros da zona sul, sendo distribuídos de forma clientelista. Entretanto, Kleiman (apud MARQUES, 1996) em seus levantamentos históricos sobre obras públicas afirma que do total de recursos investidos em infra-estrutura a área suburbana recebeu 29% contra 30% da zona sul e 19% da área central da cidade do Rio de Janeiro entre 1938 e 1945. No período correspondente a 1945- 51, a área suburbana recebeu 38% e a zona sul 27%, não havendo informações sobre o centro; e entre

1951 e 1954 os investimentos nestas áreas foram de 36, 23 e 20%. Somente a partir de 1954, a zona sul recebeu um volume de recursos consideravelmente maior que as áreas suburbanas. Entre 1954 e 1960, os valores foram de 21% para os subúrbios, 38% para a zona sul e 26% para o centro.

Porém três aspectos precisam ser ressaltados. Mesmo quando os valores de investimento foram maiores na área suburbana, o montante na zona sul não apresentou uma queda significativa. Além disto, levando em consideração que a área de abrangência do espaço suburbano é muito maior que a zona sul, as maiores inversões realizadas no subúrbio passam a não ter uma expressividade tão assustadora. O terceiro aspecto a ser salientado é sobre o acúmulo de infraestrutura realizado pela zona sul desde de o século XIX, quando ainda nem era tão densa a sua ocupação. Desta forma, tornam-se mais expressivos os investimentos realizados nestas áreas da cidade ao longo do período populista. Se somarmos a isto os poucos recursos para a produção de moradias voltadas a população de baixa renda fica mais evidente a seletividade por parte do Estado em relação ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

Sendo assim, devemos destacar a distribuição desigual da rede de esgotos durante este período. Os principais bairros servidos pela IAE até o término da concessão da City foram os bairros de moradia das classes mais abastadas. Isto demonstra que o verdadeiro objetivo não era suprir as reais necessidades da população do Rio de Janeiro, mas sim a extração da renda de monopólio, através de um serviço considerado básico e necessário para uma boa qualidade de vida, sem comprometer os poderes essenciais do homem. Durante este período, a Inspetoria inaugurou as redes do Leblon, Ipanema e Lagoa (1935); Grajaú, Morro da Viúva e Castelo (na área onde o morro havia sido desmontado) (1937); e Urca (1938).

Gostaríamos de destacar que a maioria das localidades beneficiadas encontra-se na orla carioca. A inauguração do sistema nos bairros de Ipanema e Leblon foi realizada quando possuíam menos de 50 mil habitantes. Só para ilustrarmos, os municípios de São João de Meriti e Nilópolis tinham 62 mil habitantes no mesmo censo. Todavia, só receberiam redes de esgotamento

sanitário em 52 anos após, em 1987 (ABREU, 1997 e MARQUES, 1996). Esta política direcionada de investimentos em infra-estrutura nas áreas mais rentáveis ao capital incorporador intensificou-se na metade dos anos 1940. Ao direcionar grande parte da verba pública para os setores de infra-estrutura, o Estado beneficiou as grandes empreiteiras de forma a fortalecê-las economicamente, permitindo a sua profissionalização e sua especialização para ampliar sua escala de atuação. O robustecimento do setor foi tão expressivo que, no fim da década de 1970, as maiores empresas, com o auxílio do Estado se lançaram ao mercado internacional (MARQUES, 1996).

As administrações públicas dos anos seguintes seguiram o mesmo caráter concentrador da urbanização do Rio de Janeiro. Os túneis Santa Bárbara (1963) e Rebouças (1965) impactaram de forma negativa muito mais os bairros menos abastados e interessantes ao capital (Catumbi, Rio Comprido) do que Laranjeiras e Lagoa, respectivamente. Além de prover a infra-estrutura, o Estado tratou de criar solo através de aterros e desmontes de morros. O morro do Castelo, mesmo sendo o local de origem da urbe carioca, e o morro de Santo Antônio foram desmontados e mutilados respectivamente. A população, maioria de baixa renda, que ocupava estes morros teve que sair, pois o material dos mesmos serviu para criar solos muito valorizados. O bairro da Urca, junto ao Pão de Açúcar, o parque do Flamengo e parte da Lagoa são exemplos de aterros valorizados, realizados com material do “solo dos pobres”. Já na década de 1920, a verticalização junto à linha da costa começou a ganhar expressividade no bairro de Copacabana. Na década de 1930, foi a vez de Ipanema e Leblon seguirem o processo de verticalização. Estes novos empreendimentos verticalizados, símbolos de uma moradia moderna, representando *status* social são uma evidência da valorização que sofreu a área litorânea carioca. A consequência da edificação destes prédios foi um enorme crescimento populacional dos bairros da orla marítima da zona sul, com destaque para Copacabana que cresceu cerca de 5,7% ao ano, na década de 1940 e 6,4% na década seguinte, tendo um aumento de sua população superior a três vezes em apenas vinte anos (tabela 1). Ipanema e Leblon já demonstravam também, um considerável crescimento entre as décadas de 1940-

Tabela 1- Taxa de crescimento anual da população residente no município do Rio de Janeiro, por zona e bairro – décadas de 1940, 1950 e 1960.

Municípios, zonas e bairros	População			Taxa de crescimento anual (%)	
	1940	1950	1960	40-50	50-60
Município do RJ	1.759.277	2.375.260	3.300.431	3,0	3,3
Centro e adjacências	378.693	367.538	364.153	-0,3	-0,1
Zona Sul	246.445	359.681	556.145	3,9	4,5
Glória	61.728	82.563	114.293	3,0	3,3
Lagoa	54.992	59.460	70.494	0,8	1,7
Gávea	55.592	88.409	131.011	4,7	4,0
Copacabana	74.133	129.249	240.247	5,7	6,4
Zona Norte	197.961	237.912	291.925	1,9	2,1
Zona suburbana I	588.532	826.341	1.057.869	3,5	2,5
Jacarepaguá	71.425	107.093	193.792	4,1	6,1
Zona suburbana II	182.461	324.906	564.425	5,9	5,7
Pavuna	56.173	98.594	183.027	5,8	6,4
Anchieta	35.891	75.600	139.800	7,7	6,3
Realengo	90.397	150.712	241.598	5,2	4,8
Zona oeste	70.825	111.832	203.479	4,7	6,2
Ilhas	22.935	39.957	68.64	5,7	5,6

Fonte: ABREU, 1997.

60, a circunscrição censitária que abarcava os referidos bairros teve sua população acrescida em 59% na década de 1940. Entre 1950 e 60 este crescimento chegaria a 86% em Ipanema e 46% no bairro do Leblon (ABREU, 1997). A zona sul transformava-se, então, em um novo centro de serviços, lazer e comércio, até então, restritos à área central do município.

Este processo representa bem o projeto de modernidade na cidade do Rio de Janeiro, com o domínio do homem sobre a natureza através de sua técnica. Marques parece estar em sintonia conosco ao afirmar que “a produção desses espaços representou a introdução de uma concepção totalmente nova de vida, tornando-se possível apenas após a construção de uma idéia de modernidade associada à individualidade” (1996 p.47). Também é neste contexto que Copacabana torna-se um ícone do moderno e um símbolo de brasilidade, muito bem apropriado pelo capital, como nos aponta a seguinte afirmação:

O balneário integrado à intimidade da metrópole, à mata atlântica, às lagoas, à restinga, à silhueta da ilhas oceânicas e às praias desertas tropicais estão no Rio à disposição de qualquer um. A cidade teria realizado o *opus magnum* de domesticação da Natureza. O viver sofisticado da metrópole combinado à natureza apropriada e domesticada: Copacabana é a síntese da cidade (...). A partir do brilho de Copacabana o Rio é muito mais: é simplesmente o Rio. Para o brasileiro, Copacabana converte-se no ícone do moderno, do não-colonial e da originalidade nacional (LESSA, 2001, p.246-7).

Ainda na primeira metade da década de 1960, durante o governo Carlos Lacerda (1960 – 1965), o então Departamento de Esgotos Sanitários (DES – criado em 1953), subordinado à Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), criada em 1957 pelo prefeito Negrão de Lima, ampliou a rede de esgotos em 60%, estendendo-a a grande parte dos subúrbios. Contudo, a obra mais significativa localizou-se na zona sul. Carlos Lacerda iniciou a obra do emissário submarino através da construção do interceptor oceânico da Glória a Botafogo. Além das obras de saneamento, a SURSAN realizou uma quantidade

expressiva de obras viárias na zona sul da cidade maravilhosa, já citadas anteriormente. Durante a década de 1960, o Estado agiu de forma direta na construção de um espaço urbano segregado.

Neste período, o processo de remoção de favelas localizadas nas proximidades das áreas valorizadas pelo capital foi intenso. Cerca de 140 mil habitantes de favelas foram removidos, sendo 42 mil no governo Carlos Lacerda, 70 mil no governo Negrão de Lima e 28 mil no governo Chagas Freitas (MARQUES, 1996). Do montante total de habitantes removidos de favelas 41% residiam em comunidades localizadas no centro e na zona sul. Grande parte desta população, sem muita escolha, passou a residir em conjuntos habitacionais construídos para receber esta população, como as Vilas Aliança e Kennedy e a Cidade de Deus. Estes conjuntos ficavam longe das áreas valorizadas pelo capital, sem prejudicar a sua imagem, mas também ficavam distante do local de emprego da maioria de sua população. Entretanto, este não foi um problema considerado pelas políticas públicas que não beneficiaram estas áreas com a melhoria nos transportes públicos. Mais uma vez, o modelo de modernização adotado na cidade do Rio de Janeiro relaciona-se com a possível extração da renda monopolista, em grande parte associada à imagem de uma cidade maravilhosa junto ao litoral da zona sul.

Os governos que sucederam Carlos Lacerda (1960-65) intensificaram a preferência das ações estatais pelas áreas mais ricas da cidade, que devido ao adensamento exigiam renovação da infra-estrutura e um retorno à antiga prática da cirurgia urbana, que mais uma vez arrasaram áreas pobres para realização das obras para beneficiar os ricos. Durante o regime militar a palavra desenvolvimento esteve em voga. As políticas de desenvolvimento urbano ganharam novas bases com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966 e do Fundo de Financiamento para o Saneamento (FFS), além do estabelecimento da Política Nacional de Saneamento em 1967. Ao longo dos anos, as políticas de desenvolvimento urbano ganharam uma participação maior no total de aplicações do BNH, aumento de 4,1% em 1969 para 29,1% em 1980 (MARQUES, 1996). Em 1971, foi criada a

primeira política nacional de grande porte relacionada ao saneamento, o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Este plano integrou e normatizou todo o sistema existente até então. Com isto, o BNH direcionou seus recursos para as companhias estaduais organizadas segundo os moldes estabelecidos nacionalmente.

O modelo a ser seguido era a forma de organização empresarial, utilizando a cobrança de tarifas objetivando o retorno dos investimentos⁵. Os princípios desta política tarifária são altamente segregadoras e corroboram um desenvolvimento desigual da urbe carioca, pois as áreas ocupadas pela população de baixa renda não apresentam uma grande possibilidade de retorno, sendo, muitas vezes, privadas dos benefícios do plano de desenvolvimento urbano que se mostravam parte de uma modernização conservadora. Esta privação só não foi total, pois os governadores utilizavam a instalação de infra-estrutura como um instrumento de sua política, ainda clientelista e porque a necessidade de auto-suficiência do setor através do retorno financeiro dos investimentos só tornou-se realmente necessário após a crise financeira da década perdida (1980).

Sob a hegemonia de uma política de modernização conservadora, o governo Negrão de Lima realizou uma das obras mais impactantes no espaço e na imagem da cidade do Rio de Janeiro, o alargamento da orla de Copacabana. O início das obras do interceptor oceânico veio acompanhado da necessidade de alargar a praia mais famosa do Brasil. Durante o governo Chagas Freitas, sucessor de Negrão de Lima, uma obra marcante relacionada ao esgotamento sanitário, privilegiou mais uma vez os bairros banhados pelo Oceano Atlântico da charmosa zona sul carioca. A recém criada Empresa de Saneamento da Guanabara (Esag), criada em 1972, substituindo o antigo Departamento de Saneamento da SURSAN (DES) retomou e finalizou as obras do emissário oceânico de Ipanema e realizou obras de complementação da rede coletora de esgotos. Sendo assim, a zona sul do Rio de Janeiro estava dotada de

⁵ Até o referido momento, não havia a instituição de uma tarifa padrão, visando um retorno econômico financeiro diretamente extraído pelo serviço prestado, visava-se apenas que a operação e manutenção do sistema ocorressem sem a existência de déficit operacional. Anteriormente, o serviço de saneamento era subsidiado pelo Estado. Isto ajuda a explicar o descaso apresentado pela City com a qualidade do serviço prestado e expansão da área de cobertura do sistema.

esgotamento sanitário, da coleta ao destino final, com exceção de suas favelas (MARQUES, 1996).

Durante este período “áureo” do “desenvolvimento” nacional, a heterogeneidade social e o adensamento populacional da zona sul, em especial nas áreas junto ao mar, facilitada pelo “milagre econômico” brasileiro da década de 1960, forçaram a expansão urbana das áreas nobres da cidade para o litoral da então rural, zona oeste. Abreu (1997) nos aponta que o processo de concentração de renda, intensificada pela política econômica pós-1964, representou dois efeitos significativos sobre a urbe carioca. O primeiro foi a remoção de favelas das áreas nobres para a construção de habitações de luxo; o segundo efeito, foi o processo de intensificação da especulação imobiliária que, como supracitado, determinou a expansão da parte rica da cidade para a baixada de Jacarepaguá. Data do fim da década de 1960 o plano de ocupação da baixada de Jacarepaguá elaborado por Lúcio Costa.

Mais uma vez, o poder público age em associação com o capital privado, preparando, especialmente a Barra da Tijuca, ainda pouco habitada no período, para ser vendida como o novo local de moradia das classes de maior poder aquisitivo. Em detrimento de investimentos mais urgentes a serem realizados nos subúrbios da cidade, o Estado realiza vultosos investimentos na construção da Auto-Estrada Lagoa-Barra (que inclui a perfuração de vários túneis e a construção de um elevador sobre a rocha à beira-mar), além da instalação de uma infraestrutura servindo uma elite que segue realizando sua mobilidade pelo litoral da cidade, chegando hoje a ocupar o Recreio dos Bandeirantes.

Através deste breve exercício de retroação histórico-geográfico retratamos como a incorporação de idéias modernas por parte da sociedade carioca e a apropriação do capital modificou a organização espacial da cidade do Rio de Janeiro e continua a influenciar hodiernamente. Entretanto, cabe a nós compreender porque o desenvolvimento que nos é prometido através do projeto de uma cidade moderna beneficia somente parte do espaço e da sociedade que ajudou a construir a cidade. Para nos auxiliar nesta compreensão é necessário retomarmos a idéia de renda monopolista (HARVEY, 2005), explicitando a relação

existente entre a globalização econômica e as localidades com suas formas culturais.

A inserção da cidade do Rio de Janeiro no sistema capitalista globalizado intensifica, na cidade, uma tendência do mercado globalizado, que é a busca pela renda monopolista. O empreendedorismo urbano⁶, que envolve um relacionamento multiescalar (onde iniciativas locais podem alcançar uma escala global e vice-versa, passando pela escala regional) é, em grande parte, responsável pela continuidade dos privilégios monopolistas como vimos ao longo deste estudo. Faz-se necessário para essa etapa de nosso estudo, o entendimento da competição interurbana como reelaboração das configurações local/regional da globalização. Desta forma, a difusão da modernidade juntamente com as relações capitalistas globais realiza desenvolvimentos geográficos desiguais nas mais diversas escalas e estes desenvolvimentos desiguais, em parte, são explicados através do capital fundiário e dos investimentos no ambiente construído. Sobre isto, podemos afirmar que

Tais investimentos, especialmente quando são do tipo especulativo, invariavelmente requerem novas ondas de investimentos se a primeira onda se provou rentável (...). Assim, há um elemento de causa circular e cumulativa em funcionamento na dinâmica dos investimentos na área metropolitana (...) (HARVEY, 2005, p.231).

Segundo Ribeiro (2001/2002, p. 79),

como as regiões de maior renda real são as que concentram os segmentos de maior renda monetária, forma-se um processo de causação circular que tende sempre a instaurar e a aumentar a desigualdade social na cidade.

⁶ “Por empreendedorismo urbano entendo o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supra-nacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil, câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisas, grupo comunitários, ONG’s etc.) e interesses privados (empresarias e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro” (HARVEY, 2005, p. 230).

Fica evidente aqui, a busca pela renda monopolista, pois

Esse tipo de governança urbana se orienta, principalmente para a criação de padrões locais de investimentos, não apenas em infra-estruturas físicas, como transporte e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em infra-estruturas sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida. O propósito é gerar sinergia suficiente no processo de urbanização, para que se criem e se obtenham rendas monopolistas tanto pelos interesses privados como pelos poderes estatais (HARVEY, 2005, p. 232).

Entretanto, como vemos no caso do Rio de Janeiro, a busca pela renda monopolista inclui práticas culturais historicamente constituídas, como a valorização do morar à beira-mar, o que Harvey (2005, p. 233) chama de capital simbólico coletivo, “isto é, o poder dos marcos especiais de distinção vinculados a algum lugar dotado de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral.”

Posto isto, no capítulo seguinte, analisaremos como estes marcos de distinção apropriados e (re)inventados pelo capital, que possuem uma grande importância para a compreensão do constante processo de (re)afirmação, (re)significação e justificativa dos desenvolvimentos geográficos desiguais, ganham um novo rumo. Este processo, imbricado à urbanização do Rio de Janeiro, faz o percurso do “desenvolvimento” expandir-se por um novo vetor: a baixada de Jacarepaguá.

III. A MODERNIZAÇÃO SORRI PARA A BARRA: OS NOVOS VETORES DE EXPANSÃO DA URBANIZAÇÃO CARIOCA.

Na última etapa do capítulo anterior, acompanhamos a expansão da urbanização dos bairros localizados na orla da cidade maravilhosa até a chegada à baixada de Jacarepaguá. Atualmente, são os bairros de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes (sendo os dois últimos banhados pelo mar) que sofrem a maior intervenção do grande capital imobiliário com o suporte de seu maior aliado, o Estado. É neste contexto que a Barra da Tijuca emerge como bairro concentrador dos maiores investimentos imobiliários direcionados às classes mais abastadas.

O processo de urbanização da Barra da Tijuca e do Recreio, apesar de envolver os mesmos agentes dos bairros elitizados da zona sul carioca, reflete as estruturas políticas, econômicas e sociais do presente momento histórico, o que especialmente significa diferenças em relação à zona sul. Neste novo momento do capitalismo, o desenvolvimento geográfico desigual evidencia novas formas de segregação espacial baseadas na exclusividade dos condomínios, além dos serviços e comércio oferecidos nestas áreas.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo seria a busca pelo entendimento do atual momento de urbanização das áreas litorâneas cariocas e como este processo influencia na organização espacial da cidade do Rio de Janeiro. Para tal, retomaremos algumas questões teóricas evidenciadas anteriormente, unindo-as a dados empíricos, em uma tentativa de compreensão de parte de nossa realidade.

3.1. A EMERGÊNCIA DE NOVOS INVESTIMENTOS PARA A BARRA DA TIJUCA.

Durante o período 1960-70, enquanto o Rio de Janeiro sofria um esvaziamento econômico, em parte, devido à transferência da capital para Brasília, o setor da construção civil ganhava um papel de destaque, principalmente

pelo reduzido dinamismo econômico que a cidade apresentava desde os anos de 1940 com crescimento industrial abaixo da média nacional (LAGO, 2000). Neste contexto o Estado criou o Sistema Financeiro de Habitação, em 1964. A partir deste sistema de crédito o setor habitacional direcionado para as camadas médias sustentou sua expansão e consolidou o moderno setor construtivo.

Neste período, foi na Barra da Tijuca que o grande capital imobiliário pôde se expandir e monopolizar uma enorme fatia do mercado de moradias na cidade do Rio de Janeiro. O plano piloto proposto por Lúcio Costa para a Barra da Tijuca e Jacarepaguá imprimiu uma forma de urbanização diferente da que ocorrera na zona sul da cidade. Altamente influenciado pela Carta de Atenas de 1933, a qual iria definir amplamente o objeto da prática arquitetônica modernista por pelo menos quatro décadas, o plano Lúcio Costa, caracteriza-se por um padrão de urbanismo racionalista. Esta forma de urbanização é marcada pela

(...) divisão das cidades e em especial das zonas residenciais por meio de espaços verdes; ordenamento e separação das vias, diminuição da densidade e incremento das superfícies livres mediante a construção de blocos de altura elevada; criação de zonas residenciais, como espaços mais fechados e mais diferenciados, com um núcleo urbano próprio; solução efetiva dos problemas de tráfego de automóvel e de estacionamento através da separação coerente do tráfego de pedestres e automóveis (MAUSBACH apud LEITÃO, 1999, p. 69).

Claramente Lúcio Costa visava segmentar a baixada de Jacarepaguá em locais específicos de moradia, lazer, serviços, comércio e produção, além de grande preocupação com as vias de circulação e o tráfego, fatores importantíssimos neste tipo de urbanismo em que o automóvel possui um papel de destaque. Além de atuar como planejador, o Estado ajuda o *boom* imobiliário na baixada de Jacarepaguá, por meio das políticas de investimento e da legislação urbana, garantindo rentabilidade na prestação dos serviços urbanos. Desta forma, os recursos públicos foram concentrados em áreas valorizadas já servidas de

infra-estrutura e equipamentos urbanos, garantindo um maior retorno do capital investido (LAGO, 2000).

Destarte, a cidade é vista como um objeto mercadológico, produzida de forma a satisfazer melhor as necessidades e inserir melhor no urbano apenas aqueles que podem pagar altos valores por esta “mercadoria”. Através da produção de valores de uso e valores de troca desiguais, como vimos no primeiro capítulo, o empreendedorismo urbano utiliza a cidade como matéria-prima para a valorização do capital, gerando a chamada acumulação urbana (SOLIS e RIBEIRO, 2003). No caso do “desenvolvimento” de uma cidade capitalista o valor de troca predomina sobre o valor de uso (LEFEBVRE, 1991 e MÉSZÁROS, 2006), sendo, portanto compreensível, sob esta lógica, a acessibilidade desigual a necessidades básicas como uma moradia de qualidade com infra-estrutura de saneamento. Esta acessibilidade desigual

Foi o que Vetter (1975) chamou de distribuição espacial desigual da “renda real”, ou seja, distribuição da acessibilidade a oportunidades de trabalho, a serviços públicos e privados e à infra-estrutura física, e distribuição dos custos sociais. Para o autor, a distribuição da “renda real” no Rio de Janeiro era ainda mais desigual do que a distribuição da renda monetária. Os dados sobre a distribuição dos investimentos em água e esgoto no período 1975-77 mostram que cerca de 60% deles foram alocados na área correspondente às Zonas Sul, Norte e Centro – incluindo a Barra da Tijuca - que em 1970 já apresentava 83% dos domicílios ligados à rede de água e 77%, à rede de esgoto, enquanto na Zona Oeste da cidade esses percentuais não passavam de 78% e 14%, respectivamente (VETTER e MASSENA apud LAGO 2000, p.74).

Neste novo contexto histórico e social, o Estado estaria sendo repetitivo em sua forma de atuar no espaço da cidade do Rio de Janeiro. Desde a metade do século XIX, os investimentos feitos pela City Improvements, pela Inspetoria de Águas e Esgotos – IAE (beneficiária do serviço de esgotamento sanitário a partir de 1922), pela Superintendência de Urbanização e Saneamento – SURSAN

(1957) e pela Empresa de Saneamento da Guanabara – ESAG (1972), privilegiaram quase que apenas a zona sul, o centro e parte da zona norte ocupada pela classe média, como o bairro da Tijuca, destacando algumas exceções como a Penha e Irajá (CEDAE, 2007). Até 1975, nenhum investimento em rede de esgotos havia sido feito na zona oeste da cidade, incluindo a Barra da Tijuca (MARQUES, 1996). É justamente no ano de 1975, a partir da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara que, em 1º de agosto, foi criada a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE. A CEDAE acabou por absorver a companhia Estadual de Águas da Guanabara – CEDAG, a Empresa de Saneamento da Guanabara – ESAG e a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro – SANERJ. A nova responsável pelo saneamento básico da cidade do Rio de Janeiro surge atrelada ao contexto do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA, através do qual o governo federal por meio do BNH – Banco Nacional de Habitação, o estado e os municípios reuniam recursos financeiros, tendo como objetivo a solução para os problemas de saneamento.

Podemos afirmar que a partir da criação da CEDAE, inicia-se um novo período com relação à distribuição socioespacial dos investimentos. A partir de então, observa-se certo grau de “democratização” na alocação dos recursos públicos. Entretanto, isto não significou uma ruptura com o padrão hegemônico vigente, persistindo as grandes desigualdades espaciais. Sobre este novo perfil de investimentos, Marques (1996) elabora uma explicação que contempla satisfatoriamente nossa preocupação com o desenvolvimento de uma pesquisa de abordagem multiescalar e multicausal.

Segundo o autor referenciado, os argumentos presentes na literatura sobre a mudança ocorrida nas políticas públicas nos primórdios da década de 1980, apontam para a redemocratização do país iniciada no final da década anterior. No Rio de Janeiro, as mudanças estariam associadas ao surgimento de movimentos sociais urbanos como: a Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) – engajada na luta contra os aumentos do sistema financeiro da habitação -, a Faferj (Federação de Associações de Favelados do Estado do Rio de Janeiro) – melhoria das condições de vida nas favelas e

regularização de loteamentos irregulares e clandestinos (com destaque para a zona oeste). Juntamente com este cenário associativista da vida política nacional e do carioca, consolidava-se o projeto populista de Leonel Brizola, o brizolismo. “A partir do surgimento daquele projeto, todas as forças políticas regionais teriam passado a incorporar tais demandas em suas ações de governo, seja para consolidar o projeto, seja para desestruturá-lo em suas bases mais fortes” (MARQUES, 1996 p. 88).

Ainda, segundo o mesmo autor, outra corrente explicativa encontra resposta para este novo momento na desestruturação das políticas públicas instituídas durante a ditadura militar. Segundo esta lógica, as burocracias em escala local e regional teriam adotado novos posicionamentos técnicos, associados, principalmente, à diminuição da convicção na distribuição da justiça por meio da técnica.

Contudo, contrariando grande parte da literatura clássica sobre a temática, estes argumentos não são totalmente satisfatórios para a compreensão do primeiro momento de crescimento de investimentos nas favelas e periferias do Rio de Janeiro. A primeira elevação do montante de investimentos nestas áreas ocorreu ainda durante o regime militar, sob a política nacional do Planasa/BNH. A crise do BNH começou a ser sentida somente na metade da década de 1980. Os investimentos da Federação em saneamento apresentaram crescimento até 1981 e, no ano de 1984, mantinham-se expressivos acima das inversões apresentadas em 1979. Se observarmos os dados da tabela 2, podemos constatar que as áreas majoritariamente habitadas por classes baixas recebem, proporcionalmente, mais investimentos per capita que os espaços ocupados pelas classes altas entre os anos de 1978 e 1985.

Apenas para uma melhor visualização do aspecto geral da política de distribuição de investimentos na área de saneamento básico (água e esgoto) no espaço da metrópole fluminense, consideremos, em relação à população que neles habita, Barra/Jacarepaguá, Zona Sul/Niterói (além de Vila Isabel e Tijuca) e Centro (Centro, Portuária, Rio Comprido, Santa Teresa)/Ilha do Governador como uma área de classe alta e; a Periferia I (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São

Tabela 2 - Investimentos por espaços [favelas, regiões administrativas do município do Rio de Janeiro e Niterói] (R\$ per capita)

Anos	Regiões							
	Área suburbana	Campo Grande/Bangu	Periferia 1	Periferia 2	Centro/Ilha do Gov.	Zona Sul/Niterói	Barra/Jacarep	Favelas
1975	0,03	0,02	1,24	0,02	15,77	2,48	0	0,32
1976	2,87	0,04	46,75	0,98	27,85	22,71	0,39	0,03
1977	32,69	0,06	19,93	6,75	14,35	130,08	0	0,05
1978	11,32	4,09	48,17	7,27	9,48	12,15	0	0,03
1979	0,68	0,34	6,23	1,11	1,27	4,38	0,02	0,29
1980	4,55	0,62	48,15	7,65	4,19	15,22	23,7	0,52
1981	9,86	10,22	14,57	12,53	0,26	11,07	13,25	1,67
1982	27,02	0,79	18,72	0,68	3,18	8,23	0,26	1,45
1983	16,78	5,89	16,7	1,58	7,25	18,58	2,77	1,19
1984	1,26	0,73	5,63	3,8	1,53	1,45	0,01	27,22
1985	0,63	0,32	7,39	4,83	0,27	0,46	13,36	11,71
1986	6,32	5,09	5,02	9,11	0,19	0,32	124,9	85,59
1987	3,72	0,32	57,57	131,14	1,47	30,17	259,5	4,86
1988	19,06	2,74	29,05	10,54	0,75	51,23	118,5	0,01
1989	0,21	0,02	1,26	3,94	70,49	3,35	0	0,01
1990	4,58	1,11	0,32	0,04	11,93	9,03	0	0,04
1991	0,01	0	0,02	0	0	22,4	55,61	0
1992	5,55	2,29	39,99	8,26	92,19	31,07	0,17	2,49
1993	0,33	0,17	6,8	0,16	3,65	2,91	0,01	2,25
1994	2,43	0,43	10,76	0,26	0,63	17,52	0,01	24,72
1995	0,36	0,35	26,73	0,26	0,15	19,72	0,01	42,47
1996	3,35	17,1	61,16	5,28	65,56	7,2	14,78	4,86
Total	153,61	52,74	472,16	216,19	332,41	422,33	627,4	211,78

Fonte: Marques, 1998. Elaborado por Motta Júnior, 2008.

Gonçalo e Santa Cruz), a Periferia II (São João de Meriti, Nilópolis e Anchieta), Campo Grande/Bangu, a Área Suburbana (São Cristóvão, Ramos, Penha, Irajá, Madureira, Méier/Engenho Novo) e as Favelas como um espaço de classe baixa (Marques, 1998)⁷. A partir desta regionalização, de forma generalizada, percebemos que as áreas das classes mais abastadas receberam, no período 1975-1996, 55% de todo o investimento realizado em saneamento básico na região metropolitana do Rio de Janeiro, o que significou 1383 reais por habitante. Já nas localidades consideradas de classe baixa, o total investido foi de 1106 reais per capita, ou 45% do montante das inversões realizadas. Estas informações são importantes para nos alertar sobre a existência de investimentos significativos nas áreas periféricas e suburbanas.

Contudo, como o próprio autor supracitado afirma, esse fato não entra em contradição com nossa afirmação sobre o desenvolvimento de um espaço desigual da cidade do Rio de Janeiro, muito menos entra em conflito com as péssimas condições de vida dessas áreas, que deixam de satisfazer as necessidades básicas da população residente por alguns motivos relevantes. Em

⁷ Torna-se imprescindível explicitarmos que apesar de muita persistência, não conseguimos obter dados financeiros e descritivos técnicos que nos permitissem mapear onde foram realizados os principais investimentos da Cedae, ao longo de sua história, na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, para suprir tal carência lançamos mão de dados encontrados em Marques, 1996. Estes dados representam o total de investimento em saneamento básico (água e esgoto) realizado pela referida companhia, entre 1975 e 1996, em toda a região metropolitana do Rio de Janeiro. Cumpre mencionar que o referido autor, dividiu a região metropolitana em 9 grupos a partir das Regiões administrativas do município do Rio de Janeiro, além dos próprios municípios que constituem a região metropolitana. Para estabelecer tal regionalização, Marques optou-se por utilizar variáveis socioeconômicas presentes nos recenseamentos do IBGE de 1980 e 1991. “Para 1980 foram utilizadas dez variáveis envolvendo ocupação, renda e alfabetização, condições de moradia, nível de serviços urbanos e mortalidade infantil, crescimento demográfico e grau de urbanização. Para 1991, foram utilizadas variáveis envolvendo renda (nível e concentração), moradia, nível de serviços urbanos e mortalidade infantil, crescimento demográfico e grau de urbanização” (MARQUES, 1996 p.92). A partir deste método, estabeleceram-se os seguintes grupos: Grupo I – Itaguaí, Maricá, Itaboraí, Mangaratiba, Magé e Paracambi (este grupo, intitulado “Franja Metropolitana”, pouco nos interessa, visto que não possui alguma R.A. do município do Rio de Janeiro); Grupo II – Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo e SANTA CRUZ (Periferia 1); Grupo III – São João de Meriti, Nilópolis e ANCHIETA (Periferia 2); Grupo IV – CAMPO GRANDE E BANGU (Zona Oeste); Grupo V – SÃO CRISTOVÃO, RAMOS, PENHA, IRAJÁ, MADUREIRA E MÉIER/ENGENHO NOVO (Área suburbana); Grupo VI – CENTRO, ZONA PORTUÁRIA, RIO COMPRIDO, SANTA TERESA E ILHA DO GOVERNADOR (Centro ampliado/Ilha do Governador); Grupo VII – BOTAFOGO, COPACABANA, LAGOA, TIJUCA/VILASABEL e Niterói (Zona sul/Niterói); Grupo VIII – BARRA DA TIJUCA E JACAREPAGUÁ. Este grupo, apesar de conteúdos sociais não muito semelhantes, está integrado pela construção de eixos viários e, principalmente, pelos sistemas das redes de esgoto e água que por razões topográficas, torna praticamente impossível a divisão dos investimentos no setor de saneamento. Em grande parte, os investimentos públicos acabam por atingir as duas áreas de forma direta ou indireta (se for investido em apenas uma também causa impacto sobre a outra); Grupo IX – FAVELAS.

primeiro lugar, devemos ter em mente que estas áreas apresentam um significativo grau de heterogeneidade e uma segregação na distribuição dos investimentos. Pudemos perceber isto indo a campo e, certamente, essa heterogeneidade e segregação no interior de cada porção espacial, certamente, ocorreram e ainda. Com certeza, a carência de uma rede de esgotamento sanitário é muito maior em alguns bairros e sub-bairros da baixada de Jacarepaguá do que em outros. A falta desta rede é muito maior em áreas mais necessitadas como a Cidade de Deus, Camorim, Curicica, Boiúna, dentre outras (Fotos 1 e 2), enquanto logradouros como o Pechincha (um dos maiores IDH's da cidade do Rio de Janeiro) e a Freguesia, áreas nobres de Jacarepaguá recebem uma maior fatia dos investimentos públicos. Se desmembrarmos um pouco mais estas duas áreas (das classes altas e das classes baixas), nossa análise já começa a evidenciar um pouco melhor os desenvolvimentos geográficos desiguais no Rio de Janeiro.

Através da distribuição total de investimentos apresentada no Gráfico 1, podemos observar que o espaço mais beneficiado, principalmente a partir dos anos 1980 até os dias atuais, como buscaremos comprovar neste capítulo, é a Baixada de Jacarepaguá, em especial a Barra da Tijuca com 21%; a Zona Sul/Niterói e o Centro ampliado/Ilha do Governador, também apresentam números expressivos com 16% e 12% respectivamente. Todavia, vale destacar que as proporções alcançadas pelas áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda, representam uma quantidade significativa de investimentos em saneamento básico. A periferia I, alcançando 17%, as favelas e a periferia 2 com 8% dos investimentos, desmentem a tentativa de explicação encontrada pela maior parte dos autores para justificar a grande necessidade de serviços nessas áreas da cidade. A falta de investimentos expressivos direcionados para tais áreas seria o argumento mais defendido em grande parte da literatura.

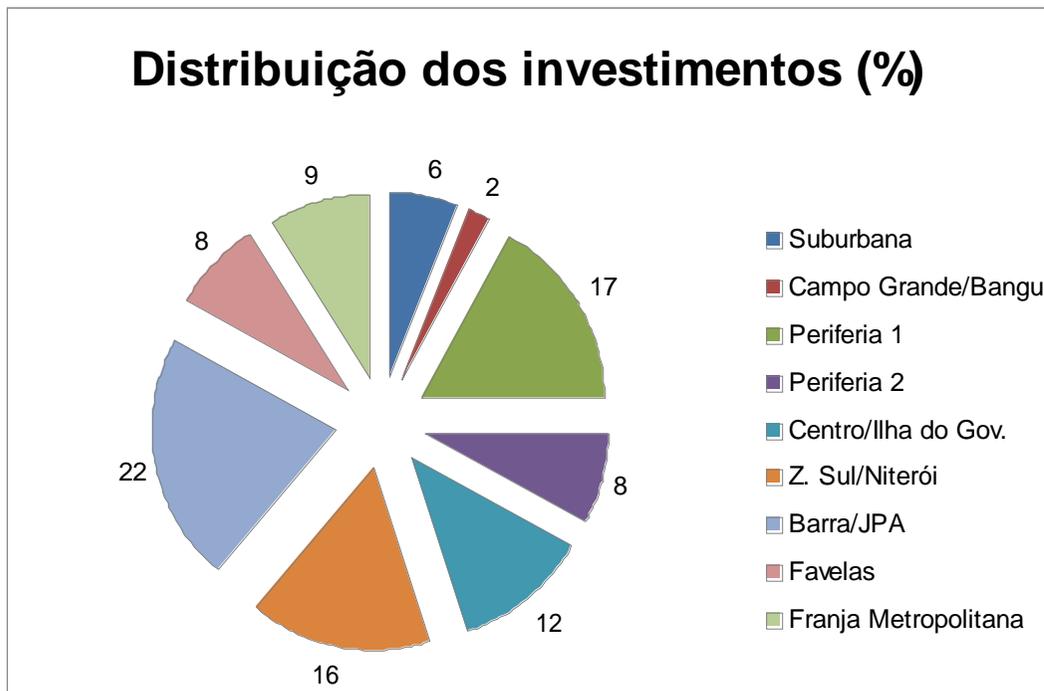
O segundo aspecto que devemos considerar para tornar inteligíveis as desigualdades de investimentos no setor de saneamento no Rio de Janeiro é o fator histórico por nos evidenciado no capítulo anterior. As péssimas condições ambientais e de vida das áreas mais pobres da cidade são explicáveis pelo fato de

Fotos 1 e 2 – A precariedade das habitações em Curicica



A falta de saneamento básico resulta na poluição e saneamento do arroio fundo que integra a bacia de drenagem da bacia de Jacarepaguá.
Fotos: MOTTA JÚNIOR, 2008.

Gráfico 1



Fonte: MARQUES, 1998. Org. por MOTTA JUNIOR, 2008.

grande parte dos investimentos feitos serem as primeiras intervenções e únicas que alcançam estas localidades. Considerando o fato que a zona sul e o centro recebem investimentos desde a segunda metade do século XIX, possuindo assim, um acúmulo muito maior de “renda real”, compreendemos que os valores altos que estas áreas continuam recebendo são ainda mais expressivos. Isto é explicado pelo fato do empreendedorismo urbano buscar a renda monopolista como seu principal fim e não a satisfação das necessidades e a liberdade da população.

Esta busca pela renda de monopólio que leva a uma causação circular do acúmulo de capital através do desenvolvimento de um espaço urbano desigual torna-se mais evidente quando analisamos a desigualdade da qualidade dos serviços prestados nas diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro. Gostaríamos de mencionar que a observação de tal aspecto em uma dissertação que prima pelo qualitativo é de fundamental importância. Destarte, as obras realizadas nas áreas de baixa renda, especialmente, as de esgotamento sanitário, apresentam sempre qualidade inferior à das executadas nas áreas litorâneas e centrais da cidade. A fiscalização por parte da Cedae é menos rigorosa tanto em relação ao processo, quanto aos resultados. Sendo assim, é comum o prolongamento das obras além do prazo satisfatório, obstruindo ruas durante muito tempo com o material das escavações e/ou valas abertas. Em grande parte dos casos as redes de esgotamento são implantadas sem as outras infra-estruturas urbanas (como drenagem e pavimentação), perdendo-se parte do material antes do início da operação do sistema, necessitando de complementações e reconstruções da rede, como podemos observar na foto 3 da Vila Autódromo em Jacarepaguá.

Desta forma, percebemos que o perfil dos investimentos na construção do espaço urbano carioca, desde os primórdios de sua modernização, expressam a subordinação à política de acumulação e a potencialização deste processo através da construção da própria cidade. Ocorre, portanto, a edificação de uma malha urbana desigual, privilegiando as áreas litorâneas, ocupadas pelas classes melhor inseridas no sistema, na estrutura produtiva e de consumo, devido a seu maior poder econômico, conferindo-lhes um maior lobby político. No caso específico do serviço de esgotamento sanitário, associado à incorporação imobiliária, temos

Foto 3 – Vila Autódromo



A imagem mostra uma rua sem pavimento e os restos de uma manilha destruída antes mesmo de beneficiar a população da Vila Autódromo em Jacarepaguá.
Foto: MOTTA JÚNIOR, 2008.

constatado nesse estudo, um grande acúmulo de bens e serviços ao longo das áreas nobres da cidade, grande parte localizada junto ao mar.

Em detrimento das áreas com ocupação mais densa e antiga, o Estado tem priorizado, historicamente, áreas de ocupação mais recentes com um maior potencial para extração da renda monopolista. Assim como ocorreu em Copacabana e Ipanema (fatos demonstrados no capítulo 2), a partir dos anos 1980, a novidade estaria apenas na localização a ser privilegiada pelos recursos públicos. Desde então, o principal vetor de expansão do grande capital imobiliário de incorporação tem sido o litoral da zona oeste, principalmente a Barra da Tijuca.

Entretanto, a acumulação a ser obtida com a produção da Barra da Tijuca encontrava, nos primórdios de sua ocupação, um grave entrave estrutural com a ausência de um sistema de esgotamento sanitário. Esta carência significaria a perda dos fatores subjetivos e materiais singulares que possibilitam, ainda hoje, ao grande capital a extração da renda monopolista, o modo de vida próximo à natureza, ao mar, transmitindo uma sensação de liberdade. A afirmação a seguir nos esclarece tal fato.

Sob o ponto de vista ambiental, a ausência de coleta e tratamento representava a degradação de seu belo e rico sistema lagunar, além de suas praias. Considerando-se que o “modo de viver natural e livre” foi (e continua sendo) a forma pela qual é vendido aquele espaço, podemos entender a importância da implantação da rede de esgotos para o capital incorporador. Por outro lado, o esgotamento da Barra respondeu, no âmbito da política, às pressões conservacionistas para a região, permitindo que a acumulação pudesse prosseguir no seu ritmo sem maiores entraves (MARQUES, 1996 p. 92).

Novamente então, privilegia-se uma área onde o grande capital poderia garantir sua reprodução de forma ampliada, em prejuízo às áreas que realmente necessitavam de investimentos, como comprovadas por Vetter e Massena (apud LAGO, 2000).

Entretanto, buscava-se através deste espaço planejado, não repetir os “erros” da urbanização da antiga zona sul, em especial, os ocorridos em

Copacabana. Para tal, o Estado agiu em sintonia com o capital incorporador. Ao Estado coube dotar a área de infra-estrutura. Com relação às obras de saneamento básico, realizadas a partir da década de 1980, foi esta localidade a eleita para receber a maior parte dos investimentos feitos pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (gráfico 1). Em 1980, foi assinado um contrato de cerca de sete milhões de dólares para implantação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca. Três anos mais tarde, seria fechado o primeiro contrato cujo objetivo era o início do esgotamento do bairro litorâneo da zona oeste carioca, que refletiria no elevado montante de investimentos por habitantes nos anos de 1986 (R\$ 124,9), no valor máximo aplicado em toda a metrópole, durante os anos 80 e 90, R\$ 259,5 e, em 1988, (R\$ 118,5) (MARQUES, 1996). Como abordamos no término do capítulo anterior, o Estado também atuou na regulação da ocupação do referido bairro desde o início por intermédio do plano urbanístico do arquiteto Lúcio Costa, além da imensa quantidade de obras de infra-estrutura viária.

Neste contexto, o mercado imobiliário surge com uma proposta mais moderna de habitação, os chamados condomínios fechados ou exclusivos. Entendemos estes tipos de condomínios como

um conjunto de habitações, quer constituídas de prédios altos, residenciais, multifamiliares, quer de residências unifamiliares, isolados por muros ou cercas da área imediatamente em torno, possuindo policiamento próprio, equipamento de lazer, e alguns deles possuindo ainda certos serviços (O'NEILL, 1983,p.2-3).

Esta é a nova alternativa de moradia para as classes média e alta, que abandonam, em grande parte, bairros com uma infra-estrutura melhor de comércio, serviço e equipamentos urbanos para habitar um local, até então, isolado do resto da malha urbana da cidade. Esta escolha por parte da elite carioca está atrelada ao fato, de que estas novas formas modernistas de moradia, semelhantes às cidades–torres de Le Corbusier, oferecerem em seu interior uma diversa gama de serviços e comércio para seus moradores, que incluem padarias,

lavanderias, academias e até mesmo clubes e cinemas exclusivos, além da questão da segurança e do isolamento perante o restante da urbe carioca. Certamente, outro fator que ajudou no sucesso de tais condomínios, a representatividade que estes projetos urbanistas modernos sugerem de segurança. No interior dos condomínios exclusivos, em meio “aos seus”, em um espaço socialmente homogêneo, as elites buscam proteção de tudo (violência, pobreza, problemas ambientais etc.) que é indesejável no restante da cidade. Para isso, não poupam investimento em tecnologia. Além dos muros e cercas, no *Sunview*, condomínio do *Americas Park*, por exemplo, a infra-estrutura de segurança é completada por um controle de acesso por leitora de proximidade e um sistema de segurança perimetral com sensores infravermelhos (extraído do caderno “Onde Morar” do jornal O Globo, em 05 de novembro de 2003 por DIAS, 2005).

Hoje podemos constatar uma nova geração de condomínios, conceituados pelos incorporadores como *Club Residènce*, “uma nova forma de moradia ancorada em qualidade de vida, que consegue reunir num único lugar, lazer segurança, equilíbrio urbano e ecológico, serviços, espaço, conforto, privacidade e sofisticação” (extraído de um informe publicitário dos condomínios Saint Barth e Saint Martin, localizados na Península, na Barra da Tijuca). Estes *Clubs Residènces* não apresentam apenas os serviços como os antigos condomínios fechados, eles possuem grifes para o consumo de seus moradores: “Spa, by Les Bains L’Occitane”, “Fitness, by Reebok”, “Adega, by Danio Braga”, “espaço Goumert, by Flávia Quaresma”, “fumoir, by Esch Café”, “home cinema, by Armazém Digital”, “Ateliê, by Angela Cantarino”, “Biblioteca, by Argumento”.

Sobre estes fatores, podemos elaborar algumas reflexões. Torna-se mais evidente, a partir desta busca por segurança e da exacerbação do caráter segregador dos condomínios fechados e do planejamento urbano modernista, a apropriação e principalmente o domínio de determinadas porções do espaço pelo capital – com o total apoio do Estado – tornando estas porções espaciais em territórios, a partir da apropriação/dominação, como foi evidenciado no capítulo anterior. Uma outra idéia, que evidenciaremos é sua manutenção nos dias

hodiernos, em detrimento do extermínio das verdadeiras causas dos problemas socioespaciais, que são as desigualdades de acessibilidades (infra-estrutura, trabalho, saúde, educação etc), a associação capital/Estado, através do planejamento urbano intensifica estes problemas. Desta forma, fica evidente a privação da liberdade de grande parte da população carioca. Pois, baseado em nosso esforço teórico, apresentado no capítulo inicial desta dissertação, alicerçado nas idéias de Mészáros (2006), percebemos claramente que o privilégio concedido à expansão da produção e ao acúmulo de capital legitimam, de forma política, jurídica e econômica, a interferência de alguns homens sobre a liberdade de outros. Para que isto se torne algo aceitável, encarado de forma natural, o Estado tem um papel fundamental. Embora os avanços técnicos apresentados em relação à habitação e saneamento sejam significativos, a desigualdade de acessibilidade aos mesmos refletem a real intenção do Estado e do grande capital incorporador. Estes usam os avanços tecnológicos como um diferencial, gerando escassez dos mesmos, de forma a extrair a renda monopolista. Na verdade, gostaríamos de ir além, com a necessidade de instalação de um aparato de segurança, os agentes do capital ganham mais um motivo (para não citar outros) para extrair a referida renda.

A proliferação destes tipos de condomínios fechados, comuns hoje na cidade maravilhosa, ganhou impulso com a elitização do mercado imobiliário carioca no período pós-84, com a derrocada do SFH e devido à queda da capacidade de endividamento, especialmente, das camadas médias, em função da estagnação e da grande crise inflacionária em que mergulhou a economia brasileira.

Desta forma, desde a década de 1980 até os dias atuais, a Barra da Tijuca se consolidou como a área principal de atuação do grande capital incorporador no Rio de Janeiro, agregando o Recreio dos Bandeirantes em seu dinamismo. A partir de dados da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), Silva (1995) aponta que a Barra, que em 1986, recebia 28,6% dos investimentos imobiliários realizados na cidade do Rio de Janeiro, passou a receber 50,3% dos investimentos em apenas três anos (1989). O mesmo autor,

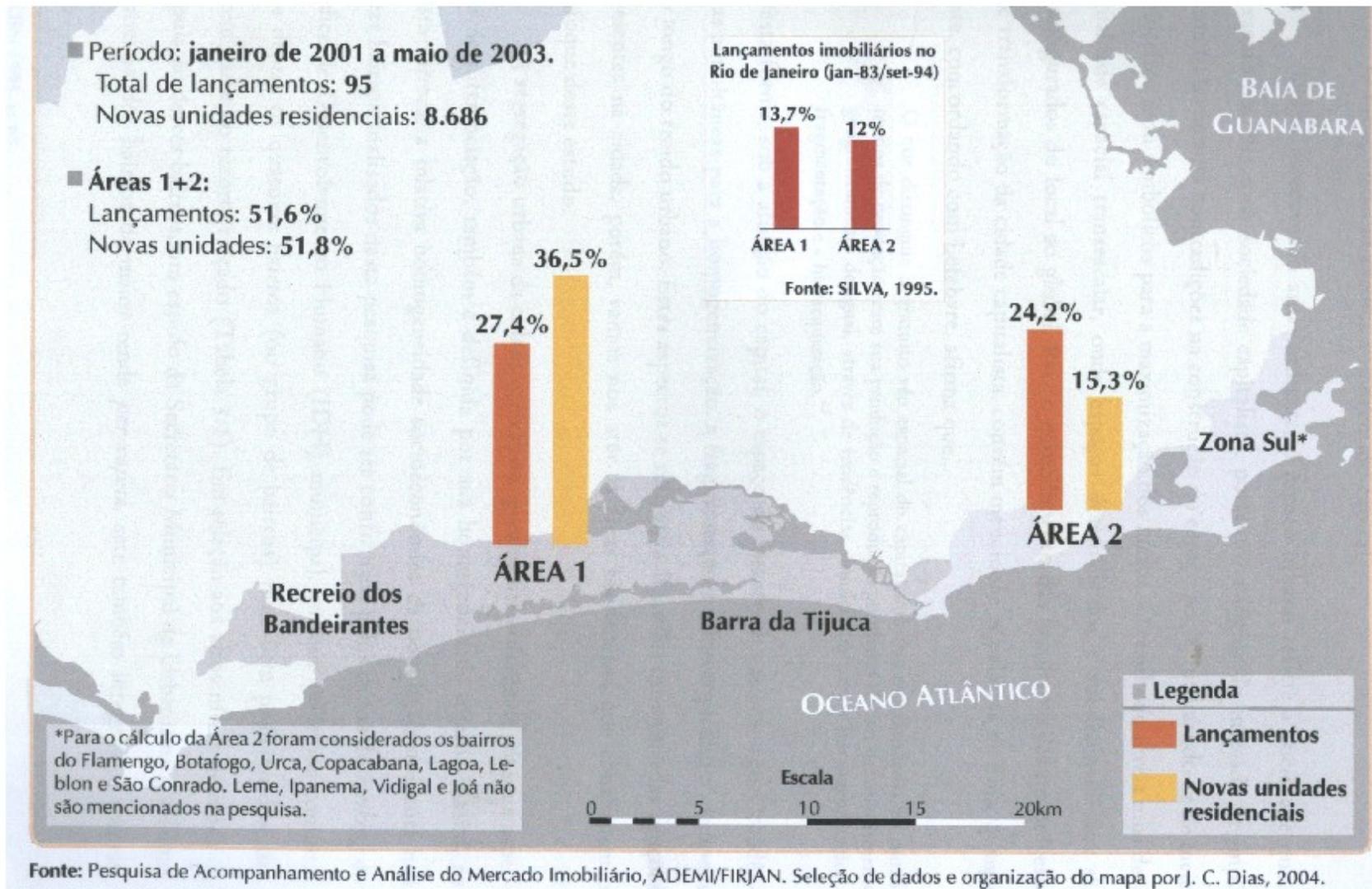
em uma pesquisa sobre promoção imobiliária no município do Rio de Janeiro, indica que entre janeiro de 1983 e setembro de 1994, a Barra da Tijuca e o Recreio receberam 13,7% do total de 1354 lançamentos imobiliários realizados na cidade. Dias (2005), utilizando a mesma fonte de Silva (ADEMI), comprova a consolidação da Zona Oeste litorânea como principal área de investimentos do grande capital imobiliário nos dias de hoje. Entre janeiro de 2001 e maio de 2003, a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes alcançaram 27,4% do total de lançamentos imobiliários. Ao utilizarmos o mapa elaborado por Dias (Figura 3), percebemos que a faixa litorânea valorizada do Rio de Janeiro é alvo de mais da metade do total de lançamentos imobiliários no período supracitado.

É importante ressaltarmos, que apenas a Barra da Tijuca e o Recreio concentram 36,5% de todas as unidades residenciais acompanhadas pela ADEMI, em um total de 173 da cidade. Apesar da grande participação, os bairros da zona sul litorânea, considerada na pesquisa (Flamengo, Botafogo, Urca, Copacabana, Lagoa, Leblon e São Conrado), o total de lançamentos da Barra da Tijuca e Recreio corresponde a mais da metade dos lançamentos residenciais realizados nos sete bairros citados da zona sul, durante o período.

Em 2006, a indústria da construção civil apresentou um grande crescimento. Um conjunto de fatores tem contribuído para esse bom momento do mercado: a estabilidade da moeda, a tendência de queda dos juros, a melhoria da renda, a valorização dos imóveis, os pacotes para área habitacional e, principalmente, o aumento do crédito. Segundo Rogério Chor, presidente da CHL, em entrevista concedida ao jornal O Globo de 17 de setembro de 2006, investir no mercado imobiliário voltou a ser um bom negócio. “O que acontece é que, antes, os bancos estavam quase totalmente fechados para financiamento imobiliário. Mas, de um ano e meio para cá, eles começaram a nos procurar de maneira até agressiva, no bom sentido.”

Aproveitando este bom momento do mercado, os incorporadores têm conduzido o conceito de grandes condomínios dotados de complexa infraestrutura de lazer e serviços, que antes eram quase que uma exclusividade da Barra, para bairros como a Lapa, São Cristóvão, Catete, Laranjeiras, chegando

Figura 3 – Distribuição espacial dos lançamentos imobiliários residenciais



hoje aos subúrbios mais afastados do centro e da zona litorânea como Del Castilho e Campo Grande. Estes últimos apresentaram um papel de destaque na quantidade de lançamentos imobiliários na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2007 (Tabela 3). Apesar disso, a Barra da Tijuca, o Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá, concentram cerca de 80% dos lançamentos da construção civil (Figura 4). Ainda, segundo dados da ADEMI, de 2005 para 2006, esses bairros aumentaram de 70% para 75% a participação no total da área licenciada no Rio de Janeiro. Podemos observar, através da referida figura que dos 25 condomínios apresentados, 15 encontram-se em bairros litorâneos com destaque para a Barra da Tijuca. Analisamos também que os mais elevados valores médios por unidade encontram-se no litoral, com destaque para o “*Platinum Residence*” em Ipanema no valor médio de R\$ 9.000.000,00, lançado em 2006. Gostaríamos de ressaltar que antes mesmo do lançamento, mais da metade do empreendimento já se encontrava vendido.

Destarte, o vetor de incorporação do grande capital continua sua “caminhada” junto ao mar da cidade maravilhosa, com destaque para o grande crescimento da grande Barra da Tijuca desde de a década de 1980 como aponta o gráfico 2. Enquanto a cidade do Rio de Janeiro cresce em média 0,59% ao ano, a Região Administrativa da Barra da Tijuca (inclui Recreio, Vargem Grande, Vargem Pequena, Itanhangá e a Joatinga) tem estimado um crescimento de 30,7% entre 2008 e 2013. Segundo dados do Instituto Pereira Passos (IPP), a região poderá passar de 272.555 para 356.112 habitantes, um ganho populacional de 83.577 moradores. Um aumento comparável à população do município de Araruama (98.268 habitantes) e cerca da metade dos habitantes de Cabo Frio (162.229 habitantes) (extraído de O Globo do dia 13 de janeiro de 2008).

Os números apresentados pela Associação dos Dirigentes do Mercado Imobiliário (Ademi) confirmam as tendências apontadas para a Região Administrativa. Do total de 13.025 unidades residenciais e comerciais lançadas na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2007 (com prazo médio de conclusão da obra de dois anos e meio), 8.363 encontram-se na Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá (O Globo, 13 de janeiro de 2008). No decorrer do

Tabela 3

Bairros com maiores ofertas de lançamentos imobiliários em 2007			
Bairros	Residencial	Comercial	Total
Barra	2.818	175	2.993
Jacarepaguá	4.156	142	4.298
Recreio	1.072	0	1.072
Del Castilho	967	0	967
Campo Grande	721	0	721

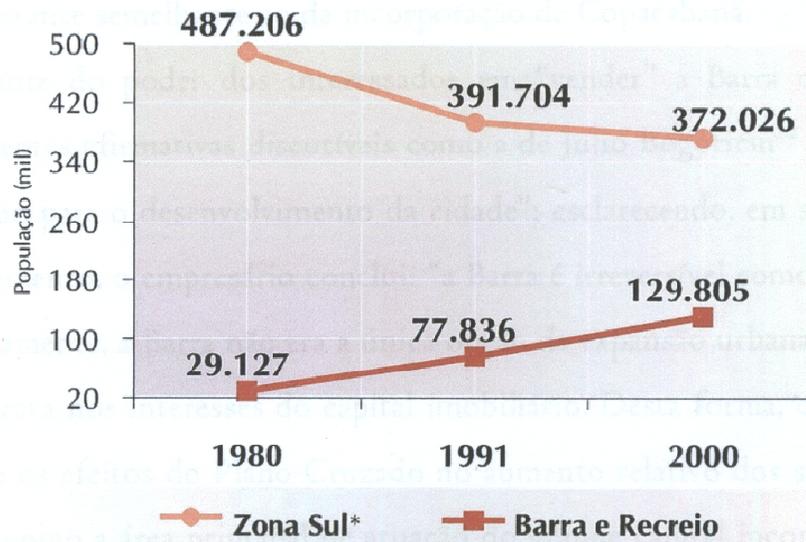
Fonte: O GLOBO, 13 de janeiro de 2008. Org. por MOTTA JÚNIOR, 2008.

Figura 4 – Lançamento e valores médios por unidade dos imóveis residenciais



Fonte: O Globo, 17/09/2006.

Gráfico 2 – Variação populacional dos bairros litorâneos (1980-2000)



(*) Referente à população somada dos cinco bairros litorâneos mais populosos: Copacabana, Botafogo, Flamengo, Ipanema e Leblon. Fonte: Censos Demográficos do IBGE. Organizado por: DIAS, 2005.

presente ano, novos empreendimentos foram lançados. As principais áreas de expansão são: a Avenida das Américas, principalmente, após a futura Cidade da Música, sentido Recreio e a área próxima ao Riocentro e ao complexo da Cidade dos Esportes que está sendo chamada de Nova Barra. Contudo, algumas outras áreas e empreendimentos merecem destaque. Junto à Lagoa da Tijuca, ao lado de 15 edifícios já existentes, mais de dois mil apartamentos em 18 prédios estão em construção no empreendimento denominado Península. Outros 18 prédios serão lançados em um terreno da Carvalho Hosken com 780 mil metros quadrados (aproximadamente do tamanho do Leblon) (O GLOBO, 13 de janeiro de 2008).

Na chamada Nova Barra, só a Rossi possui três empreendimentos na Avenida Olof Palm. Na avenida Abelardo Bueno, a Carvalho Hosken juntamente com a RJZ Cyrela pretendem lançar, ainda este ano, o empreendimento do Centro Metropolitano do Rio, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, em uma área de um milhão de metros quadrados. Neste projeto consta a construção de 150 prédios residenciais e comerciais, além de supermercados e escolas, entre outros estabelecimentos. A estimativa para a conclusão dos primeiros prédios deste centro é de cinco anos (O GLOBO 13 de janeiro de 2008). Vizinho a este futuro centro, mais um expressivo empreendimento foi lançado pela Carvalho Hosken e pela RJZ Cyrela, o Cidade Jardim. Este conceito de cidade jardim parece ter sido inspirado nos ideais de Ebenezer Howard que, no início do século XX, na Inglaterra, buscava um equilíbrio entre o crescimento econômico, a expansão das cidades e os problemas sociais integrados às formas da paisagem por meio de propostas urbanísticas, era uma espécie de desenvolvimento sustentável, embora não recebesse esta terminologia. Howard buscava resolver os problemas de insalubridade, poluição e pobreza nas cidades com a construção de novas cidades mais integradas ao campo. Congregava, portanto, as vantagens de uma vida urbana com a visão bucólica, a beleza e os prazeres do campo. Em suas idéias, Howard considerava a natureza fonte de vida, riqueza e felicidade. O referido autor tinha como uma de suas maiores preocupações o direito ao espaço que seria concedido à comunidade através de cooperativas (apud ANDRADE, 2008).

(...) por influencia do cooperativismo, onde as terras agrícolas adquiridas para a instalação da cidade seriam registradas em nome de industriais de posição responsável e honra indubitável que arrendariam para os futuros moradores. O lucro comumente obtido pelo empresário loteador serviria para amortizar a dívida do empréstimo e seria revertido para a comunidade, em forma de infra-estrutura e edifícios públicos como patrimônio coletivo. O comércio e a indústria seriam incentivados por meio de baixas taxas e longos prazos de arrendamento para possibilitar a fixação de novos moradores.

Howard concebia sua Cidade-Jardim de forma a propiciar aos homens mais liberdade em uma vida comunitária renovada, diferentemente de empreendedores que pensam somente na eficácia e no rendimento (ANDRADE, 2008 p. 4).

Guardada as devidas proporções, o empreendimento da RJZ Cyrela e da Carvalho Hosken (foto 4), primeiro lugar na categoria Projeto Urbanístico de Grande Porte no Prêmio ADEMI 2007, possui muitas semelhanças com os ideais de Howard. Em uma área de 512.000 m² promete-se: *evolução residencial*, em um *lugar privilegiado* com um *clima agradável e descontraído* para quem valoriza a *qualidade de viver em um ambiente bucólico* envolvido pela *beleza natural*; *evolução urbana* através de um *maior contato com a natureza*, a *beleza das praias* e uma *ocupação equilibrada* garantindo a *preservação estética e ambiental* através de um plano diretor que estabelece normas para as edificações e instalação de redes subterrâneas de telefonia, eletricidade, iluminação pública, água e esgoto e; *evolução humana* através da criação da *Associação Amigos Cidade Jardim (ASCIJA)*, formada pelos proprietários e moradores do bairro que terá como papel principal na *interação e participação coletiva*, por meio de propostas culturais e sociais, além de fiscalizar as normas que regem o bairro, implantar e administrar os *serviços voltados para comunidade* e representar os interesses dos moradores junto aos poderes públicos (www.cyrela.com.br).

Desprendemos boa parte de nossa pesquisa a falar sobre este empreendimento, pois a apresentação de sua proposta nos fornece muitos

Foto 4 – Cidade Jardim



A construção do novo “bairro” na Barra que “vale ouro” promete uma evolução residencial, urbana e humana para quem pode pagar o elevado preço cobrado por ela.
Foto: MOTTA JÚNIOR, 2008.

subsídios para avaliarmos a apropriação, por parte do grande capital, das idéias modernas que orientam nosso estudo, sobre as quais nos debruçamos no primeiro capítulo.

Assim como nas cidades jardins pensadas por Howard, este novo “bairro” dentro da nova Barra da Tijuca (parte de Jacarepaguá incorporada pela especulação imobiliária), é ousado ao prometer uma “evolução” ou “desenvolvimento” residencial, urbano e até mesmo humano através de um espaço privilegiado envolto de vida e riqueza (leia-se natureza) e dotado de uma infra-estrutura coletiva que administrada através de uma comunidade participativa, agindo comunicativamente, praticamente de forma autônoma, será capaz de alcançar toda esta “evolução” ou “liberdade”.

Entretanto, como se não bastassem os problemas encontrados nas idéias de Howard, esta Cidade Jardim da Barra da Tijuca e todo o seu “desenvolvimento” é exclusividade daqueles que podem pagar um alto valor, revelando o real objetivo dos empreendedores, o acúmulo de capital. Outrora citado por nós (capítulo 1), Mézáros (2006) alerta para a diminuição do valor de uso estético, no caso de pedras preciosas em detrimento do valor de troca. Nos parece ser o caso dos avanços obtidos pelo homem em relação às suas necessidades naturais no que tange a bens sociais, como habitação e infra-estrutura. Para esclarecer esta afirmação, mais uma vez, utilizaremos uma das estratégias de *marketing* utilizadas pelo empreendimento Cidade Jardim. Em seu anúncio publicitário utiliza-se a seguinte frase: “Melhor do que ouro em barra é uma oportunidade de morar na Barra que vale ouro”. Em nossa concepção, isto nada mais é do que uma afirmativa de que as benesses do acesso à natureza, a uma habitação e uma infra-estrutura com qualidade só possui quem tem “ouro” para pagar. Entretanto, para que estes avanços valham “ouro” é necessário gerar escassez dos meios de consumo coletivo, elementos básicos da estrutura, acabando por gerar a crise urbana, como demonstramos no capítulo inicial através das palavras de Castells (1980).

Como acreditamos estar vivenciando a crise da modernidade, não nos causa estranheza, nem acreditamos ser uma coincidência a apropriação subjetiva,

por parte dos publicitários, de valores difundidos pela modernidade na hora de identificar o diferencial de seus empreendimentos. É comum encontrarmos vários dos conceitos, por nós enfocados neste estudo, nos anúncios publicitários como promessas para quem adquirir um de seus empreendimentos. Casos como as palavras evolução, desenvolvimento, moderno e até mesmo promessas de liberdade como no caso do Liberta Resort no Recreio dos Bandeirantes que garante “sua liberdade de volta. Mas com uma sofisticação que você nunca viu” (www.libertaresort.com.br).

Como podemos perceber, os financiamentos, sejam eles públicos ou privados, beneficiam em larga escala os grandes projetos rentáveis e lucrativos, contribuindo para desenvolvimentos geográficos desiguais e para a exacerbação da segregação socioespacial. Através de nossa análise, conseguimos identificar, que a partir dos anos 80, houve uma aceleração do processo de segregação socioespacial. Esta intensificação corresponde às mudanças ocorridas na economia e na sociedade, não só no Rio de Janeiro, mas, nas mais variadas escalas. Podemos, então, associar estas mudanças socioeconômicas à necessidade de reestruturação produtiva, que no início dos anos 80 no Brasil, marca a gênese de um novo momento com o fim do projeto desenvolvimentista, que se inspirava no modelo taylorismo/ fordista keynesiano de economia e sociedade (JARDIM, 2004). A reestruturação produtiva “consiste em um processo que contabiliza mudanças institucionais e organizacionais dos estados nacionais e das instituições financeiras visando atender às necessidades de garantida lucrativa” (CORRÊA apud JARDIM, 2004, p. 138).

Socialmente, gera uma elitização mercadológica, limitando o poder de consumo a poucos e contribuindo para um aumento da competição intercapitalista mundial, o que define bem, o presente momento do capitalismo. Em relação ao local, amplia as desigualdades sociais, econômicas e políticas, refletidas em formas de inclusões precárias e segregação socioespacial, isto somado ao fato da produção imobiliária estar diretamente associada à rentabilidade do capital financeiro e de o Brasil possuir uma das maiores taxas de juros do mundo,

acabando por produzir-se em uma restrição ainda maior ao mercado imobiliário. Embora, como abordamos esta restrição esteja reduzindo.

Na cidade do Rio de Janeiro, a segregação espacial, produto de desenvolvimentos geográficos desiguais, relacionados às tendências simultâneas que o capitalismo possui de homogeneização, fragmentação e hierarquização espacial (SOJA, 1993), em grande parte, pode ser percebida ao longo dos bairros costeiros cariocas. Este fato pode ser visualizado através dos dados do Índice de desenvolvimento Humano (IDH) municipal, onde dentre os quatorze bairros melhores colados, dez localizam-se na orla carioca (Tabela 4). Portanto, a segregação está relacionada com estruturas políticas, econômicas, sociais e históricas que implicam em relações de classe, que condicionam a maneira como a sociedade produz e distribui seus bens e serviços.

Neste contexto histórico, a Barra da Tijuca está consolidada como bairro de elite e o mesmo vem acontecendo com o Recreio dos Bandeirantes. A enorme demanda com grande poder de consumo tem atraído fortes investimentos no setor de comércio e serviços. Podemos dizer, que a Barra da Tijuca possui, neste momento histórico, um papel semelhante ao de Copacabana, nos anos 40 e 50, período do surgimento e consolidação de seu subcentro. Entretanto, o novo momento de modernização do espaço carioca é marcado não somente pelo planejamento das áreas residenciais, mas também de seus subcentros, tendo como modelo os *shopping centers*. Além dos *shopping centers*, quase que onipresentes na Barra, temos os chamados *business centers*. É importante ressaltar, que mesmo os *shopping centers* hoje, apresentam uma grande quantidade de empresas prestadoras de serviços, deixando de ser apenas um centro de compras.

A partir da década de 1990, o crescimento dos serviços, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, ocorre de forma exponencial na Barra da Tijuca. Este bairro que contava com uma gama de serviços voltadas para o consumo direto, recebe a partir dos *business centers* uma diversificação e especialização maior dos serviços e empresas do topo hierárquico. Grandes empresas como a Shell e a Amil transferiram suas sedes do centro para a Barra

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano por bairros – 2000

Bairros ou grupo de bairros		IDH
1	Gávea	0,939
2	Jardim Botânico	0,927
3	Ipanema	0,925
4	Leblon	0,923
5	Humaitá	0,923
6	Flamengo	0,919
7	Laranjeiras	0,919
8	Joá, Barra da Tijuca	0,917
9	Lagoa	0,915
10	Botafogo, Urca	0,909
11	Jardim Guanabara	0,907
12	Leme	0,903
13	Copacabana	0,902
14	Maracanã	0,901

Fonte: Fundação João Pinheiro/IPEA/PENUD, 2000.

da Tijuca. Entre 1995 e 1999, a Barra da Tijuca juntamente com o Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá concentraram mais de 86% de um total de 7835 unidades comerciais lançadas, sendo cerca de 80% (6267 unidades) correspondentes à Barra da Tijuca (PEREIRA apud DIAS, 2005).

Com relação ao lazer, Dias (2005) faz referência à pesquisa do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e similares, que aponta um aumento de 120% no total de bares e restaurantes na Barra da Tijuca em um período de dez anos (1995-2005), alcançando 780 estabelecimentos; possuindo, também, o maior número de salas de cinemas, 52 ao todo (O GLOBO, 30 de novembro de 2006). É bastante significativo mencionar que a primeira filial brasileira do Hard Rock Café, bar temático com filiais em várias partes do mundo, localiza-se na Barra da Tijuca (no Città America), comprovando representatividade e a inserção da cidade e hoje, do bairro mencionado na escala global.

Cabe mencionar, o papel de destaque da Barra da Tijuca também na escala intrametropolitana carioca, com implantação do Downtown e do Città América, que promoveram um crescimento significativo dos lançamentos de escritórios no bairro em tela, ultrapassando centralidades já consolidadas como o Centro e Botafogo (MATOS, 1999). Outro fator que comprova isto é o crescimento de rede hoteleira na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes, que, em número de quartos, só perdem para Copacabana, e segundo Dias (2005), os bairros referidos, ofertam 4.848 quartos.

Com isso, podemos comprovar mais uma vez a importância do mar na subjetividade de nossa sociedade. A grande rede hoteleira internacional Sheraton inaugurou em 2002, na avenida Sernambetiba, na Barra da Tijuca, duas torres gêmeas, cuja arquitetura permite que todos os quartos tenham vista para o mar, tendo sido gasto 73 milhões de reais para tal empreendimento (foto 5).

A segregação espacial, atualmente, além de estar associada ao tipo de moradia destacando-se, principalmente, na forma dos condomínios fechados está diretamente relacionada à distribuição desigual dos investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos coletivos. Ao fazer referência a Vetter e Massena, Lago (2000, p.38) nos revela que

Foto 5 – Grande capital hoteleiro na Barra da Tijuca



As torres da rede internacional de hotéis comprovam o dinamismo alcançado pela Barra da Tijuca, sua inserção na economia capitalista globalizada e a importância do mar na subjetividade de nossa sociedade, tendo o empreendimento todos os quartos com vista para o oceano Atlântico.

Foto: Rachel Apolinário.

Fonte: MOTTA JÚNIOR, 2006.

a segregação residencial seria decorrente de um mecanismo de causação circular que tenderia a aumentar sempre as rendas monetária e real dos estratos superiores da sociedade e, contrariamente, a diminuir as dos inferiores. A desigual distribuição espacial dos investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos coletivos, consequência da maior capacidade política das camadas superiores, é considerada o fundamento desse mecanismo.

Isto fica evidente, quando analisamos os dados do Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro (1998) referentes às ligações de esgoto, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas (Tabela 5). Tomemos por base as Áreas de Planejamento 4 e 5 e observemos o esgotamento sanitário de ambas. Na Área de Planejamento 4, que inclui os bairros valorizados da zona oeste carioca, de um total de 151.586 domicílios, 99.934 estão conectados à rede geral, enquanto na Área de Planejamento 5, apenas 31.884 domicílios de um montante de 337.282, estão ligados à rede geral. O total de domicílios que possuem valas negras também deixa claro o direcionamento dos investimentos públicos e/ou privados. Enquanto na Área de Planejamento 5, 27.880 domicílios (pouco mais de 8%), possuem vala negra, na Área de planejamento 4, estes números chegam a 6.358, cerca de 4% do total de domicílios de Área de Planejamento.

Se compararmos algumas Regiões Administrativas que incluem bairros com uma heterogeneidade social maior, também, será fácil de perceber o desenvolvimento desigual do espaço. A V RA Copacabana possui 98% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto. No atual vetor de expansão da elite carioca este número em 1998 era de aproximadamente 44%. Entretanto este índice pode ser considerado muito elevado, se comparado aos índices de outras Regiões Administrativas. A Região de Bangu apresenta 17,7% dos domicílios conectados a Rede Geral, a região administrativa de Campo Grande 2,7%, na região de Santa Cruz este índice é mais do que o oposto apresentado na Região de Copacabana, cerca de 99% dos domicílios não estão conectados a rede geral de esgoto. Até mesmo a XXVI Região Administrativa de Guaratiba, onde está

incluso o bairro de Barra de Guaratiba, banhado pelo Oceano Atlântico, por não ter ainda despertado interesse do grande capital incorporador e estar conectado de forma precária à malha urbana da cidade, não parece ser digno de receber grandes investimentos do Estado em relação à infra-estrutura básica, apresentando apenas 2,3% dos domicílios conectados à rede geral de esgotos.

Com relação à obtenção de dados mais atuais, já explicitamos a inviabilidade imposta pela presidência da Cedae. Todavia, segundo o próprio presidente da Cedae, o excelentíssimo senhor Wagner Victor, os Programas de real significância em andamento são o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) e o Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá (PSBJ), cujos números totais de investimentos encontram-se no sítio virtual da companhia e já nos permitem fazer análises importantes (Tabelas 6 e 7). Desde o seu início, no ano de 1994, o PDBG, recebeu um total de investimentos de R\$ 1.188.371.942,45, compreendendo obras, bens e serviços relativos a intervenções nas áreas de esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta e destinação final de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, dragagem de rios e lagoas, controle ambiental e mapeamento digital. Segundo a própria Cedae faltam ser investidos no programa mais 100 milhões de dólares. Cumpre mencionar, que o componente saneamento representa a maior parcela do empreendimento que a Cedae executa sob sua responsabilidade direta, tendo como total investido em esgotamento sanitário R\$ 785.198.803,92. Este programa engloba uma área habitada de cerca de 4.000 Km² que abrange dezesseis municípios e inúmeras comunidades carentes entorno da Baía de Guanabara. Enquanto isto, para atender somente parte da Bacia de Jacarepaguá (Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca), o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com recursos próprios e por intermédio da Cedae investiu, até 08 de outubro de 2007, R\$ 401.701.081,49 e possui mais R\$ 157.524.752,65 a investir. Diferentemente do PDBG, o PSBJ visa implantar, apenas, sistemas completos de esgotamento sanitário na Barra da Tijuca, em Jacarepaguá e no Recreio dos Bandeirantes.

Tabela 5 – Domicílios por tipo de serviço sanitário (esgoto), segundo Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	ESGOTAMENTO SANITÁRIO					
	<i>Total de domicílios</i>	<i>Não Tem</i>	<i>Rede Geral</i>	<i>Fossa</i>	<i>Vala negra</i>	<i>Outros</i>
IV RA Botafogo	91.761	214	87.496	195	262	3.594
V RA Copacabana	66.003	326	64.698	58	176	745
VI RA Lagoa	72.488	613	62.636	551	6.426	2.262
Área de Planejamento 4	151.586	3.399	99.934	27.045	6.358	4.850
XVI RA Jacarepaguá	121.626	3.043	86.664	15.503	5.409	11.007
XXIV RA Barra da Tijuca	29.960	356	13.270	11.542	949	3.843
Área de Planejamento 5	337.282	5.321	31.884	259.572	27.880	12.625
XVII RA Bangu	158.449	1.408	28.087	120.447	3.512	4.995
XVIII RA Campo Grande	98.178	2.016	2.699	83.228	7.819	2.416
XIX RA Santa Cruz	64.286	1.409	718	48.125	11.323	2.711
XXVI RA Guaratiba	16.369	488	380	7.772	5.226	2.503

Fonte: IPP, 1998.

Tabela 6 – Total investido e a investir no PSBJ

OBRAS	INVESTIDO ATÉ 08/10/2007	A INVESTIR	TOTAL
BARRA DA TIJUCA	244.528.660,73	51.725.730,13	296.254.390,86
JACAREPAGUÁ	129.232.129,53	46.149.102,24	175.381.231,77
RECREIO DOS BANDEIRANTES	27.940.291,23	59.649.920,28	87.590.211,51
TOTAL GERAL	401.701.081,49	157.524.752,65	559.225.834,14

Fonte: www.cedae.rj.org.br

Tabela 7 – Total investido no PDBG

OBRAS	INVESTIDO
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R\$ 785.198.803,92
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 294.368.937,88
MACRODRENAGEM	R\$ 24.168.771,23
RESÍDUOS SÓLIDOS	R\$ 25.214.600,28
MAPEAMENTO DIGITAL	R\$ 30.056.928,66
PROGRAMAS AMBIENTAIS COMPLEMENTARES	R\$ 29.363.900,48

Fonte: www.cedae.rj.gov.br

Estabelecendo uma comparação entre o total gasto em esgotamento sanitário para o PDBG, que abrange uma área com dezesseis municípios e o total gasto no PSBJ (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá), percebemos claramente que o espaço priorizado pelos investimentos Estatais tem sido o novo vetor de expansão das classes mais abastadas, possibilitando assim um maior acúmulo de capital. Se fizermos ainda uma comparação entre a média anual do total de investimentos (realizados e a serem realizados) nos dois programas, constataremos que para realizar todas as intervenções propostas para os dezesseis municípios, o PDBG tem gastado, aproximadamente R\$ 100.000.000/ano. Já o PSBJ que teve início em 2001 (uma diferença de sete anos para o PDBG), apenas nas obras de esgotamento sanitário de parte da Baixada de Jacarepaguá possui uma média de R\$ 80.000.000/ano.

Desta maneira, compreendemos que “as obras de infra-estrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia” (MARICATO, 2000 p.157), evidenciando o papel do Estado de provedor das elites e privador da grande massa da população, visando acima de qualquer ideal

... criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações (CORRÊA, 2002, p.26).

A seletividade e a segregação provocadas pelos desenvolvimentos geográficos desiguais na cidade do Rio de Janeiro ficam mais evidente se deixarmos de lado, por um tempo, a frieza dos números oficiais e analisarmos empiricamente de forma qualitativa a implementação dos serviços de infraestrutura. Em termos de resultados práticos, tanto o PDBG (COELHO, 2007), quanto o PSBJ deixam a desejar. Grande parte da população das favelas preferem não fazer ligações de esgoto domiciliares para não ter que pagar tarifa, como pudemos perceber em nossos trabalhos de campo. Assim, grande parte do esgoto doméstico continua a prejudicar a qualidade dos rios, lagoas e praias. Isto

nos faz refletir sobre a inclusão precária destas populações no sistema societário que vivemos. A carência de recursos é tamanha que a esta parcela da sociedade, em muitos casos cabe escolher entre necessidades mais imediatas, como a alimentação, deixando de lado a oportunidade de habitar em um ambiente salutar que, nestes casos, parece ser algo supérfluo. Destarte, apesar da melhoria da qualidade das águas das praias da Barra da Tijuca, enquanto a população favelada continuar crescendo e gerando esgotos não tratados este problema jamais será solucionado.

Neste contexto, fica evidente uma contradição inerente ao capital. Sua necessidade de expansão, o uso indiscriminado da natureza como recurso e a modernização seletiva de algumas áreas em detrimento de outras, gera desenvolvimentos geográficos desiguais e tende a destruir um dos meios de extração da renda monopolista, a própria natureza.

Entre as décadas de 1940 e 1960, certamente, a degradação ambiental da área litorânea da zona sul era mais intensa, devido ao grande processo de ocupação da área, como observado no capítulo anterior. Entretanto, a partir da década de 80, impulsionado pelo grande crescimento comandado pelos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, como já observamos através do gráfico 1 e da projeção de crescimento populacional apresentada pelo IPP, a baixada de Jacarepaguá sofreu um acelerado processo de degradação ambiental, com destaque para a poluição dos recursos hídricos. Somente na Região Administrativa da Barra da Tijuca, considerando os dados do IPP e estimativas médias de produção de esgoto feitas pela Cedae, serão mais 17,5 milhões de litros de esgoto produzidos por dia.

A grande quantidade de efluentes gerados por uma população de consumo, associado ao aumento das favelas da baixada de Jacarepaguá – que cresceram para atender a demanda de serviços das classes mais abastadas – implica uma intensa poluição dos corpos hídricos da área. Grande parte da bacia de drenagem corre em direção ao sistema lagunar e estas mantêm conexão com o mar (Fotos 6 e 7). O lançamento de lixo e esgoto, no complexo lagunar de Jacarepaguá, intensifica o processo de assoreamento e eutrofização, além da proliferação dos

Fotos 6 e 7 – Cidade de Deus



A precariedade das habitações, sendo algumas, barracos feitos de madeira, registra como o saneamento básico torna-se, praticamente uma infra-estrutura luxuosa. Esta desigualdade na distribuição deste serviço explica a péssima qualidade da água e o assoreamento do Rio Grande que contribui para a poluição das lagoas e praias da Barra da Tijuca.
Fotos: MOTTA JÚNIOR, 2008.

aguapés (plantas aquáticas flutuantes). Esse tipo de planta juntamente com a poluição, chega às praias da Barra e do Recreio, principalmente, pelos canais da Joatinga e Sernambetiba, respectivamente.

Os dados citados anteriormente e a recente inauguração da elevatória de esgotos de Marapendi, evitando que cerca de 160 milhões de litros de esgotos sejam lançados “in natura” nas lagoas de Jacarepaguá, Marapendi, Camorim e Tijuca (CEDAE, 2008), nos permitem perceber a preocupação de nossos governantes com a poluição do sistema lagunar e conseqüentemente das praias da baixada de Jacarepaguá, apesar de todos os problemas para conclusão das obras do PSBJ. Entretanto, a degradação ambiental de outras áreas da cidade (não menos preocupante) desperta uma preocupação menor por parte do Estado. Quando observamos a tabela referente às ligações de esgoto segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas, percebemos que existem áreas com uma carência de infra-estrutura básica, muito maior do que a baixada de Jacarepaguá e nem por isso, atraem vultosos investimentos públicos. Para nós, fica evidente que isto é conseqüência da maior capacidade política das classes abastadas e da maior garantia de rentabilidade que algumas áreas, como as litorâneas, oferecem de extração da renda monopolista e do sobrelucro. Os jogos Pan-americanos de 2007 nos servem de exemplo. Para a sua realização, uma série de investimentos está sendo realizada na cidade, entretanto, o bairro mais beneficiado é a Barra da Tijuca. Além de concentrar a maior parte das competições, o bairro foi selecionado para abrigar a vila Pan-americana (foto 8). Mais uma vez, o principal beneficiado foi o grande capital incorporador. A construtora Agenco, proprietária do terreno, ficou com o lucro da venda dos imóveis, muitos destes financiados pela Caixa Econômica Federal. As redondezas da vila Pan-americana têm atraído outros investimentos. Mesmo antes de ser habitada, a vila já havia provocado a reestruturação da localidade, com a construção do anel viário Pedro Ernesto (Foto 9), que facilita o acesso à Barra, da Avenida Abelardo Bueno o *boulevard* do Pan (Foto 10), redes de água e esgoto, ruas pavimentadas e até mesmo a instalação de fibra óptica (DIAS, 2005). Contudo, estes altos investimentos justificados pelos benefícios que trariam à

Foto 8 – Vila Pan-americana



A imagem mostra a premiada vila Pan-americana, mais uma obra realizada pelo grande capital incorporador (Agenco), o maior beneficiado, em associação com o Estado que financiou grande parte das obras através da CEF.
Foto: Paulo Roberto Monsores da Motta Júnior.

Fotos 9 e 10 – Anel viário Prefeito Pedro Ernesto e Boulevard do Pan



Mesmo quando desabitada, a vila Pan-americana já havia provocado uma reestruturação das vias de transporte, facilitando o acesso à Barra.

Foto: Rachel Apolinário.

Fonte: MOTTA JÚNIOR, 2006.

população carioca, parecem não se estenderem para além dos limites dos territórios dominados pelo grande capital incorporador, nem mesmo para áreas vizinhas (Fotos 11, 12, 13, 14, 15 e 16).

Os jogos Pan-Americanos também intensificaram a preocupação com a imagem que os turistas interiorizam sobre o ambiente natural da Barra da Tijuca e do Rio de Janeiro. Esta inquietação torna-se evidente no discurso apresentado pela Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), sobre o Projeto Lagoamar, direcionado à revitalização do complexo lagunar de Jacarepaguá. “Além de revitalizar todo o Sistema Lagunar da Baixada de Jacarepaguá, a intervenção vai permitir que ele seja navegável em toda a sua extensão por pequenas embarcações, incentivando as atividades de turismo e lazer em um dos mais belos cartões postais do Rio de Janeiro” (SERLA, 2006a), fato que ainda não aconteceu. Ainda segundo a SERLA, o sistema lagunar de Jacarepaguá seria um dos principais atrativos para os jogos Pan-americanos de 2007. Ao abordar o problema das gigogas (plantas aquáticas, já mencionadas anteriormente) nas lagoas e praias, o então presidente da SERLA, Ícaro Moreno Júnior, reforça o discurso da Fundação.

A atitude da COMLURB, em soltar as gigogas, espalhando-as (...), em pleno pico do verão, deve ser questionada. (...). Que poder é esse de poluir onde não está poluído? Por que prejudicar as praias, os cariocas, os brasileiros, os turistas? O problema local se tornou geral. (...).

É como se a empresa municipal encarregada de cuidar do lixo urbano carioca estivesse decidindo sobre um quintal de sua exclusividade. Isto sem perceber a amplitude e as conseqüências deste ato, quanto à vida da sociedade brasileira, já que o Rio de Janeiro continua a ser o ponto turístico brasileiro de grande repercussão internacional (SERLA, 2006b).

Sobre o discurso destacado acima, gostaríamos de evidenciar a ideologia economicista existente. Nos parece, que a conservação de um ambiente natural limpo, nada mais é do que um meio para a continuidade da acumulação de capital.

Fotos 11 e 12 – A escassez



A escassez de investimentos em saneamento pode ser vista na poluição que serve de nutrientes para as gigogas no canal da Lagoa de Jacarepaguá e no cano estourado da ligação clandestina de água na Vila Autódromo.

Fotos: MOTTA JÚNIOR, 2008.

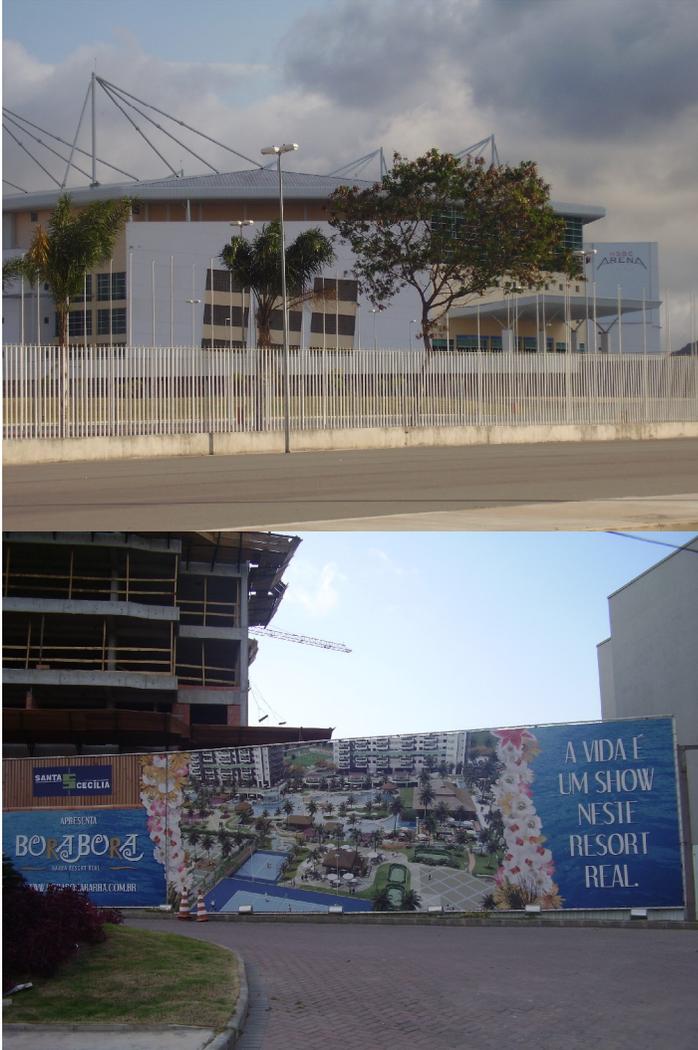
Fotos 13 e 14 - A desigualdade



Uma das características mais singulares do Rio de Janeiro continua a ser reproduzida na Grande Barra da Tijuca. Nestas fotos tiradas no interior da Vila Autódromo podemos perceber a proximidade desta área de ocupação irregular com uma das áreas de maior incorporação do empreendedorismo urbano da cidade. A proximidade é tamanha que o atual prefeito do Rio de Janeiro tentou remover a favela antes dos Jogos Pan-Americanos. Na primeira imagem conseguimos ver as arquibancadas do Autódromo de Jacarepaguá. Na segunda, apesar da proximidade ainda não parece ser a vez de grande parte da população carioca de morar em condições adequadas a vida humana.

Foto: MOTTA JÚNIOR, 2008.

Fotos 15 e 16 – A concentração no território do Grande Capital



Junto à escassez caminha a acumulação. Vizinha a Vila Autódromo temos a Arena HSBC, parte do complexo esportivo construído para os Jogos Pan-Americanos. Realmente na área dominada pelo capital a vida parece um show como anuncia mais um empreendimento de luxo da área.
Fotos: MOTTA JÚNIOR, 2008.

Afinal, o sistema lagunar de Jacarepaguá, como supracitado, é “um dos mais belos cartões postais do Rio de Janeiro” e este “continua a ser o ponto turístico brasileiro de grande repercussão internacional” (SERLA, 2006b), ou seja, a atividade turística e o grande capital incorporador devem ser preservados. Para corroborar ainda mais nossa afirmativa, sobre o fato do interesse da acumulação estar em primeiro plano, a inauguração do emissário submarino da Barra da Tijuca após previsão inicial de funcionamento para 2003, foi realizada em abril de 2007, às vésperas dos Jogos Pan-Americanos. Cumpre mencionar que o emissário foi inaugurado mesmo antes do funcionamento de elevatórias, estações de tratamento e término da rede de esgotos. A preocupação com a realização da Copa do Mundo de 2014 e a possibilidade de sediar os Jogos Olímpicos de 2016 parecem seguir a mesma ideologia. A região administrativa da Barra da Tijuca continua a atrair a maior parcela dos investimentos a serem realizados. Através da pressão do grande capital empreendedor que não está satisfeito com a infraestrutura da região, inúmeras obras de transporte e saneamento básico estão previstas. Visando solucionar os problemas relacionados aos corpos hídricos, o presidente da Cedae acredita que, em 2013, toda a Barra estará ligada à rede geral de esgotos e, até o fim do ano, a quantidade de esgoto que chega até o emissário submarino da Barra, aumentará de 800 para 1.600 dos três mil litros por segundo produzidos atualmente nas Regiões Administrativas da Barra e Jacarepaguá (O GLOBO, 13 de janeiro de 2008). Sobre as Olimpíadas de 2016 podemos constatar tal fato através da seguinte declaração de Wagner Victor

A Elevatória Marapendi, após a inauguração do Emissário Submarino em Abril de 2007, é a principal intervenção do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes (PSBJ) e tem capacidade para, progressivamente, coletar e bombear o esgoto produzido por mais de 50 condomínios da região. O benefício ao meio ambiente será tão marcante que a Estação Marapendi foi considerada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) como projeto integrante do conjunto de compromissos do País junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) para a escolha da cidade do Rio de Janeiro como

sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Afinal, 52% das modalidades esportivas devem ser realizadas na região da Barra da Tijuca.

Através desta declaração, nos parece ficar clarividente que a preocupação com o ambiente por parte das autoridades do Rio de Janeiro é sempre motivada pela possibilidade de acúmulo e capital através da natureza. Isto significa a manutenção da mesma como um recurso a ser explorado.

As idéias em torno da questão ambiental, também ganham papel de destaque na publicidade, através das estratégias de *marketing* utilizadas pelos incorporadores, que buscam interiorizar, no público alvo, a necessidade de morar de frente para o mar e ter um maior contato com a natureza. Como podemos observar na propaganda que segue abaixo, encontrada em Dias (2005):

Sofisticação, exclusividade e muito estilo de vida. E ainda, completa infra-estrutura de lazer e serviços que só os Residence Service da Gafisa oferecem. Um luxo para poucos. Isto é ser exclusivo. Isto é ser Prime. Nada mais Prime do que uma piscina na varanda, de onde você pode ver o mar. Este é o estilo de vida que você vai ter morando no Sunprime Residence Service. Na frente do seu apartamento só a praia, a lagoa e as montanhas. Uma vista tão fantástica quanto a vida que você vai ter aqui. Você vai viver os melhores momentos da sua vida no Sunprime.

“A diferenciação hoje vem também no oferecimento de entretenimento lúdico: não basta criar playgrounds e piscinas infantis, mas enfatizar a cultura conservacionista, com proteção ao meio ambiente e transmissão de conceitos” (O GLOBO, 30 de novembro de 2006).

Através da subjetividade, pode-se então, tornar o produto único, exclusivo, podendo a partir dele, extrair a renda monopolista. Os desenvolvimentos geográficos desiguais baseados na desigual distribuição e acessibilidade aos meios de consumo coletivo e a natureza são necessários para gerar tal renda, uma vez que estes bens passam a ser exclusivos. A partir de então, torna-se mais fácil a apropriação subjetivamente objetivada (BOURDIEU, 1996) por parte das

estratégias de *marketing*, imprescindíveis no atual capitalismo, para um acúmulo cada vez maior. Neste caso, a exclusividade parece pouco, como anuncia o Riserva Uno que se diz “mais que exclusivo raro” (Fotos 17 e 18).

Corroborando nossa idéia sobre a contradição existente entre escassez, privação, pobreza e desenvolvimento sustentável, surgem vários empreendimentos que apropriam-se desta idéia para ampliar sua acumulação, é o caso de três empreendimentos da Ecoesfera, os Ecolife do Recreio dos Bandeirantes e da Freguesia e o Ecoway Mapendi na Taquara. Os dezesseis “diferenciais sustentáveis” (Figura 5) prometidos por estes condomínios são propostas interessantes para diminuição de impactos negativos sobre o ambiente. Contudo, toda a consciência e consistência ecológica, anunciada pelos incorporadores parecem esbarrar quando os mesmos anunciam uma felicidade única, não no sentido de diferente e sim de exclusiva (Foto 18 e Figura 6). Eles parecem não compreender (ou não se importam com tal fato) que o espaço é, e precisa ser compreendido como um todo e a solução de problemas restringida a parcelas do espaço e da sociedade pode até amenizar, mas não solucioná-los, nem tão pouco impedir que a parcela da população que tem acesso às melhorias seja infortunada por tais problemas, principalmente em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde ao lado de áreas muito valorizadas encontram-se outras degradadas.

Destarte, compreendemos que a propriedade privada e soluções individualistas, focadas na exclusividade, ou melhor, na escassez tende a cercar o homem de sua liberdade uma vez que os problemas ambientais (espaciais) e sociais afastam o homem de sua verdadeira natureza. Estes moldes de habitação totalmente apoiados pelos investimentos feitos pelo Estado, privilegiando apenas a parcela mais abastada da população refletem a crise da modernidade calcada no individualismo que vai de encontro a natureza socioespacial do homem. Como nos diz Mészáros

Fotos 17 e 18 – Mais que exclusivo



Os avanços obtidos pelo homem em bens sociais como a habitação, são gerados com o objetivo de ampliar a renda monopolista e não a satisfação de suas necessidades, por isso a raridade.
Fotos: MOTTA JÚNIOR, 2008.

Figura 5 – Diferenciais sustentáveis



Estes “dezesseis diferenciais sustentáveis” são prometidos no encarte do condomínio Ecolife Recreio, como se fosse possível criar um espaço sustentável baseado na desigualdade.

Foto 19 e figura 6 – Sustentabilidade e felicidade para poucos

Ecolife Recreio
VIVER ASSIM FAZ BEM

**ECOLIFE RECREIO.
MAIS QUE CONSCIÊNCIA,
CONSISTÊNCIA
ECOLÓGICA.**

Realização: **PDG Realty**
Incorporação e desenvolvimento: **ecoesfera**

LOCALIZAÇÃO ÚNICA. FELICIDADE ÚNICA.

O Ecolife Recreio fica em uma região que é sinônimo de qualidade de vida: cercada de verde e a poucos minutos do shopping e de uma das praias mais bonitas do Rio de Janeiro. Além de ficar pertinho dos melhores supermercados, restaurantes e opções de entretenimento. Tudo para facilitar o seu dia a dia e garantir mais tempo livre para a sua felicidade. Essa é a sua oportunidade de viver em um lugar tão privilegiado.

Patrimóvel
www.patrimovel.com.br
3311-1600 2108-0007

Basimóvel
www.basimovel.com
3387-9700

ehome
consultoria imobiliária
0800 7728082

BANCO REAL

PDG Realty
www.pdgrealty.com.br

ecoesfera
EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS

Não há consistência ecológica com desenvolvimentos geográficos desiguais.
Foto: MOTTA JÚNIOR, 2008.

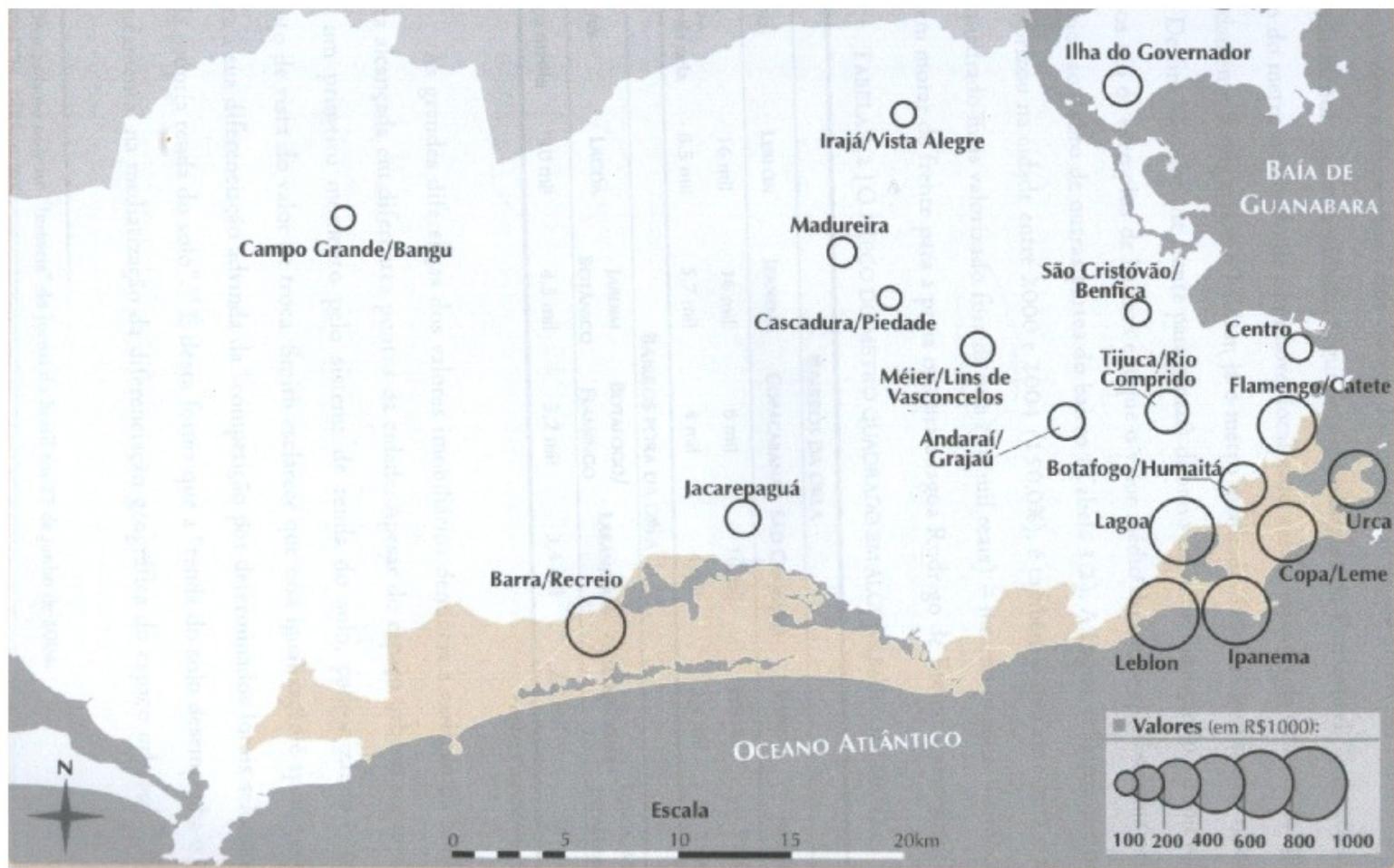
O culto da “privacidade” e da “autonomia individual”, preenche, assim, a dupla função de proteger *objetivamente* a ordem estabelecida contra o “desafio da ralé” e *subjetivamente* proporcionar a realização espúria de uma retirada escapista para o indivíduo isolado e impotente, que é mistificado pelos mecanismos da sociedade capitalista que o manipulam. (...). O que resta, depois da “desvalorização do mundo do homem” pelo capitalismo é simplesmente a ilusão desumanizada de uma realização (...), por intermédio do culto da “privacidade” (...) – em suma, por meio da idealização da “autonomia individual” como contraproposta aberta ou implicitamente à “liberdade universal” (2006, p. 240-1).

A associação simbólica do status à localização da moradia à beira-mar, certamente representa um dos maiores potenciais para acumulação de capital, na cidade do Rio de Janeiro. Podemos constatar esta afirmativa observando a desigualdade dos valores dos imóveis, muito mais elevados, em bairros agraciados pela presença do mar, do que nos bairros localizados no interior da cidade maravilhosa (Figura 7). Por mais que haja semelhança na estrutura física dos imóveis, o forte simbolismo atribuído ao litoral promove as diferenças entre os preços. Esta diferença pode ser observada no interior dos bairros litorâneos. Em alguns deles, o valor do metro quadrado fora da orla pode ser inferior a metade do valor encontrado na mesma (Tabela 8).

Nesse sentido, observamos, que os indivíduos são fortemente influenciados por valores e ideologias hegemônicas, em uma determinada configuração social, que orienta a forma de (re)produção socioespacial, em um dado momento histórico.

Assim, devemos destacar que o processo de urbanização da zona sul e posteriormente da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes apresentam diferenças relacionadas às distintas relações espaço-tempo de cada período histórico relatado nesta pesquisa. Todavia, em um modelo societário capitalista, a lógica da acumulação prevalece, utilizando a subjetividade e a objetividade para a obtenção de renda em suas variadas formas (real, monetária, monopolista etc). Ao prevalecer esta lógica não é possível suprir as necessidades naturais do ser

Figura 7 – Preço médio de venda de imóveis em 2003 (4 quartos ou mais)



Fonte: Pesquisa de Venda de Imóveis na Cidade do Rio de Janeiro, SECOVI/RJ. Seleção de dados e organização do mapa por J. C. Dias, 2004.

Tabela 8 – Valor do metro quadrado por bairros - 2004

BAIRROS DA ORLA LITORÂNEA						
Bairros	<i>Leblon</i>	<i>Ipanema</i>	<i>Copacabana</i>	<i>São Conrado</i>	<i>Barra</i>	<i>Recreio</i>
Orla	16 mil	16 mil	8 mil	10 mil	8,5 mil	5 mil
Fora da orla	8,5 mil	5,7 mil	4 mil	4 mil	3,4 mil	2 mil
BAIRROS FORA DA ORLA LITORÂNEA						
Bairros	<i>Lagoa</i>	<i>Jardim Botânico</i>	<i>Botafogo/Flamengo</i>	<i>Laranjeiras</i>	<i>Catete/Glória</i>	<i>Tijuca, Méier, Jacarepaguá</i>
Preço médio	10 mil	4,5 mil	3,2 mil	3,4 mil	2,8 mil	2 mil

Fonte: DIAS, 2005, p. 81.

humano, diretamente, atreladas à qualidade ambiental, ou se preferirmos, espacial.

Sendo assim, os poderes essencialmente humanos são suprimidos e a participação objetiva de grande parte da população na busca pela liberdade torna-se impedida. Isto pode ser evidenciado através de números diretamente relacionados à qualidade de vida na região metropolitana do Rio de Janeiro. “A parte da cidade organizada, com infra-estrutura de saneamento, tem índice de apenas 4% de mortalidade infantil, enquanto as favelas e regiões mais pobres da cidade aparecem com 64% e os restantes 32% correspondem às áreas intermediárias” (COELHO, 2007). Isto posto, percebemos que o processo de modernização e desenvolvimento do Rio de Janeiro é baseado na privação da liberdade de uma grande maioria em benefício da reprodução de capital e acúmulo de bens por parte de uma minoria.

ARREMATAS: “SALVEM SÃO SEBASTIÃO!”

Neste momento em que vivemos uma radicalização da modernidade, suas crises e contradições parecem evidentes no desenvolvimento geográfico desigual do espaço urbano do Rio de Janeiro. Para uma compreensão objetiva deste processo, realizamos uma análise dialética considerando que a experiência moderna reflete o constante movimento de transformações das relações entre as três dimensões básicas da existência do homem: o espaço, o tempo e o ser (SOJA, 1993). Contudo, nos parece que a forma de organização espacial por nós vivenciada, imposta por planejamentos e políticas baseadas em uma racionalidade positivista não tem a mesma perspectiva em relação à interdependência das três dimensões referenciadas. Sob esta lógica, o homem não tem sido tratado como um ser social por natureza, o que tem intensificado as crises e problemas ao longo do tempo e do espaço.

Segundo Henri Lefebvre (1999 p.143), no modelo societário capitalista, o urbanismo “dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc.” No contexto deste embate contra a queda da acumulação, percebemos uma íntima relação entre as classes dominantes, o capital incorporador e o Estado que garantiram a reprodução do capital através de reestruturações e modernizações do espaço carioca. Desde o primeiro *fin de siècle* por nós retratado, com a preparação de uma cidade moderna para uma melhor inserção no mercado internacional até o novo grande período de reestruturação iniciado a partir da segunda metade do século XX, ainda em curso nos primórdios do século XXI, as modernizações do espaço urbano da cidade maravilhosa parecem ter o mesmo objetivo: conter as crises inerentes ao sistema capitalista e garantir a reprodução do capital, beneficiando áreas que garantam um maior retorno através de desenvolvimentos geográficos desiguais.

Destarte, parece ficar clarividente que a produção de “espaço social” insere-se em nosso modelo societário como uma mercadoria (LEFEBVRE, 1999). Por assim

dizer, a urbanização tem sido uma “metáfora resumida da espacialização da modernidade e do ‘planejamento’ estratégico da vida cotidiana” (SOJA, 1993, p.65). É no bojo deste pensamento que os processos de modernização da cidade do Rio de Janeiro, fomentada pelo grande capital incorporador e desenvolvido ao longo do século XX que os grandes planos urbanísticos estatais, “inventaram as praias” cariocas, apropriando-se e fazendo do litoral um produto singular e, portanto, altamente valorizado, sendo uma mercadoria exclusiva, acessível a poucos.

Sob um discurso falacioso de desenvolvimento, algumas áreas da cidade do Rio de Janeiro, principalmente a área litorânea, foram selecionadas e apropriadas/dominadas pelo grande capital incorporador recebendo uma atenção especial nos vários planejamentos realizados ao longo da história de nossa sociedade. Isto corrobora nosso discurso sobre o fato do modelo de desenvolvimento adotado por nossa sociedade não ser o mesmo modelo das bases ideais do iluminismo e da modernidade que conduziria à liberdade. O modelo daquilo que entendemos por desenvolvimento é antagônico ao que vivenciamos na cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos que o desenvolvimento tem por objetivo a satisfação das necessidades naturais do homem e administração dos conflitos (parte integrante da estruturação da psique e, portanto do homem como ser socioespacial), para encerrar as crises socioespaciais sistêmicas. Já o “desenvolvimento” proposto pelo capitalismo tem por finalidade administrar as crises internas do sistema para garantir sua expansão e acumulação.

Neste sentido, as classes dominantes e o Estado, utilizam estratégias dotadas de subjetividades (modernidades) que influenciam a sociedade em seus movimentos históricos (políticos, econômicos e culturais) e na própria mobilidade espacial da população, condicionando a forma como a sociedade produz e distribui seus bens e serviços, determinando a objetividade material (modernização) no espaço. Na direção oposta à libertação do homem, a produção e distribuição de bens e serviços estão diretamente associados à estrutura de classes, o que no Rio de Janeiro pode ser espacialmente definido, em grande parte, pela tríade elites/litoral/renda real (MOTTA JÚNIOR, 2006).

Desta forma podemos chegar a uma conclusão para os questionamentos levantados no início desta pesquisa. O processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, restrito a bases materiais, tem nos meios de consumo coletivo, elementos básicos da vida nas cidades relacionados à moradia, à infra-estrutura de saneamento básico, um instrumento para a acumulação do capital, desde a sua produção até o processo de consumo. Contudo, por ser um meio de consumo coletivo, uma necessidade básica do “ser urbano” passa a ser também uma das principais reivindicações sociais. Mas, esta exigência não tem como ser atendida plenamente, sem prejudicar a acumulação de capital, especialmente em países onde os recursos são mais escassos. Já citado, anteriormente, Castells (1980) nos aponta que desta crise dos serviços coletivos necessários à vida nas cidades nasce a crise urbana.

Desta forma, grande parte dos problemas urbanos são sinais do fracasso do modelo societário capitalista e de suas classes dominantes. Numa tentativa de esquivar-se da visão crítica e garantir a obtenção de lucros baseado em um espaço instrumentalizado e mistificado nada mais apropriado do que o discurso do planejamento. As classes dominantes e o Estado buscam passar a idéia de uma incessante busca por soluções para os problemas urbanos. O planejamento é, assim, uma ideologia necessária para ocultar o verdadeiro objetivo das elites, a manutenção da (re)produção do capital em detrimento da satisfação das necessidades reais do homem. “A própria sobrevivência do capitalismo, afirmou Lefebvre, estava baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificada, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia” (SOJA, 1993, p.65)

Através desta estratégia, o Estado deixa de desempenhar o seu papel de provedor para a população e passa a atuar em consonância com o grande capital incorporador (re)modelando o espaço, distribuindo de forma desigual os investimentos públicos, gerando, assim, um espaço estratificado. Analisando os avanços tecnológicos relacionados à moradia e ao saneamento básico, as nossas possibilidades de liberdade com relação às necessidades espaciais seriam enormes, não fosse pela produção de escassez gerada pela distribuição desigual, privilegiando

a área litorânea do Rio de Janeiro. Esta distribuição desigual dos avanços da liberdade do homem em relação à natureza está diretamente relacionada à interferência dos homens, da elite e do Estado em relação à liberdade de outros homens, de forma geral das classes menos abastadas. Como vimos no primeiro capítulo e procuramos mostrar empiricamente nos capítulos seguintes, esta interferência afeta diretamente o terceiro aspecto da liberdade caracterizado pelo exercício dos poderes essenciais do homem.

A socióloga Sônia Oliveira deixa isto bem claro ao afirmar que

o saneamento básico – responsabilidade constitucional do poder público – é um componente fundamental para a avaliação das condições satisfatórias da vida humana, uma vez que seu fornecimento inadequado tem conseqüências diretas sobre o bem-estar e a saúde da população, bem como sobre a durabilidade da base de recursos do território (2005, p.83).

Esta afirmação nos ajuda a esclarecer alguns aspectos importantes presentes em nossa pesquisa. Sendo o saneamento básico constituinte necessário a uma boa qualidade de vida, tendo conseqüências diretas sobre a saúde da população, a sua não provisão impede o exercício dos poderes essenciais de um indivíduo (capacidade de trabalho). A relação é simples e direta, se um indivíduo é privado de sua saúde é cerceado também da possibilidade de trabalho, mesmo que este trabalho seja submetido à força do capital.

Além da conseqüência direta sobre o bem-estar e a saúde da população, a distribuição desigual do saneamento básico tem um grande impacto negativo sobre o território do Rio de Janeiro. No modelo ocidental de modernização realizado em nossa cidade, suas maravilhas naturais são apropriadas/dominadas de forma a privilegiar seu valor de troca, mercadológico e utilitarista. Foi desta maneira que a apropriação do valor simbólico subjetivo das praias cariocas serviu para justificar o privilégio concedido pelo Estado e pelo capital aos bairros litorâneos com relação ao montante e à qualidade dos investimentos. Neste sentido, insere-se, também, o relativamente recente discurso de sustentabilidade, que como vemos é apropriado

pelo capital e vendido como mais um diferencial, exclusividade daqueles que podem fomentar a extração da renda monopolista.

Entretanto, este processo de apropriação/dominação das diferenças espaciais transformadas em desigualdade, gerando acúmulo da renda real apenas para uma parcela da população em porção limitada do espaço, nos alerta para algumas contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento capitalista. Ao privilegiar algumas áreas com saneamento básico, ignoramos que o ambiente (leia-se espaço) é único e que as partes afetam o todo. Sendo assim, a poluição oriunda não somente, mas, também, dos subúrbios e favelas, atinge o mar que agracia a visão e banha as classes mais abastadas. A infinita necessidade de expansão do capital e sua constante e acelerada busca por áreas “intocadas” pelo homem parece não reconhecer o tempo biológico de recuperação da natureza e a finitude do espaço. Em função do não-comprometimento do processo de acumulação e extração da renda monopolista, a destruição da natureza parece ser algo diferencial para obtenção de “superlucros”. Assim, o capitalismo realiza desenvolvimentos geográficos desiguais, necessários a sua sobrevivência. Segundo Soja,

o ponto fundamental é que o capitalismo – ou se preferirmos, a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros – baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual (1993, p.132).

Desta forma, comprovando que o homem é um ser social por natureza, a segregação socioespacial e a pobreza possuem um estreito vínculo com os problemas ambientais. Enquanto continuarmos com este modelo de desenvolvimento geograficamente desigual, a tendência é a intensificação dos problemas existentes na cidade do Rio de Janeiro. Neste modelo de desenvolvimento,

A exclusão social se mostra evidente na proliferação de habitações construídas de um dia para o outro, na ocupação de espaços públicos pelas

denominadas populações de rua e pelo aumento espantoso da criminalidade e da violência urbana. Caracteriza-se, dessa forma, um estreito vínculo entre pobreza e meio ambiente, com questões quase intransponíveis nos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de lixo e até mesmo no abastecimento de água (COELHO, 2007, p.71).

Esta estreita relação entre a organização do espaço urbano baseada em um desenvolvimento e uma acessibilidade desigual aos meios sociais e ambientais e os problemas urbanos vivenciados na cidade do Rio de Janeiro nos aponta para a relação existente entre o direito à cidade (LEFEBVRE, 1991) e o desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000). Sobre isto, deixamos claro que ao longo de nosso estudo nossa descrença em conseguir contemplar a liberdade em sua “relação tríplice” (MÉSZÁROS, 2006) sob a égide capitalista. Contudo, também, ressaltamos a urgência de obtermos soluções em médio prazo. Na construção do processo de liberdade é necessário retirar as principais fontes de privação, como a oportunidade de morar de modo apropriado e ter acesso a saneamento básico. Para resolução destes problemas primários, necessidades reais do homem, enxergamos na legislação brasileira possíveis soluções que nos concederiam o direito à cidade.

O artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil diz que a moradia é direito social. O artigo 21, inciso XX, exprime a responsabilidade do governo federal em “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano inclusive habitação, saneamento básico e transporte urbano”. Essa consonância com o artigo 21, o artigo 23, em seu inciso IX, celebra o dever do Estado em todas as esferas, “promover programas de construção de moradia e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.” Para regular o agir do Estado, de acordo com artigo 21, foi promulgada em 05 de janeiro de 2007, a lei de diretrizes nacionais para saneamento básico (Lei 11.445). Segundo a referida lei (Artigo 3º), saneamento básico é o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, além de esgotamento sanitário. Este seria constituído pelas “atividades, infra-estrutura e instalações operacionais de

coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente”.

As diretrizes nacionais para o saneamento básico têm por princípios fundamentais a “universalização do acesso; integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente; articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional de habilitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para os quais o saneamento básico seja fator determinante” (Art. 2º, incisos I, II, III e IV).

Para deixar ainda mais clara a necessidade real do saneamento básico para a liberdade do homem e sua importância para a qualidade de vida e proteção ambiental, mas principalmente para evidenciar o papel do Estado, a lei diz ser prioridade as ações “que promovem a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico, melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública” (Art. 48º incisos I e V).

Outro avanço no plano da legislação do direito à cidade é a lei nº 10.257; de 10 de julho de 2001, intitulada de Estatuto da Cidade. A lei de diretrizes nacionais para saneamento básico parece ter sido promulgada em perfeita sintonia com o Estatuto da Cidade. Ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, o Estatuto da Cidade visa estabelecer “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo; da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Art. 1º parágrafo único). Para pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana têm-se como diretrizes gerais a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as

presentes e futuras gerações”, através de uma gestão democrática e “cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais”.

Tudo isto deve ser feito de forma a evitar a deterioração das áreas urbanizadas e a poluição e a degradação ambiental. Deve haver ainda uma “adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a função dos bens pelos diferentes segmentos sociais (Art. 2º incisos I, II, III, V, VI e X). sobre isto, cabe à União “promover, por iniciativa própria e em conjunto com os estados (...) e os municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (Art. 3º inciso III).

A legislação brasileira nos parece ser um bom instrumento para a obtenção da liberdade humana em relação à interferência dos outros homens, um passo para a realização das outras esferas da liberdade humana. Nossas leis estão orientadas para as necessidades da sociedade urbana e ao considerarem as particularidades locais, contemplam as necessidades do Rio de Janeiro. Pretende-se, a partir delas, uma maior equidade social, que toca, principalmente, às classes mais baixas, sem poupar outras camadas e classes sociais, reduzindo a miséria do habitat (espaço) e do habitante, fatores que segundo Lefebvre (1991) são imprescindíveis para que todos tenham direito à cidade e que para Sen (2000) significariam a liberdade como meio e como fim. O exercício destas leis certamente garantiria um avanço considerável, em curto e em médio prazo, mesmo dentro dos limites de nosso modelo societário, o que nos revela que ainda temos muito para avançar. Contudo, só uma força social e política capaz de operar estes meios legais poderia promover mudanças mais profundas (LEFEBVRE, 1991).

Desta forma, é necessário repensar a idéia de desenvolvimento que acompanha o Ocidente e seu projeto de modernidade. Não podemos restringir nossa perspectiva de desenvolvimento a crescimento econômico, devemos enxergar o

desenvolvimento como expansão da liberdade como processos de tomada de decisões e oportunidades de obter resultados considerados valiosos (SEN, 2000), só assim obteremos uma territorialidade autônoma (SOUZA, 1996) capaz de suprir as necessidades do homem e reduzir as desigualdades geográficas. Esta preocupação é primordial, pois,

A experiência prática mostra que pode haver crescimento sem desenvolvimento social (crescimento quantitativo, sem desenvolvimento qualitativo). Nessas condições, as transformações na sociedade são mais aparentes do que reais. O fetichismo e a ideologia da transformação (por outras palavras: a ideologia da modernidade) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais. Após alguns séculos vivendo no modelo de desenvolvimento heterogêneo da modernidade ocidental, adotado pela sociedade carioca a cerca de um século, esperamos ansiosamente pelo momento de aprender com esta experiência prática quase de inércia nas relações essenciais da sociedade (LEFEBVRE, 1991 p.142).

Ao longo de nossa de aprendizagem meus sentimentos parecem ser os mesmos do artista carioca, pois minha alma chora, vejo o Rio de Janeiro em sua maravilhosa precariedade⁸, persistindo no mesmo modelo de desenvolvimento. Desta forma, o mar parece ser mesmo a síntese da contraditória organização espacial da sociedade carioca ao refletir a luminosidade do capital e receber as deletérias matérias da humanidade.

Destarte, devemos compreender o desenvolvimento como

um projeto auto instituído, rediscutido, concretamente livre (não apenas a liberdade interior, metafísica) e enraizado na cultura local/regional/nacional, onde cada sociedade possa instituir (e rediscutir permanentemente) seu modelo de desenvolvimento. Então, esse desenvolvimento autóctone resgataria o direito à diferença e o recurso às bases originais dos povos (mas sem retornar a elas) (...) (RUA, 2006, p. 28).

A necessidade de mudanças é urgente, pois enquanto mantivermos um modelo de desenvolvimento que estabelece desigualdades ao privilegiar algumas

⁸ Lobão (Samba Da Caixa Preta).

áreas, classes sociais e o valor de troca, a imagem da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se identificará cada vez mais com um corpo garboso repleto de chagas abertas pelas flechas das mazelas sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A dinâmica imobiliária: elementos para o entendimento da espacialidade urbana. 312p. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1988.

ABREU, M. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ABREU, M. Pensando a cidade no Brasil do passado. In.: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (orgs.). Brasil: questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ALERJ. Comissão pró-emissário apresenta emenda para conclusão das obras. Disponível na Internet em www.alerj.rj.gov.br. Acessado em novembro de 2006.

ANDRADE, L. M. S. de. O conceito de cidades-jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. Disponível na Internet em www.vitruvius.com.br. Data de acesso em agosto de 2008.

AZEVEDO, A. N. A capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica. In.: Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: Dep. Cultural UERJ, 2002.

BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BICALHO, M. F. A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRUSEKE, F. J. A crítica da técnica moderna. Estudos, sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n. 10, p. 5-56, abril. 1998.

CASTELLS, M. Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, M. A questão urbana. Edição Revisada. Coleção Pensamento Crítico – v. IIL. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

CASTORIADIS, C. A Instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. As encruzilhadas do labirinto: o mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1992.

CASTORIADIS, C. Para si e subjetividade. In: PENA-VEJA, A. e ALMEIDA, E. P. O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

CHALHOUB, S. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CEDAE. A história da Ceade. Disponível na Internet em www.cedae.rj.org.br. Data de acesso em novembro de 2007.

CEDAE. Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. Disponível na Internet em www.cedae.rj.org.br. Data de acesso em agosto de 2008.

CEDAE. Programa de Sanamento da Barra da Tijuca. Disponível na Internet em www.cedae.rj.org.br. Data de acesso em agosto de 2008.

CHESNEAUX, J. Modernidade-mundo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

COELHO, F. Cooperação urbana e saneamento básico: das grandes cidades à rede urbana. Tese de mestrado, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 1985.

COELHO, V. M. B. Baía de Guanabara: uma história de degradação ambiental. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

CORBIN, A. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CORRÊA, R.L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2002.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço – algumas considerações. mimeo. 2006.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível na Internet em www.senado.gov.br. Data de acesso em agosto de 2008.

DAMASCENO, A. N. Os miasmas, os médicos e a relação homem-natureza na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, UFRJ, Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia, 1993, 102p.

DIAS, J. C. Valorização e ocupação do litoral carioca: reflexos na urbanização da metrópole. Rio de Janeiro: monografia (graduação) – UERJ. Departamento de Geografia, 2005.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível na Internet em www.estatutodacidade.org.br. Data de acesso em agosto de 2008. FONTES, V. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. Revista Tempo, Rio de Janeiro. Departamento de História, UFF. V. 2, n. 3. p. 34-58, jun. 1997.

FONTES, V. Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto. 2005.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. & PIERSON, C. Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES, I. M. Dois séculos em busca de uma solução: esgotos sanitários e meio ambiente na cidade do Rio de Janeiro. In.: ABREU, M. (org.) Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de Geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. Use value, exchange value and theory of urban land use. In: Social justice and the city. Londres: Edward Arnold, 1973.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2003.

HARVEY, D. Espaços de esperança. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

IPEA/PNUD/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível na Internet em www.rio.rj.gov.br. Data de acesso: janeiro de 2005.

IPP. Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2000.

JARDIM, A. de P. Mobilidade intrametropolitana: o “enobrecimento” da periferia e a “periferização” da metrópole do Rio de Janeiro nos anos 90. Geo UERJ, Rio de Janeiro, nº. 15 e 16, pp. 125-139, 1º e 2º semestre de 2004.

KUMAR, K. Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 258p. LAGO, L. C. do. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.

LATOUCHE, S. A ocidentalização do mundo. Vozes. Petrópolis, 1994.

- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 1991.
- LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Blackwell. 1993.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEITÃO, G. E. de A. A construção do eldorado urbano: o plano piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá – 1970/1988. Niterói: EdUFF, 1999.
- LESSA, C. O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. 2ª ed. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- MADRUGA, A. M. Litorização: da fantasia de liberdade à modernidade autográfica. Dissertação de mestrado. 155f. FFLCM/USP. São Paulo, 1992.
- MARCONDES, D. Ciência, técnica e natureza: uma análise histórico-filosófica. In.: Reflexão cristã sobre o meio ambiente. São Paulo: Edições Loyola. 1992. 164p. p.29-40.
- MARICATO, E. et alii. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARQUES, E. C. Da higiene à construção da cidade: o Estado eo saneamento no Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, II (2): 51-67, jul.-out. 1995.
- MARQUES, E. C. Equipamentos de saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 12(2): 181-193, abr.-jun.,1996.
- MARQUES, E. C. Redes sociais e permeabilidade do Estado: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. 257f. IFCH/ Unicamp. Campinas, SP. 1998.
- MARX, K. O capital. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MELLO, J. B. F. de. Rio de Janeiro e de simbólicas centralidades. 2005. (mimeo).
- MELLO, J. B. F. de. O Rio dos Símbolos Oficiais e Vernaculares. 2006. (mimeo).
- MÉSZÁROS, I. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MATOS, M. P. A Dinâmica dos edifícios de escritórios na cidade do Rio de Janeiro. Boletim GETER. Ano II – n. 3, Rio de Janeiro. 1999.
- MOREIRA, R.J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: COSTA, L.F.C., MOREIRA, R.J. e BRUNO, R. (orgs.). Mundo rural e contemporâneo. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, v.1, pp. 240-265.

MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A. e ALMEIDA, E. P. O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond.1999.

MOTTA JÚNIOR, P.R.M. da. O Rio corre para o mar: o projeto da modernidade e o privilegiado litoral carioca. Rio de Janeiro: monografia (graduação) – UERJ. Departamento de Geografia, 2006.

O GLOBO. A nova onda do mercado imobiliário carioca. 17 de setembro de 2006.

O GLOBO. Barra: o futuro é aqui. Suplemento especial, pp. 1-18, 30 de novembro de 2006.

OLIVEIRA, M. A. A filosofia na crise da modernidade. São Paulo: Edições Loyola. 2001.

OLIVEIRA, S. Conflitos ambientais e saneamento básico no estado do Rio de Janeiro. In: Revista Rio de Janeiro. n.16-17, pp.83-98, maio-dez. de 2005.

O'NEILL, M. M. V. C. Segregação residencial: um estudo de caso. Mestrado em Geografia. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências/PPGG/UFRJ, 1983.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, L. C. Q. Capital imobiliário, propriedade fundiária e espaço urbano: contribuição ao estudo da urbanização no Rio de Janeiro: 1870-1930. In.: Série Estudos e Debates. n.8. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1985.

RIBEIRO, L. C. Q. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. In.: Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano XV, n. 2, ago - dez 2001 / ano XVI, n. 1, jan – jul 2002 . Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001-2 / 2002-1.

RUA, João. Desenvolvimento e Espaço Geográfico: uma contribuição à educação ambiental. In: SIQUEIRA, Josafá Carlos de. Educação Ambiental, valores éticos na formação de agentes multiplicadores. Rio de Janeiro: Loyola. 2001.

RUA, J. Desenvolvimento: em busca da regeneração de um conceito. Texto apresentado no Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: março, 2005.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. Mimeo, 2006.

SACK, Robert. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002.

SARTRE, J. P. Questão de método. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

SCHORSKE, C. A idéia da cidade no pensamento europeu de Voltaire a Spengler. In: Idem. Pensando com a História. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERLA. Projeto Lagoamar: revitalização do complexo lagunar de Jacarepaguá. Disponível na Internet em www.serla.rj.gov.br. Data de acesso em novembro de 2006a.

SERLA. Gigogas no ventilador. Disponível na Internet em www.serla.rj.gov.br. Data de acesso em novembro de 2006b.

SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, C. A. F. da. A segregação residencial carioca sob a égide do capital incorporador. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 57, nº. 2, pp. 5-27, abr/jun de 1995.

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual, Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1987.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade. In: BECKER, B.; COSTA, R. H. da; SILVEIRA, C. Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Geografia / Programa de Pós-Graduação, 1983.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993.

SOLIS, S. S. F. e RIBEIRO, M. V. T. O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo. In.: Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.9, pp.117-140, jan.-abr. de 2003.

SOUZA, M. J. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. In: Território, Rio de Janeiro, Laget/UFRJ. Relume/Dumará. N. 1, vol. 1, p. 5-22. dez. 1996.

SOUZA, M. J. L. de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SOUZA, M. J. L. de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. – 6ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: IX Encontro Nacional da ANPUR. Subsistema 1 – Escalas de Poder e Novas Formas de Gestão Urbana e Regional. Rio de Janeiro: ANPUR, 1998.

VERHELST, T. O direito à diferença. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1992.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)